



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Metodologia de Pesquisa II

Volume Único

Mirian Alves de Souza

Marina Cordeiro



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública

UFF - Pedro Heitor Barros Geraldo

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Mirian Alves de Souza

Marina Cordeiro

Direção de Design Instrucional

Cristine Costa Barreto

Coordenação de Design Instrucional

Bruno José Peixoto

Flávia Busnardo da Cunha

Paulo Vasques de Miranda

Supervisão de Design Instrucional

Aroaldo Veneu

Renata Vittoretti

Design Instrucional

Gustavo Malheiros

Biblioteca

Raquel Cristina da Silva Tiellet

Simone da Cruz Correa de Souza

Vera Vani Alves de Pinho

Coordenação de Produção

Fábio Rapello Alencar

Assistente de Produção

Bianca Giacomelli

Revisão Linguística e Tipográfica

Maria Elisa da Silveira

Yana Gonzaga

Ilustração

Clara Gomes

Fernando Romeiro

Capa

Clara Gomes

Programação Visual

Alexandre d'Oliveira

Camille Moraes

Deborah Curci

Maria Fernanda de Novaes

Produção Gráfica

Patrícia Esteves

Ulisses Schnaider

Copyright © 2015, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

A474m

Souza, Mirian Alves de.

Metodologia de pesquisa II. V. único. / Mirian Alves de Souza, Marina Cordeiro. - Rio de Janeiro : Fundação Cecierj, 2015.

172p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0036-1

1. Metodologia de pesquisa. 2. Segurança. 3. Ciências sociais.
4. pesquisa de campo. I. Cordeiro, Marina. 1. Título.

CDD: 001.42

Referências bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia

Gustavo Tutuca

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor: Roberto Leher

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Sumário

Aula 1 • Introdução à Metodologia de Pesquisa II em Segurança Pública	7
--	----------

Mirian Alves de Souza

Aula 2 • Pesquisa de campo em Ciências Sociais	31
---	-----------

Mirian Alves de Souza

Aula 3 • Formas de interpretação dos dados qualitativos	59
--	-----------

Marina Cordeiro

Aula 4 • A observação e a descrição do trabalho de campo em contextos institucionais	93
---	-----------

Marina Cordeiro

Aula 5 • Etnografia das instituições estatais	121
--	------------

Mirian Alves de Souza

Aula 6 • Pesquisa no campo da justiça criminal e da segurança pública	145
--	------------

Mírian Alves de Souza

Referências	165
--------------------------	------------

Aula 1

Introdução à Metodologia de Pesquisa II em Segurança Pública

Mirian Alves de Souza

Meta

Apresentar os caminhos propostos pela Metodologia de Pesquisa para a construção do conhecimento no campo das ciências sociais.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a importância da Metodologia de Pesquisa no campo das ciências sociais;
2. conceituar artesanato intelectual;
3. relacionar a interferência da subjetividade do pesquisador na seleção e no encaminhamento na pesquisa.

Introdução

Nesta aula, propomos uma reflexão sobre o que é metodologia e apresentamos alguns dos principais instrumentos da pesquisa qualitativa.



Figura 1.1: Pensar a pesquisa e o processo de construção de conhecimento é fundamental em Metodologia da Pesquisa.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/1022921>

Pensar a pesquisa e o processo de construção de conhecimento é ponto de discussão nesta aula de introdução ao curso de Metodologia II.

Para começar, vale destacar que pesquisar envolve muito mais do que a aplicação de determinados procedimentos metodológicos. Mas, antes de seguirmos com a nossa aula, vamos esclarecer conceitualmente o que é metodologia a partir de duas definições.

Metodologia é o estudo dos métodos. As etapas a seguir em um determinado processo. Tem como objetivo captar e analisar as características dos vários métodos indispensáveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização. Além de ser uma disciplina que estuda os métodos, a metodologia é também considerada uma forma de conduzir a pesquisa ou um conjunto de regras para ensino de ciência e arte. A Metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa. É a explicação do tipo de pesquisa, dos instrumentos utilizados (questionário, entrevista, etc.), do tempo previsto, da equipe de pesquisadores e da divisão do trabalho, das formas de tabulação e tratamento dos dados, enfim, de tudo aquilo que se utilizou no trabalho de pesquisa.

Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Metodologia>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

Metodologia refere-se a práticas e técnicas usadas para reunir, processar, manipular e interpretar informações que podem ser usadas para testar ideias e teorias sobre a vida social. Historicamente, discutiu-se se a sociologia poderia ou deveria aspirar a ser uma ciência como um modelo para conduzir pesquisas, sobretudo na medida em que o único meio para demonstrar relações de causa e efeito – o experimento – é difícil senão impossível para se usar com a maior parte dos problemas no campo das ciências humanas. Neste campo não podemos identificar leis da vida social análogas às leis da física, em parte porque a vida social é bastante complexa, mas também porque considerações éticas, entre outras, impossibilitam os tipos de condições controladas e de manipulações experimentais tão características das ciências físicas (JOHNSON, 1997, p. 147).

O que é metodologia?

Destacamos anteriormente duas definições de metodologia. Nelas, encontramos a ideia de que metodologia significa a via para a realização de um estudo. Essa noção de via ou caminho é facilmente observada na origem da palavra, como vemos na figura a seguir.



Figura 1.2: Etimologia e significado da palavra metodologia.



Metodologia é a exposição do método através do qual foi construído um dado conhecimento. Em outras palavras, é a explicitação do processo através do qual atingimos um determinado fim ou chegamos a determinado conhecimento.

Podemos definir, de forma ainda mais simples, que metodologia é o caminho que percorremos na construção do conhecimento produzido a partir de uma pesquisa.

No campo científico, nossas afirmações são resultado de um trabalho de investigação sistemática. Se nosso conhecimento é derivado de uma pesquisa, devemos expor qual a metodologia empregada, isto é, qual o caminho percorrido para chegarmos a determinada conclusão. Nesse sentido, torna-se indispensável não apenas uma reflexão sobre a metodologia durante o processo de construção do conhecimento, mas também depois de tê-lo concluído. Precisamos expor os passos do caminho que nos levou a construir o conhecimento apresentado em nossos trabalhos de pesquisa.

Pesquisa, sistematização e descoberta

A pesquisa corresponde a um processo sistemático de elaboração do conhecimento e é repleta de procedimentos que, como vimos, devem ser explicitados para a compreensão de seus resultados. Conhecer a metodologia aplicada em uma pesquisa significa conhecer qual o caminho percorrido pelo pesquisador na construção de seu saber. O que o pesquisador descobre, no entanto, não é fruto de uma sistematização conhecida antecipadamente. Nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis; é um processo no qual não é possível prever todas as etapas.

Embora não possamos prever *a priori* (ou seja, anteriormente à experiência) as etapas de uma pesquisa, frequentemente somos cobrados a

definir, em projetos de pesquisa, a metodologia que será utilizada em seu desenvolvimento. Entretanto, como o próprio nome indica, trata-se de um projeto, o que necessariamente não se concretizará como o previsto. Quando a pesquisa ainda é um projeto, não sabemos qual caminho será percorrido para a construção do conhecimento; temos apenas uma indicação de possíveis caminhos, isto é, de procedimentos metodológicos que permitirão a coleta e a sistematização de dados. Nesse sentido, nosso conhecimento sobre a metodologia é muito mais consistente depois de concluída a pesquisa.



Figura 1.3: A metodologia é um caminho que conhecemos depois de tê-lo percorrido.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/1402513>

A metodologia não corresponde apenas à submissão e exposição de práticas e regras definidas para o exercício da pesquisa. Como enfatiza a antropóloga Mirian Goldenberg, a metodologia auxilia a refletir e propicia um “novo” olhar sobre o mundo: um olhar científico, curioso, indagador e criativo. Em suas palavras, “a pesquisa científica exige criatividade, disciplina, organização e modéstia, baseando-se no confronto permanente entre o possível e o impossível, entre o conhecimento e a ignorância” (GOLDENBERG, 2004, p. 13).

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

No início desta aula, apresentamos a origem da palavra metodologia, que é, basicamente, o caminho que se percorre para atingir um determinado objetivo. Em ciências, esse conceito é ainda mais abrangente.

Com base no que você leu até agora, descreva o conceito de metodologia para as ciências.

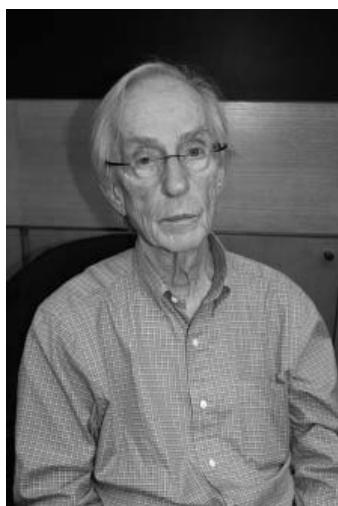
Resposta comentada

Em ciências, os resultados de nossas pesquisas advêm de um processo sistemático de investigação. Portanto, além de apresentar os resultados, é preciso expor o caminho pelo qual se chegou a determinada conclusão e, a esse percurso, damos o nome de metodologia científica. Logo, para as ciências, metodologia pode ser definida como um processo sistemático de elaboração do conhecimento, repleto de procedimentos que devem ser explicitados para a compreensão adequada de seus resultados.

Não usamos “manuais”: refletindo sobre metodologia sem proselitismos

Existem muitos caminhos para a pesquisa. Não acreditamos em um único modelo de metodologia. Os procedimentos metodológicos de uma pesquisa são escolhidos considerando mais o objeto de estudo e as condições objetivas do trabalho e menos a sua suposta eficácia. Por isso, você vai perceber que, nas aulas deste curso, não apregoamos um “modelo de fazer pesquisa”. Não pressupondo a existência de um único modelo, apresentaremos, portanto, muitas formas e maneiras de se fazer pesquisa. Ao longo do curso, pretendemos explorar os diversos caminhos da pesquisa científica.

Com essa proposta, questionamos os manuais de pesquisa, que se propõem a apresentar um modelo de metodologia considerado mais apropriado para a ciência. Nossa concepção – que metodologia é um caminho com várias possibilidades – é ratificada pela produção acadêmica de autores como Howard Becker e Wright Mills.



Thierry Caro

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Howard-S.-Becker-EHESS.JPG?uselang=pt>

Howard Saul Becker (nasceu em 1928) é um sociólogo norte-americano conhecido por suas contribuições ao campo da sociologia do desvio, da arte e da música. Becker também tem uma produção expressiva no que se refere a questões de metodologia e de escrita sociológica (Tradução de Mirian Alves).

Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Howard_S._Becker>. Acesso em: 29 maio 2015. Tradução da autora.

As reflexões de Becker sobre metodologia são cada vez mais difundidas nas ciências humanas como um todo. Em seus livros, como *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais* e *Segredos e Truques da pesquisa*, Becker

fornece dicas de como projetar e realizar uma pesquisa em todas as suas etapas. Estudantes e pesquisadores de uma ampla variedade de disciplinas encontram nessas obras, organizadas e expostas, ideias sobre como construir seus trabalhos de campo e sistematizar resultados.



Charles Wright Mills

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:!!!Mills,C.W.JPG?uselang=pt>

Charles Wright Mills (1916-1962) foi um sociólogo norte-americano [...] que ficou principalmente conhecido por seu livro *A imaginação sociológica*, publicado originalmente nos EUA em 1959. Neste livro, o autor faz um apelo para que sociólogos não deixem a imaginação e a criatividade de lado, ao exercerem sua profissão, em favor de uma pretensa objetividade e neutralidade do trabalho científico.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Charles_Wright_Mills>. Acesso em: 15 maio 2015.

Wright Mills, Howard Becker e os metodólogos profissionais

Wright Mills e Howard Becker, os dois sociólogos mencionados, questionaram os chamados metodólogos profissionais, isto é, pesquisa-

dores que consideravam possível estabelecer procedimentos metodológicos únicos para a pesquisa científica.

Wright Mills, em seu texto sobre o artesanato intelectual, apresenta um relato pessoal, dirigido aos que se iniciam no campo da pesquisa em ciências sociais, de como proceder em seu ofício. Essa imagem de ofício – e sua associação com as ideias de artesanato e oficina – é empregada pelo sociólogo para se contrapor à visão do pesquisador como um sujeito que testa hipóteses construídas a partir de leis gerais e aplicadas através de métodos controláveis.



“Hipótese: é uma predição sobre a relação existente entre variáveis. Baseia-se, em geral, embora nem sempre, em expectativas teóricas sobre como as coisas funcionam [...]” (JOHNSON, 1997, p. 124).

Hipótese (gr. *hypothesis*, de *hypothēnai*: supor): proposição mais ou menos precisa que emitimos, tendo em vista deduzir, eventualmente, outras proposições. Em outras palavras, proposição ou conjunto de proposições que constituem o ponto de partida de uma demonstração ou, então, uma explicação provisória de um fenômeno, devendo ser provada pela experimentação [...] (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 127).

Nessa perspectiva, em seu trabalho de pesquisa, o cientista social não buscaria leis, receitas ou fórmulas, mas sim métodos, no sentido original do termo, isto é, vias, caminhos, rotas para se chegar a um fim. Como observa o antropólogo Celso Castro,

o “artesão intelectual” de que trata Mills deve ser visto como um “tipo ideal”, no sentido weberiano do termo – algo que não é encontrado em forma “pura” na realidade social, mas que, cons-

truído pelo pesquisador a partir do exagero de algumas propriedades de determinado fenômeno, nos ajuda a compreendê-lo (CASTRO, 2009, p. 13).



Lei geral e tipo ideal são importantes conceitos em pesquisa científica. Vamos conhecê-los um pouco mais:

Lei geral (lei científica) - aquela que se estabelece entre fatos, relações mensuráveis, universais e necessárias, permitindo que se realizem previsões. As leis científicas têm uma formulação geral, sendo ou uma generalização a partir da experiência (a água ferve a 100 °C) ou uma formulação mais complexa (dois corpos não podem ocupar ao mesmo tempo o mesmo lugar no espaço), frequentemente de caráter dedutivo e expressa em linguagem matemática ($E=mc^2$). As leis científicas têm sempre um caráter hipotético; dadas tais condições, tal resultado será obtido. Há várias hipóteses sobre a natureza da lei científica: se esta descreve realmente os processos naturais como são, ou se são meras construções teóricas que nos permitem interpretar de forma mais coerente os fenômenos naturais, derivando assim sua validade não de uma correspondência essencial com a realidade, mas de sua coerência e de sua força explicativa (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 160).

Tipo ideal - ligado sobretudo ao sociólogo alemão Max Weber, é um modelo abstrato que, quando usado como padrão de comparação, permite-nos observar aspectos do mundo real de uma forma mais clara e mais sistemática [...]. A falta de aderência entre tipos ideais e o mundo real não cria problemas, contudo, pois não constitui objetivo dos tipos ideais descrever ou explicar o mundo. Em vez disso, fornece-nos pontos de comparação a partir dos quais podemos fazer nossas observações [...] (JOHNSON, 1997, p. 240).

O trabalho de pesquisa como um ofício envolve uma reflexão sobre a existência do próprio pesquisador. O que não significa, como argumenta Celso Castro, que se devam explicar os resultados do trabalho a partir da biografia; não estamos falando de fenômenos psicanalíticos ou coisas do gênero. Trata-se, como Mills aponta, de enfatizar a indissociabilidade, para o “artesão intelectual”, entre sua vida e seu trabalho. Temos aqui, como disse Howard Becker num texto sobre Mills, uma questão de “quantas horas por dia se é sociólogo”. Esta não é uma questão meramente quantitativa – como se fôssemos tomar, por exemplo, quantas horas alguém se dedica ao seu trabalho como uma “variável” para testar alguma hipótese. Estão em jogo diferentes orientações do sociólogo em relação ao seu trabalho: se ele mantém dentro de limites estritos o impacto da perspectiva sociológica sobre sua vida – um “sociólogo de oito horas por dia” – ou se a deixa tomar conta de sua vida interior – um “sociólogo 24 horas por dia”. Não que este “trabalhe o tempo todo”: o importante, na visão de Mills, é que ele, como bom artesão, não dissocie sua vida de seu trabalho, e a perspectiva sociológica está presente não apenas na forma pela qual ele vive no mundo, mas no modo pelo qual ele vê o mundo (CASTRO, 2009, p. 14).

Como fazer isso? A resposta de Mills é objetiva: organizar um arquivo, manter um diário. No arquivo, são reunidas a experiência pessoal e a reflexão profissional. Ao continuamente revisar e rearranjar o arquivo, o artesão intelectual estimula a imaginação sociológica, que consiste, em grande parte, na “capacidade de passar de uma perspectiva para outra, e, nesse processo, consolidar uma visão adequada de uma sociedade total e de seus componentes” (MILLS, 2009, p. 41). É essa imaginação que distingue o cientista social do simples técnico.

A imaginação sociológica consiste, em parte considerável, na capacidade de passar de uma perspectiva para outra e, nesse processo, consolidar uma visão adequada de uma sociedade total e de seus componentes. É essa imaginação que distingue o cientista social do mero técnico. Técnicos adequados podem ser instruídos em poucos anos. A imaginação sociológica também pode ser cultivada; por certo, ela raramente ocorre sem muito de trabalho, muitas vezes rotineiro. Há, no entanto, uma qualidade inesperada em relação a ela, talvez porque sua essência seja a combinação de ideias que ninguém supunha que fossem combináveis – digamos, uma mistura de ideias da filosofia alemã

e da economia britânica. Há um estado de espírito lúdico por trás desse tipo de combinação, bem como um esforço verdadeiramente intenso para compreender o mundo que, em geral, falta ao técnico como tal. (MILLS, 2009, p. 41).

O artesão intelectual está atento a combinações não previstas de elementos, evitando normas rígidas que levem a um “fetichismo do método e da técnica”. Por isso, para Mills, o pesquisador deve ser o seu próprio metodologista: “deixe que cada homem seja seu próprio teorizador; deixe que teoria e método se tornem parte da prática de um ofício” (MILLS, 2009, p. 56).

O artesanato intelectual



Figura 1.4: A ideia de “artesão intelectual”, proposta por Mills, dialoga com a perspectiva do sujeito ativo na definição de sua metodologia de pesquisa.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/1331302>

Aqui pretendemos deixar mais claro por que o sociólogo Wright Mills considera o trabalho de pesquisa um ofício, comparando o sociólogo a um artesão. O capítulo II do livro *A imaginação sociológica* mostra como o trabalho intelectual proposto por Wright Mills envolve seis características principais, as quais constituem “um modelo como ideal explícito” (2009, p. 63):

I. A relação entre o artesão e seu trabalho encontra-se mediada pela preocupação pela qualidade do produto que ele fabrica.

II. A própria habilidade, esforço, vencimento de dificuldades se plasman no produto produzido pelo artesão. Ele tem uma visão “acabada” do produto, o qual lhe dá uma satisfação particular.

III. Por ser um produto do artesão, ele tem liberdade para começar sua execução, “produção e planejamento” de forma autônoma, ele está no comando, e ele é “responsável por seu resultado e livre para assumir essa responsabilidade”.

IV. Por meio desse trabalho, o artesão “desenvolve sua habilidade, bem como é um meio para desenvolver-se a si mesmo como homem [...]. Vive no seu trabalho e através dele, e esse trabalho o manifesta e revela para o mundo”. O produto de seu trabalho o define e o faz visível ao mundo.

V. Diversão e trabalho não se encontram separados na vida do artesão. Se diversão é fazer algo que nos dá prazer, e se o trabalho nos dá prazer, então trabalho também é diversão. “O artesão [...] trabalha e se diverte no mesmo ato”.

VI. A vida que o artesão conhece é a do trabalho, o qual não se encontra separado do lazer. Nos momentos de ócio, sua vida se impregna de “valores e qualidades desenvolvidos e empregados nas horas de trabalho. [...] Assim como leva para seu lazer a capacidade e os problemas de seu trabalho, também traz de volta para o trabalho aquelas sensibilidades que não atingiria em períodos de tensão elevada, constante, necessários para o trabalho consistente” (MILLS, 2009, p. 61-63).

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Durante a aula, abordamos a noção de artesanato intelectual, proposta por Wright Mills. Explique esse conceito, com suas palavras.

Resposta comentada

Esperamos que, até este momento, você tenha percebido que a noção de “artesanato” tem a ver, sobretudo, com o uso de um método cuidadoso e criativo que não separa a existência do sujeito de seu trabalho, um modo de vida em permanente construção e atento a “combinações não previstas de elementos”.

Método, criatividade e imaginação



Figura 1.5: Criatividade e imaginação também fazem parte do trabalho de pesquisa.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/khalidalbairh/5134654297/>

Howard Becker defende a posição de Wright Mills, segundo a qual não existe um único método de pesquisa; o trabalho de pesquisa exige criatividade e imaginação, e é preciso explicitar a subjetividade do pesquisador. Em seu texto “Sobre metodologia”, Becker aborda a questão dos limites da metodologia convencional, demonstrando seu caráter proselitizante. O sociólogo indica modalidades alternativas ao discurso metodológico. Para Becker, a metodologia convencional é marcada pelo **proselitismo**.

O sociólogo Howard Becker justifica sua posição com o seguinte argumento:

Proselitismo

Do latim *proselýtus*, é o intento, zelo, diligência, empenho de converter uma ou várias pessoas, ou determinados grupos, a uma determinada causa, ideia ou religião (neste caso, proselitismo religioso, que é a tentativa de convencer alguém a se converter às suas ideias ou crença).
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Proselitismo>

chamo a metodologia de especialidade proselitizante por causa desta propensão muito forte dos metodólogos a apregoar uma “maneira certa” de fazer as coisas, por causa de seu desejo de converter os outros a estilos de trabalho apropriados, por causa de sua relativa intolerância com o “erro” – todas estas características exibindo a mesma convicção autoconfiante de que “Deus está do nosso lado”, que está associada às religiões proselitizantes. Que forma de salvação a metodologia vende? O que eles propõem como caminho apropriado para uma ciência melhor? Os detalhes variam e, de fato, demonstram uma tremenda quantidade de culto da novidade. Em certo momento, pode nos ser assegurando que somente através do uso de concepções experimentais estritas em condições controladas de laboratório podemos obter proposições científicas rigorosamente testadas (BECKER, 1999, p. 19).

Becker não acredita que é possível prever todas as etapas da pesquisa e que não é possível eliminar todo tipo de tendências incontroladas. Para ele, não há como reduzir a ciência a procedimentos estritos e a algoritmos plenamente detalhados. Diante disso, Becker diz que podemos optar entre alguns caminhos:

Ao invés de insistir em procedimentos mecânicos que minimizam o julgamento humano, podemos tentar tornar as bases destes julgamentos tão explícitas quanto possível, de modo que outros possam chegar a suas próprias conclusões. Ou podemos transformar nossos problemas em problemas que possam ser resolvidos por procedimentos técnicos típicos de uma máquina. Ou podemos decidir não estudar os problemas que não possam ser transformados da maneira acima, sob a alegação de que é melhor aplicar nossos limitados recursos em problemas que possam ser manipulados cientificamente. De maneira geral, os metodólogos contemporâneos escolheram o último caminho (BECKER, 1999, p. 20).

Diferentemente dos metodólogos que são criticados por Becker, nossa proposta de metodologia envolve, de forma rigorosa, tornar as bases de nossas escolhas, em relação aos procedimentos metodológicos, tão explícitas quanto possível, para assim, como recomenda o autor, permitir que os leitores de nossas pesquisas possam chegar às suas próprias conclusões.



Figura 1.6: Em pesquisas, devemos explicitar ao máximo nosso caminho, explorando todos os aspectos e incluindo aqueles mais subjetivos.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/1443862>

Ao invés de temer a subjetividade, que faz parte da pesquisa qualitativa, o melhor é explorar e explicitar a subjetividade do pesquisador, de modo a tornar possível que o leitor faça o seu próprio julgamento.

Subjetividade na pesquisa qualitativa

Neste ponto, vamos focar a questão da subjetividade na pesquisa qualitativa. Essa questão foi abordada anteriormente, quando vimos que, para o sociólogo Howard Becker, é preciso explicitar a subjetividade do pesquisador. Agora, pretendemos explorar a importância desse exercício; vamos compreender por que o pesquisador deve expor sua subjetividade na pesquisa.

Como não há testes adequados de validade e fidedignidade, e não produz generalizações que visem à construção de um conjunto de leis do comportamento humano, a pesquisa qualitativa costuma ser acusada de não apresentar padrões de objetividade. Outra acusação se refere à ausência de regras previamente definidas para o levantamento de dados, o que poderia permitir que o **viés** do pesquisador modelasse os dados por ele coletados, invalidando seu uso como evidência científica.

Os sociólogos **Max Weber**, Howard Becker e Pierre Bourdieu evidenciam, em seus trabalhos, que a explicitação de todos os passos da pesquisa é fundamental para se evitar o **bias** do pesquisador.

Viés

Tendência a apresentar ou possuir uma perspectiva parcial em detrimento de alternativas (possivelmente, igualmente válidas). Vieses podem existir de várias formas. Em estatística, é um termo usado para expressar o erro sistemático ou a tendenciosidade.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Vi%C3%A9s>

Max Weber

(1864-1920)

“Filósofo e sociólogo alemão, é um dos principais responsáveis pelo pensamento social contemporâneo, sobretudo do ponto de vista metodológico, quanto à constituição de uma epistemologia das ciências sociais que, segundo sua visão, devem ter um modelo de explicação próprio, diferente das ciências naturais. É de grande importância sua distinção entre a razão instrumental e a razão valorativa, sendo que os juízos de valor não podem ter sua origem nos dados empíricos [...]”.

(JAPIASSÚ;

MARCONDES, 1996, p. 1274).

Bias

Termo da língua inglesa que designa viés, parcialidade ou preconceito. O termo é de uso comum entre cientistas sociais.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Viés>

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

Você já sabe o que é *bias* em pesquisas qualitativas. Antes de continuarmos discutindo esse conceito, diga como é possível evitar o *bias* neste tipo de pesquisa.

Resposta comentada

O pesquisador deve, primeiro, reconhecer o *bias* na pesquisa. Ele deve estar autoconsciente de que seus valores estão envolvidos na escolha dos problemas estudados e, por isso, devem ser permanentemente explicitados. Para evitar o *bias*, é preciso enfrentar as valorações, introduzindo as premissas valorativas de forma explícita nos resultados da pesquisa. Em outras palavras, quanto mais o pesquisador tem consciência de suas preferências pessoais, mais é capaz de evitar o *bias*. Para evitá-lo, é necessário explicitá-lo e não forjar a ideia de que a pesquisa é estritamente orientada por procedimentos objetivos.

É importante termos claro os conceitos de objetividade e subjetividade, que serão úteis quando abordarmos pesquisas qualitativas. “Objetividade é a qualidade daquilo que é objetivo, externo à consciência, resultado de observação imparcial, independente das preferências individuais” (Disponível em: <<http://www.significados.com.br/objetividade/>>).

Subjetividade é algo que varia de acordo com o julgamento de cada pessoa, é um tema que cada indivíduo pode interpretar da sua maneira, que é subjetivo. Subjetividade diz respeito ao sentimento de cada pessoa, sua opinião sobre determinado assunto. Subjetividade é algo que muda de acordo com cada pessoa, por exemplo, gosto pessoal, cada um possui o seu, portanto é algo subjetivo. O tema subjetividade varia de acordo com os sentimentos e hábitos de cada um, é uma reação e opinião individual,

não é passivo de discussão, uma vez que cada um dá valor para uma coisa específica. A subjetividade é formada através das crenças e valores do indivíduo, com suas experiências e histórias de vida. O tema da subjetividade é bastante debatido e estudado em psicologia, como ela se forma, de onde vêm, e etc.

Disponível em: <<http://www.significados.com.br/subjetividade/>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

Não aceitando a ideia de que a ciência é neutra, mesmo recorrendo ao uso de métodos quantitativos, os sociólogos Max Weber, Howard Becker e Pierre Bourdieu propõem que o pesquisador tenha consciência da interferência de seus valores na seleção e no encaminhamento do problema investigado. Nesse sentido, cabe ao pesquisador reconhecer o *bias*, para evitar sua interferência nas conclusões de seu estudo. Para prevenir o *bias* nas ciências sociais, é preciso, portanto, enfrentar os valores, expondo quais são as premissas valorativas que fazem parte da pesquisa.

Pierre Bourdieu chama de objetivação o esforço controlado de conter a subjetividade. Objetivação consiste em um esforço, porque não é possível realizá-la plenamente, ainda que seja essencial

conservar-se esta meta, para não fazer do objeto construído um objeto inventado. A simples escolha de um objeto já significa um julgamento de valor na medida em que ele é privilegiado como mais significativo entre tantos outros sujeitos à pesquisa. O contexto da pesquisa, a orientação teórica, o momento sócio-histórico, a personalidade do pesquisador, o **ethos** do pesquisado, influenciam o resultado da pesquisa. Quanto mais o pesquisador tem consciência de suas preferências pessoais, mais é capaz de evitar o *bias*, muito mais do que aquele que trabalha com a ilusão de ser orientado apenas por considerações estritamente científicas (GOLDENBERG, 1997, p. 45).

Como vimos, o sociólogo Wright Mills, em seu livro *A imaginação sociológica*, propõe que o cientista social seja autoconsciente, reconhecendo que seus valores estão envolvidos na escolha dos problemas estudados e, por isso, devem ser permanentemente explicitados. Para ele, corre-se mais o risco de se afastar da objetividade quando se pretende uma total objetividade, quando se acredita ter coletado dados absolutamente objetivos, quando se eliminam dos resultados da pesquisa todas

Ethos

Na Sociologia, é uma espécie de síntese dos costumes de um povo. O termo indica quais os traços característicos de um grupo humano qualquer que o diferenciam de outros grupos sob os pontos de vista social e cultural.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ethos>

Survey

Questionário. Um dos instrumentos de geração de dados mais conhecido e utilizado em pesquisas científicas nas mais diversas áreas.

Fonte: <http://www.contornospesquisa.org/2011/04/surveys-questionarios-como-construir.html>

as possíveis implicações pessoais no objeto de estudo. Em vez de não se reconhecer o *bias*, é preciso explicitá-lo.

Howard Becker tem uma reflexão sobre a questão da objetividade nas pesquisas de ciências sociais. Questionando a suposta neutralidade dos questionários (*surveys*), Becker levanta o problema dos entrevistadores que induzem ou forjam seus dados com respostas inventadas para entrevistas que não foram sequer efetuadas.

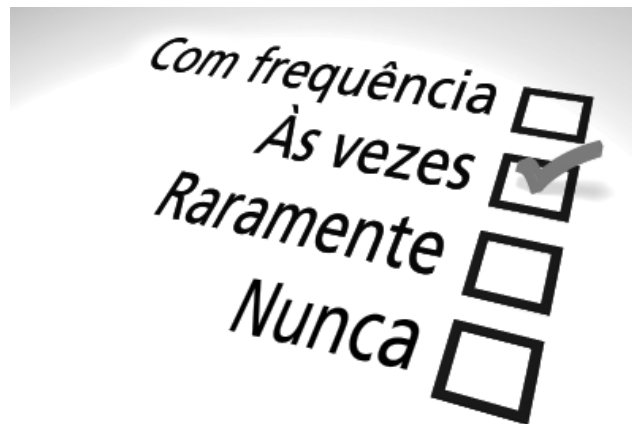


Figura 1.8: O *bias* do pesquisador pode interferir na neutralidade de seus questionários.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/1395772> (adaptado)

Ele coloca a seguinte questão: se o *bias* do pesquisador possivelmente afeta os dados coletados em pesquisas mais controladas, não afetará muito mais em pesquisas qualitativas, nas quais o investigador tem um número maior de possibilidades de escolha das evidências que lhe são convenientes?

Os pesquisadores qualitativos têm muito mais liberdade do que os entrevistadores de *surveys* e podem ter vários tipos de atitude que vão desde sorrisos até intervenções mais diretas. Como, então, podem ser consideradas objetivas as conclusões baseadas em dados que podem ter sido assim coletados? Becker lembra que o entrevistado de um *survey* é abordado por alguém que nunca viu antes e espera nunca mais ver de novo. Uma vez que ele não é constrangido por nada além das pressões que surgem na situação imediata da entrevista, estas pressões têm grande

probabilidade de exercer um efeito de *bias* sobre o que ele diz. Já as pessoas que um pesquisador qualitativo estuda, em geral, são observadas de diferentes maneiras durante um longo período de tempo, o que torna mais difícil que elas fabriquem o seu comportamento durante toda a duração da pesquisa. A pesquisa qualitativa, ao empregar técnicas que impliquem imersão e profundidade do pesquisador no contexto de investigação, combate o perigo de *bias*, porque torna difícil para o pesquisador restringir suas observações de maneira a ver apenas o que sustenta seus preconceitos e expectativas (GOLDENBERG, 1997, p. 46).

Nessa perspectiva, as técnicas de pesquisa qualitativa permitem mais controle do *bias* do pesquisador do que as da pesquisa quantitativa. Por meio, por exemplo, da observação participante, por um longo período de tempo, o pesquisador:

- coleta os dados através da sua participação na vida cotidiana do grupo ou da organização que estuda;
- observa as pessoas para ver como se comportam;
- conversa para descobrir as interpretações que têm sobre as situações que observou, podendo comparar e interpretar as respostas dadas em diferentes situações.

Assim, o pesquisador terá dificuldade de ignorar as informações que contrariam suas hipóteses, do mesmo modo que as pessoas que estuda teriam dificuldade de manipular, o tempo todo, impressões que podem afetar sua avaliação da situação. Numerosas observações feitas durante um longo período de tempo ajudam o pesquisador a se proteger contra seu *bias*, consciente ou inconsciente, contra “ver apenas o que quer ver” (GOLDENBERG, 1997, p. 47).

Assim, para minimizar esse problema, é preciso explicitar detalhadamente os limites das escolhas feitas. Além disso, Becker e Bourdieu enfatizam a necessidade de tornar explícitos os resultados negativos dos estudos, de mostrar as dificuldades e os caminhos percorridos pelo pesquisador até chegar aos resultados de sua pesquisa. Em geral, os pesquisadores “escondem” as suas dificuldades em seus relatórios de pesquisa, preferindo mostrar apenas “o que deu certo”.

Atividade final

Atende aos objetivos 1, 2 e 3

Existe um modelo de metodologia para a pesquisa qualitativa? Relacione sua resposta à proposta do curso.

Resposta comentada

Não existe e não é possível estabelecer um modelo de metodologia, porque a pesquisa envolve experimentar, na maioria das vezes, situações que os manuais não conseguem antecipar. Pesquisar não se restringe a absorver técnicas e aplicá-las na prática. As circunstâncias da pesquisa não nos são inteiramente controláveis.

A proposta do curso pressupõe que a metodologia é um caminho com muitas possibilidades. Nossa proposta faz uma crítica à ideia de que a pesquisa é marcada por procedimentos metodológicos previamente definidos e inalteráveis.

Resumo

Nesta aula, foram apresentadas questões metodológicas introdutórias ao curso de Metodologia da Pesquisa em Segurança Pública - II. A questão central, que orientou a maior parte da aula, diz respeito à proposta do curso, que se distingue de uma abordagem metodológica convencional. Com base nos textos dos sociólogos Wright Mills e Howard Becker, criticamos a abordagem metodológica que se propõe a definir

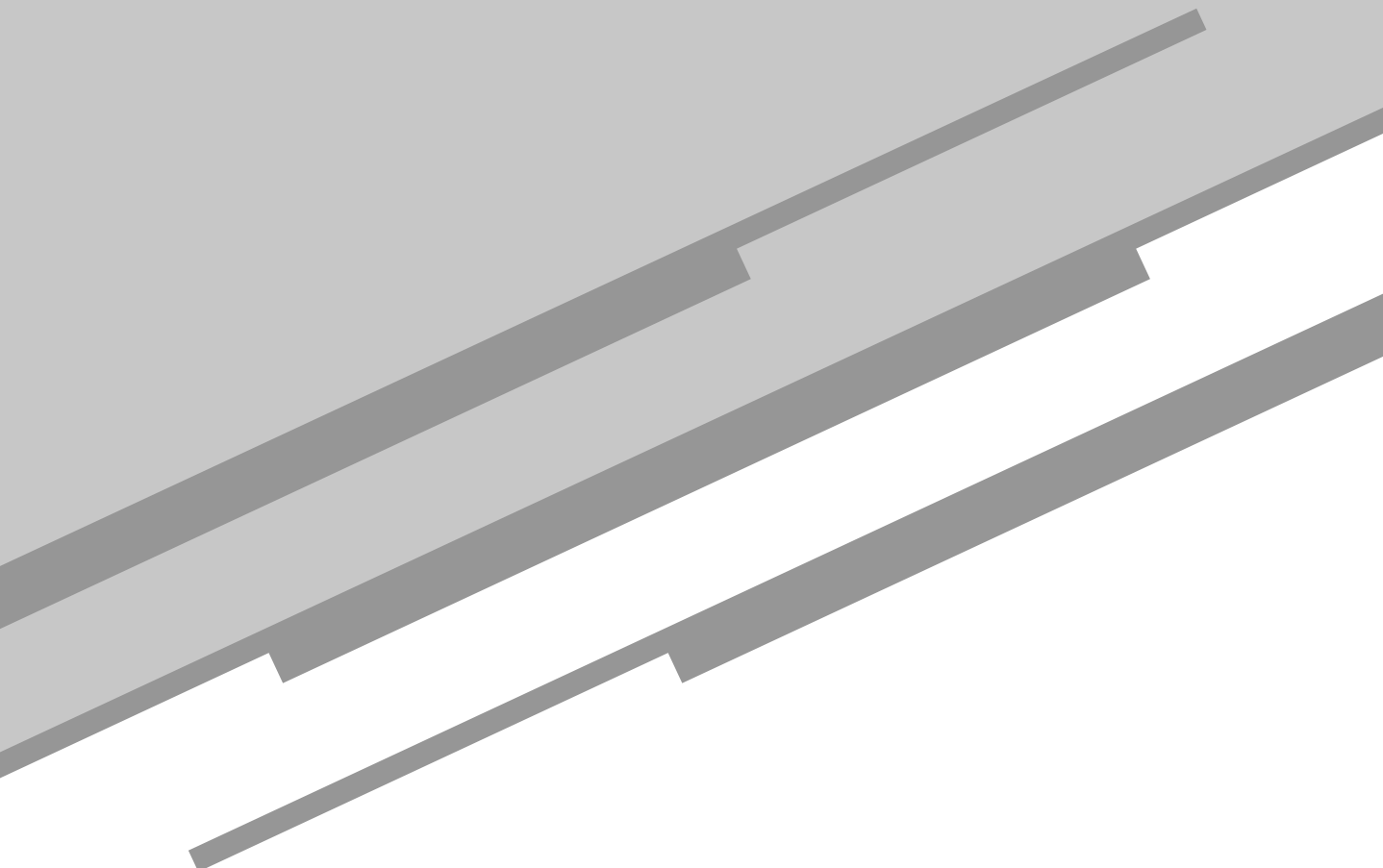
uma “maneira certa” de fazer pesquisa, realçando que a metodologia corresponde a caminhos que não podem ser definidos para todos e que estes não são inteiramente controláveis. Além disso, indicamos por que o pesquisador deve enfrentar as valorações, introduzindo as premissas valorativas de forma explícita nos resultados da pesquisa.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, abordaremos a pesquisa de campo nas ciências sociais, focalizando práticas e técnicas, como a observação direta e participante, questões relativas à inserção do pesquisador no campo e planejamento da pesquisa empírica.

Aula 2

Pesquisa de campo em Ciências Sociais



Mirian Alves de Souza

Meta

Apresentar as especificidades da pesquisa de campo no âmbito das ciências sociais.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a importância da pesquisa (ou trabalho) de campo, bem como de seus informantes, na área de ciências sociais;
2. diferenciar as fases de uma pesquisa;
3. identificar os desafios de uma pesquisa em ambientes familiares ao pesquisador;
4. descrever a técnica de observação participante e reconhecer a ética como parte integrante do cotidiano do pesquisador no campo.

Introdução

Já conhecemos os caminhos propostos pela Metodologia da Pesquisa para a construção do conhecimento no campo das ciências sociais e sabemos da importância da pesquisa de campo.

Mas como essa pesquisa acontece? Quais as suas etapas? Há desafios típicos das pesquisas de campo? E como é vista a ética nesse processo?

Para responder a essas questões, abordaremos a pesquisa de campo desenvolvida por profissionais da área de ciências sociais. A aula está dividida em quatro partes:

- 1ª) introdução aos conceitos fundamentais, como trabalho de campo e informante;
- 2ª) reflexão sobre planejamento de pesquisa;
- 3ª) apresentação do exercício de estranhamento para o pesquisador que estuda sua própria sociedade;
- 4ª) exploração da técnica da observação participante e inserção do pesquisador no campo, considerando as questões éticas pertinentes a esse processo.

Você poderá instrumentalizar esse conteúdo em seus projetos de pesquisa, bem como utilizá-lo para a melhor compreensão do processo de produção do conhecimento acadêmico em sua área mais geral de formação.

O trabalho de campo e seus informantes

A pesquisa de campo não é uma exclusividade das ciências sociais e da pesquisa qualitativa. Geólogos, geógrafos, arqueólogos, biólogos, estatísticos, por exemplo, realizam pesquisa de campo.

O campo

O campo é o contexto de observação, o lugar onde o pesquisador entrevista e conversa com as pessoas que pretende estudar. A pesquisa qualitativa na área das ciências sociais envolve técnicas e práticas empregadas em contextos definidos pelo pesquisador: esse contexto é o campo do pesquisador.



Figura 2.1: O campo de pesquisa é o lugar (ou lugares) no qual o pesquisador realiza sua investigação.

O campo é um termo afetado por um genitivo de propriedade. Com isso, quero dizer que os pesquisadores costumam se referir ao lugar onde realizam suas pesquisas como “meu campo”. O antropólogo que pesquisa o tribunal do júri, por exemplo, considera-o como o seu “campo”. As pessoas que circulam nesse espaço, como réus, testemunhas, escrivães, oficiais de justiça, policiais, advogados, promotores, defensores, familiares, jurados e juízes são considerados potenciais informantes ou interlocutores do pesquisador.

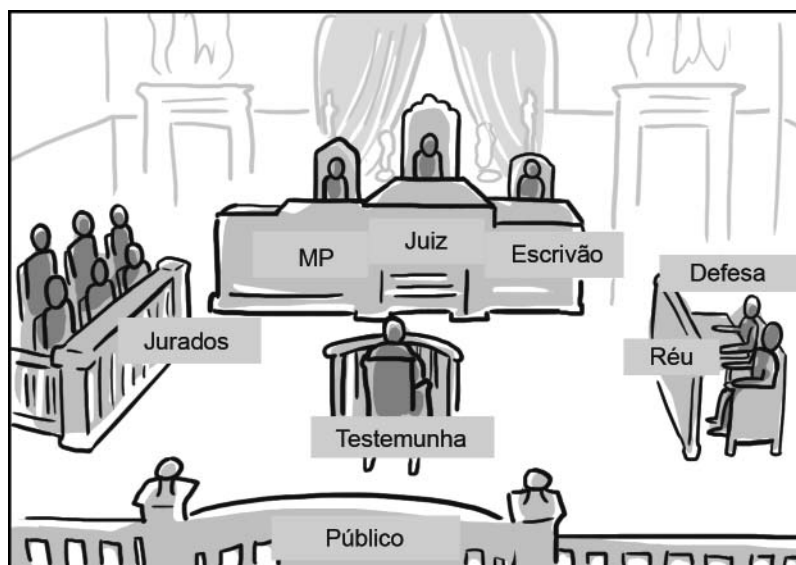


Figura 2.2: Todas as personagens (juiz, escrivão, réu etc.) serão possíveis informantes ou interlocutores de um pesquisador que tem um tribunal como seu campo.

O informante

O termo *informante* se refere aos sujeitos que irão nos fornecer informações, que serão posteriormente consideradas dados da pesquisa. Depois de coletá-las, o pesquisador, em um processo reflexivo, qualifica-as.

Considerando que o informante não é meramente alguém que informa, o termo *interlocutor* tem sido empregado no sentido de superar essa ideia.



No campo da Antropologia, é possível encontrar o termo *nativo*, que corresponde a informante. Como nativo é o sujeito que será pesquisado, ele é um potencial informante.

Em detrimento dos termos *informante* ou *entrevistado*, alguns pesquisadores optam por utilizar a categoria *interlocutor*, justificando que a informação deve ser contextualizada em um espaço de diálogo no qual se transforme em dados para o pesquisador. Em outras palavras, a relação com os interlocutores é que permite que informações possam ser, posteriormente, consideradas **dados** da pesquisa. Durante a realização de seu estudo *in loco*, o pesquisador desenvolve a sua pesquisa de campo (ou trabalho de campo) com pessoas que são importantes, não apenas por fornecerem informações, mas por qualificarem o pesquisador na transformação da informação em dados de pesquisa.

Dados

Conjunto de informações, podendo ser organizadas ou não. Informações qualitativas, quantitativas, categóricas ou indefinidas. [...] cada ciência trata dados de acordo com suas características distintas [...].

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Dados>

In loco

Expressão latina que significa “no lugar” ou “no próprio local”; é equivalente à expressão *in situ*.

Fonte: <http://www.significados.com.br/in-loco/>

Atividade 1

Atende ao objetivo1

Por que o pesquisador deve analisar sua relação com os informantes?

Resposta comentada

Porque a forma como a pesquisa de campo é realizada torna compreensível o resultado da pesquisa. Por exemplo, a técnica da observação participante, que veremos nesta aula, implica a construção de uma relação de confiança com os informantes. Ao empregar essa técnica, torna-se indispensável uma reflexão sobre a relação pesquisador / informante.

O diário de campo

Como discutido em nossa aula anterior, os procedimentos metodológicos adotados no curso da pesquisa não são conhecidos previamente pelo pesquisador nem adotados igualmente por todos os pesquisadores. Eles são escolhidos e empregados dependendo das circunstâncias e das condições impostas pelo campo e pelos informantes (ou interlocutores). Não cabe ao pesquisador a imposição de uma técnica de pesquisa. Ele precisa se adequar às condições do campo. Por exemplo, quando realizei um trabalho de campo nas audiências do Immigration and Refugee Board of Canada (IRB) – tribunal administrativo independente do Canadá, responsável por analisar e decidir os pedidos de refúgio e proteção a reclamantes que chegam ao país –, embora eu desejasse anotar, fotografar e registrar o áudio da audiência, fui impedida, devido a uma regra do tribunal que proibia registros através de escrita ou gravação eletrônica (ou outros meios de comunicação, como celular e internet). Coube a mim ficar atenta e guardar as audiências na memória, deixando o registro escrito para um momento posterior.

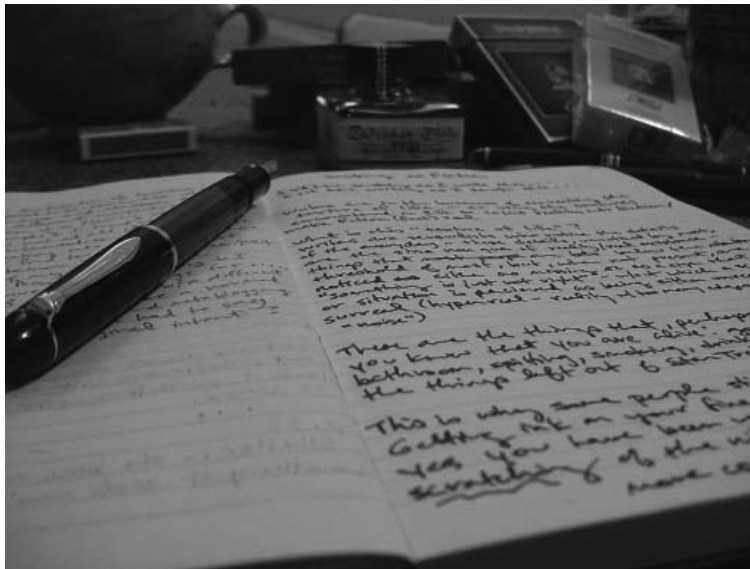


Figura 2.3: O diário é um instrumento fundamental para que o pesquisador registre dados coletados em campo.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/klytemestra/101561441/in/photostream/>



Diário de campo é um instrumento utilizado pelos investigadores para registrar/anotar os dados recolhidos susceptíveis de serem interpretados. Neste sentido, o diário de campo é uma ferramenta que permite sistematizar as experiências para posteriormente analisar os resultados. Cada investigador tem a sua própria metodologia na hora de levar a cabo o seu diário de campo. Neste, podem-se incluir ideias desenvolvidas, frases isoladas, transcrições, mapas e esquemas, por exemplo. O que importa mesmo é que o investigador possa apontar no diário aquilo que vê/observa ao longo do seu processo de investigação, para depois analisar e estudar. Obviamente, os apontamentos tirados no diário de campo não têm necessariamente de retratar a realidade em si, mas, antes, a realidade vista na óptica do investigador, com as suas percepções e a sua cosmovisão. A subjetividade entra em jogo a partir do momento em que são tirados apontamentos, e não unicamente quando da interpretação. Por isso, pode-se afirmar que, mesmo que dois investi-

gadores trabalhem em conjunto sobre o mesmo tema, os diários de campo de cada um serão certamente diferentes.

Disponível em: <<http://conceito.de/diario-de-campo#ixzz3Gi2rnfy0>>.

Acesso em: 15 maio 2015.

O fato de o pesquisador ter que se submeter a regras que não lhe são inteiramente conhecidas e à imprevisibilidade que acompanha o trabalho de campo, não impede uma reflexão sobre como realizá-lo.

Algumas experiências

A seguir, vamos abordar experiências com o trabalho de campo que estão expostas no livro *A aventura sociológica*, organizado por Edson de Oliveira Nunes. A ideia desse livro, que inclui outras experiências de pesquisa, tem a ver com a discrepância percebida entre o trabalho diário do pesquisador e as prescrições dos manuais de técnicas de pesquisa. O objetivo é expor o processo de elaboração das pesquisas na área de ciências sociais sem seguir os aspectos normativos da metodologia de pesquisa e com o intuito de apreender “a lógica da descoberta” de cada pesquisador, desvendando o processo de reflexão e as estratégias empregadas no cotidiano das pesquisas, para resgatar aspectos atípicos e pessoais de cada autor no desenrolar de sua investigação.

Embora existam inúmeros livros e artigos que garantem o acesso às normas metodológicas da investigação, há uma lacuna no que se refere à prática dos pesquisadores com o objeto de estudo. Existem informações sobre os métodos, mas pouco se informa sobre o método utilizado para a realização de estudos específicos. Os manuais de metodologia estão mais voltados para um exame lógico dos métodos de pesquisa do que para a própria lógica ou contexto da descoberta. Nesse sentido, como observa o organizador do livro, o estudante acaba registrando regras metodológicas sem refletir sobre a prática da pesquisa. Ao se limitar ao registro de normas e regras, o estudante não reflete sobre os desafios de sua escolha em relação a qual norma empregar. Conhecer os procedimentos consensuais na comunidade científica, como hipotetização, observação, testagem e confirmação, não garante a racionalidade. Como já

discutimos, tais procedimentos não afastam as possíveis interferências advindas de sentimentos pessoais do pesquisador.

A proposta do livro não é descartar a importância de se utilizarem tais arcabouços lógicos e normativos para o processo de investigação e para a comunicação dos resultados desse processo, pois eles são de extrema utilidade quanto aos padrões de julgamento e validação dos estudos pela comunidade científica. No entanto, a investigação das práticas dos pesquisadores em seu dia a dia oferece subsídios ao estudante para o aprendizado do corpo normativo da metodologia de pesquisa, isto é, quais foram as técnicas e práticas empregadas para a construção do conhecimento. Considerar como objeto de estudo o sociólogo na sua prática cotidiana de investigação contribui para o acervo metodológico das disciplinas em ciências sociais e mostra como as preferências e estilos pessoais influenciam as soluções que os pesquisadores encontram para os problemas postos no processo de investigação. O estudo dessas soluções é importante na medida em que elas podem ser agregadas ao corpo metodológico pré-existente.

Assim, os artigos reunidos no livro *A aventura sociológica* são particularizantes e se referem mais à prática dos autores da pesquisa do que ao arcabouço normativo metodológico. Nessa perspectiva, as experiências extraídas deste livro (e que vamos conhecer) não se propõem a ensinar como pesquisar, e sim a descrever o processo de realização, num esforço de desformalizar a narrativa para expor a experiência vivida pelo pesquisador.

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 1

Observe o trecho abaixo, extraído de um relatório de pesquisa:

Trabalho de campo no Roma Community Center, Toronto, Canadá

A primeira viagem, em 2009, tinha como objetivo central conhecer o Roma Community Center RCC, associação cigana que oferece auxílio a ciganos que chegam à cidade de Toronto, no Canadá. Em 2011, voltei ao Canadá, como estudante visitante da University of Western Ontario, em London ON, e retomei o

trabalho de campo iniciado em 2009. Quando conheci o RCC, constatei que poderia realizar meu trabalho de campo na associação, porque a pesquisa foi aceita e teria acesso a informantes, instituições e dados. Por causa do trabalho de campo no RCC, pude acompanhar os pedidos de refúgio junto ao Immigration and Refugee Board of Canada IRB, discutir suas exigências, etapas e questões, ter acesso a profissionais envolvidos com o processo de refúgio e conhecer refugiados ciganos de diferentes países do Leste Europeu. Meu primeiro contato com o RCC foi através de seu *website*. Escrevi um *e-mail* para o diretor executivo da associação, no qual me apresentava como estudante de doutorado interessada em pesquisar ciganos no Canadá. O diretor respondeu afirmativamente e marcou minha primeira visita. A partir daí, o RCC se tornou um espaço fundamental para a minha pesquisa, sendo a maior parte de meus informantes associada ao RCC (SOUZA, 2013).

Com base na leitura desse trecho, identifique campo e informante, citando as características que os definem, com base nos conceitos que você estudou nesta aula.

Resposta comentada

De acordo com o trecho do relatório, a pesquisa de campo foi realizada no Roma Community Center. O trabalho de campo foi realizado em dois momentos: a primeira viagem em 2009 e a segunda em 2011. Através do RCC, a pesquisadora realizou trabalho de campo no Immigration Refugee Board. Os lugares nos quais a pesquisadora estabeleceu informantes e empregou técnicas de pesquisa, como observação direta e entrevista, são definidos como *campo*. Os informantes que participaram da pesquisa foram contatados através do RCC. O contato com o primeiro informante da associação foi feito através de *e-mail*. Os informantes são os sujeitos através dos quais a pesquisadora reuniu informações, dados da pesquisa.

Planejando a pesquisa...

Pesquisa é um termo empregado para dar significado à construção de um conhecimento que obedeceu a certas exigências científicas. Para que um estudo possa ser reconhecido como científico, deve obedecer a determinados critérios de coerência, consistência e objetivação. Segundo Goldemberg (1999), é desejável que uma pesquisa científica preencha os seguintes requisitos:

- a) a existência de uma pergunta que se deseja responder;
- b) a elaboração de um conjunto de passos que permitam chegar à resposta;
- c) a indicação do grau de confiabilidade na resposta obtida.

As fases da pesquisa

Em sua sistematização sobre o planejamento da pesquisa, Goldemberg considera que ele deve levar em conta os requisitos mencionados anteriormente e que dependerá basicamente de três fases:

1. *Fase decisória*: referente à escolha do tema, à definição e à delimitação do problema de pesquisa;
2. *Fase construtiva*: referente à construção de um plano de pesquisa e à execução da pesquisa propriamente dita;
3. *Fase redacional*: referente à análise dos dados e das informações obtidas na fase construtiva.

Outros pesquisadores propõem outras divisões para o planejamento da pesquisa, entretanto, uma sistematização não exclui a outra. Nesta aula, realçamos que as sistematizações e experiências de distintos pesquisadores podem contribuir para a construção de nossas sistematizações e construções metodológicas. A seguir, vamos considerar outra proposta de sistematização do planejamento da pesquisa.

Anthropological blues

O antropólogo Roberto DaMatta, em seu texto “O ofício do etnólogo ou como ter *anthropological blues*”, aborda três fases da pesquisa de campo em Antropologia, consideradas como três planos fundamentais quando se trata de discorrer sobre as etapas de uma pesquisa:



“Por *anthropological blues* se quer cobrir e descobrir de maneira metódica as dimensões interpretativas do trabalho do antropólogo” – ou para usar o termo empregado por DaMatta: ofício de etnólogo (DAMATTA, 1978).

A primeira fase

Esta é a fase teórico-intelectual,

quando não se tem nenhum contato com o objeto do estudo, onde há um divórcio entre o futuro pesquisador e a tribo, classe social, mito etc. que fazem parte daquilo que se procura ver, encerrar, enxergar, explicar etc. Divórcio que não é pela ignorância do estudante. Ele é um excesso de conhecimento teórico, universal e mediatizado não pelo concreto específico, mas pelo abstrato e não vivenciado: livros, artigos, ensaios dos outros. Nesta fase, as aldeias são diagramas, os matrimônios são desenhos geométricos simétricos e equilibrados. Muito pouco se pensa em coisas específicas que dizem a respeito da própria experiência quando o conhecimento é permeabilizado por cheiros, cores, dores e amores. Perdas, ansiedades e medos que os manuais não recolhem (DAMATTA, 1978, p. 24).

É caracterizada pelo “uso e até abuso da cabeça, quando ainda não temos nenhum contato com os seres humanos que, vivendo em grupos, constituem-se nos nossos objetos de trabalho” (DAMATTA, 1978, p. 24).

A segunda fase

É denominada de período prático. Ela diz respeito, essencialmente,

à antevéspera da pesquisa e se dá em circunstâncias que acarretam mudanças dramáticas, e se passa de teorias universais para os problemas mais banalmente concretos, e tem a ver com questões de logística da pesquisa: quanto arroz levarei, que tipo de remédios, onde vou dormir, comer etc. quando for ao campo. Coisas que não são agradáveis, mas quando o nosso treinamento é excessivamente teórico, já não se trata de citar a experiência de algum herói-civilizador da disciplina, mas de colocar o problema fundamental na Antropologia, qual seja: o da especificidade e relatividade de sua própria experiência (DAMATTA, 1978, p. 24).

A terceira fase

A final é a terceira, chamada de pessoal ou existencial. Nesta fase, não há mais divisões nítidas entre as etapas da formação científica ou acadêmica do pesquisador, mas uma visão de conjunto. Enquanto o plano teórico intelectual é medido pela competência acadêmica, e o plano prático pela perturbação de uma realidade que se torna mais mediata, o plano existencial aborda as lições que se relacionam diretamente ao próprio caso do pesquisador. Por isso, ela é mais geral e integradora: “deve sintetizar a biografia com a teoria, e a prática do mundo com a do ofício” (DAMATTA, 1978, p. 25). Nesta dimensão, dialoga-se com pessoas de verdade, não com simples diagramas simétricos; a realidade se sente em todos os âmbitos: pessoas de todos os tipos, o clima, as doenças, as dificuldades do lugar etc. Nesta fase, o pesquisador percebe que está entre dois fogos: a sua cultura e outra, o seu mundo e outro, e se coloca como tradutor de outro sistema para a linguagem de seu próprio mundo.

A terceira fase, que realça a dimensão pessoal e existencial do pesquisador, é a mais enfatizada no texto do antropólogo Roberto DaMatta. Nesta fase, elementos que não são necessariamente previstos mostram-se importantes para a construção do conhecimento. Tais elementos, que constituem o “outro lado” da tradição oficial da disciplina, aparecem, em geral, apenas nas conversas de congressos e contextos informais. São, por exemplo, as situações tragicômicas, quando o pesquisador em campo tem diarreia, enfrenta dificuldades em conseguir comida... Essas histórias costumam ficar de fora dos relatos oficiais; abandona-se a di-

menção humana e fenomenológica para não se explicitarem os aspectos subjetivos da pesquisa de campo. Para DaMatta, o pesquisador teme sentir o *anthropological blues*.

A proposta do autor é incorporar nas rotinas oficiais os aspectos extraordinários de todo relacionamento humano. Para isso, o pesquisador tem dois desafios: “transformar o exótico em familiar e, inversamente, transformar aquilo que é familiar em exótico” (DAMATTA, 1978, p. 28). Em um caso ou em outro, é preciso considerar dois universos de significação e ter uma vivência deles. Esse exercício tem a ver com a história da antropologia enquanto disciplina: a primeira transformação é passar do exótico ao familiar, que equivale a decifrar os enigmas sociais situados em universos de significação não compreendidos pelo pesquisador. A segunda transformação corresponde ao momento presente, em que a disciplina se volta para a nossa própria sociedade: um autoexorcismo, pois não se trata de descobrir no outro aquilo que parece estranho e sem lógica, mas sim em nós, nossas situações cotidianas, políticas etc. Desse modo, o pesquisador precisa aprender a estranhar alguma regra social familiar e descobrir o exótico que está petrificado dentro de nós pela reificação e por mecanismos de legitimação.

“Transformar o exótico em familiar e, inversamente, transformar aquilo que é familiar em exótico”. Estas duas transformações possuem uma relação de homologia, ou equivalência, que conduz a um encontro:

- **Primeira transformação**

Vai ao encontro daquilo que o pesquisador chama de bizarro: ele sai da sua sociedade, encontra os outros e, finalmente, retorna triunfalmente ao seu grupo com seus troféus.

- **Segunda transformação**

A viagem é como um movimento onde não se sai do paradoxal. A viagem é vertical (para dentro ou para cima) muito mais do que horizontal.

Todos aqueles que realizam essas viagens se dispuseram a chegar ao fundo do poço da sua própria cultura. Essa transformação conduz a um encontro com o outro e ao estranhamento. As duas transformações mencionadas se relacionam e não são perfeitas ou completas, implicando um ponto de partida e um ponto de chegada. O ponto de chegada se caracteriza pelo processo de familiarização do pesquisador com o universo em estudo. Nesse processo, a apreensão se dá pela via intelectual. Já no segundo ponto, que se trata do universo cultural do pesquisador, é preciso um desligamento emocional, porque, neste caso, a familiarida-

de com o universo não foi adquirida via intelecto, mas sim via coerção socializadora.

Perceba que é nesse processo de transformação que encontramos a ideia de *anthropological blues*. Os sentimentos e as emoções que o caracterizam não são previstos ou esperados. Sentimentos como tristeza e saudade aparecem no processo do trabalho de campo e causam surpresa ao pesquisador. A afetividade e outros elementos sentimentais se intrometem sistematicamente na rotina intelectualizada da pesquisa antropológica.

Para DaMatta, entre o momento de chegada e o de partida é que se dá a descoberta: quando o pesquisador consegue descobrir o funcionamento de uma dada instituição, compreende o sentido de uma regra que lhe parecia obscura. No momento em que o intelecto avança, as emoções estão igualmente presentes, pois é preciso compartilhar o gosto pela vitória e, nesse momento, se deparar com um novo paradoxo: o etnólogo volta para o seu mundo e se isola novamente. Porém, a antropologia compreende um componente de alteridade: só acontece quando há um informante e só há dados quando há um processo de empatia de ambos os lados. São os informantes que salvam o etnólogo do marasmo.

O antropólogo nunca está sozinho no meio de um sistema exótico com o qual está tentando se familiarizar; ele está mais ligado à sua própria cultura. Quando o familiar começa a aparecer, ou quando o trabalho termina, ele retorna com aqueles pedaços de imagens e pessoas que ele conheceu enquanto fazia a pesquisa de campo. Para o autor, é necessário recuperar o lado extraordinário das relações pesquisador/nativo, que se constitui no aspecto mais humano da rotina e é o que permite produzir uma boa etnografia.

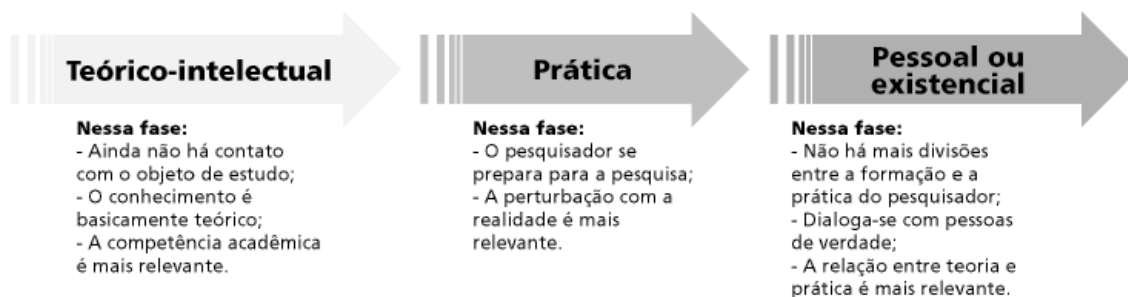


Amado Araújo

Figura 2.4: Para o pesquisador fazer uma descrição densa, e não simplesmente mecânica, é preciso sentir a marginalidade, a solidão e a saudade.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dra_Reina_-_Trans_Darien.png

Vejamos, então, como ficam as três fases da pesquisa na perspectiva de Roberto DaMatta no esquema a seguir:



Dadas todas essas informações, concluimos que não se deve fugir do *anthropological blues*.

Atividade 3

Atende ao objetivo 2

Ao apresentarmos as fases da pesquisa a partir do texto de DaMatta, não estamos interessados em estabelecer padrões normativos, mas sim em refletir sobre como o antropólogo organizou o seu trabalho. Diante disso, qual é a contribuição mais geral de DaMatta para o pesquisador que está se preparando para o trabalho de campo?

Resposta comentada

Você deve ter percebido que a fase existencial tem um peso decisivo para o trabalho de pesquisa. Refletir sobre como o pesquisador lida com os seus sentimentos pode contribuir para essa descoberta. O lado extraordinário da relação do pesquisador com seus informantes contribuirá significativamente para a pesquisa.

Pesquisas em ambientes familiares: outros desafios

As questões tratadas por Roberto DaMatta podem envolver qualquer pesquisa de campo, mas, especialmente, para quem faz pesquisa em outra sociedade e vivencia o distanciamento geográfico, elas parecem mais pertinentes.

A próxima experiência tem mais diretamente a ver com o campo da segurança pública, sobretudo quando a pesquisa se dá em instituições que fazem parte da sociedade do pesquisador.

O texto “Observando o familiar” (1981), do antropólogo Gilberto Velho, expõe questões fundamentais para o exercício da pesquisa de campo em nossa própria sociedade. A pesquisa em um universo familiar, que não nos é estranho, traz desafios tão complexos quanto a pesquisa em uma sociedade exótica e distante.

O texto citado começa com uma discussão sobre a importância da distância na pesquisa e um questionamento sobre a ideia de que apenas os métodos quantitativos podem garantir distância. Para Velho, os métodos qualitativos – que envolvem observação participante, entrevista aberta, contato direto, pessoal e prolongado com o universo investigado – também garantem a distância necessária para a investigação científica. Isso já foi abordado em nossa primeira aula. Aqui, no entanto, queremos discutir o estabelecimento da distância em contextos de pesquisa que nos são familiares. Nossa questão envolve pensar a distância em contextos nos quais o pesquisador não se submete a um deslocamento geográfico e se sente culturalmente familiarizado com os sujeitos e as relações.

A partir do texto de Roberto DaMatta, vimos que a distância na pesquisa de campo se relaciona à trajetória antropológica de transformar o “exótico em familiar e o familiar em exótico”. Nesse exercício de transformação, aborda-se a questão da distância. Entretanto, para Gilberto Velho, é preciso refletir um pouco mais sobre o que se entende por distância.

Sem dúvida, existe uma distância física clara entre a sociedade inglesa da década de 30 e uma tribo do Sudão. Há de haver um deslocamento no espaço, que requer a utilização de um determinado tempo, maior, em princípio, do que ir de Londres a Oxford ou de Cartum (capital do Sudão) ao Cairo. É possível que um ou outro indivíduo na tribo fale inglês, mas a grande maioria comunica-se exclusivamente por meio dos dialetos locais, o que evidentemente representa, em princípio, uma descontinuidade maior em termos de comunicação do que entre um *scholar* (estudioso) inglês e um operário conterrâneo [...]. Falar a mesma língua não é suficiente, já que existem grandes diferenças no vocabulário, além de significados e interpretações diversos que podem ser dados a palavras, categorias ou expressões aparentemente idênticas (VELHO, 1978, p. 37-38).

Além disso, Velho argumenta que, por exemplo, durante congressos acadêmicos internacionais, pesquisadores de diferentes culturas interagem e se socializam, evidenciando uma bagagem cultural comum, embora falantes de línguas diferentes.

Diante disso, perguntamos:

O fato de dois indivíduos pertencerem à mesma sociedade não significa que estejam mais próximos do que se fossem de sociedades diferentes?

O antropólogo Gilberto Velho mostra, em seu texto, que a proximidade – o conhecimento cotidiano em relação ao ambiente e aos sujeitos da pesquisa – não garante um objeto mais conhecido. O fato de dois sujeitos viverem na mesma sociedade não os torna mais próximos do que se estivessem em sociedades distantes e diferentes. Reconhecendo que a proximidade e a familiaridade não garantem um conhecimento profundo sobre o objeto, Velho realça a importância de duvidarmos de nosso conhecimento sobre o que é familiar:

O que vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido, e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento respectivamente (VELHO, 1978, p. 39).

Preciso estar ciente de que, na minha sociedade,
meu conhecimento pode estar comprometido
por rotinas, hábitos e estereótipos.



Figura 2.5: Lenin Pires, antropólogo.

Como argumenta Velho,

posso ter um mapa, mas não compreendo necessariamente os princípios e mecanismos que o organizam. O processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes quando comparado ao que é exótico. Em princípio, dispomos de mapas mais complexos e cristalizados para a nossa vida cotidiana do que em relação a grupos ou sociedades distantes ou afastadas. Isso não significa que, mesmo ao nos defrontarmos, como indivíduos e pesquisadores, com grupos e situações aparentemente mais exóticos ou distantes, não estejamos sempre classificando e rotulando de acordo com os princípios básicos através dos quais fomos e somos socializados. É provável que exista maior número de dúvidas e hesitações como as de um turista em um país desconhecido, mas os mecanismos classificadores estão sempre operando (VELHO, 1978, p. 41-42).

Nessa perspectiva, ao estudar a própria sociedade – um universo que lhe é familiar – cabe ao pesquisador aprender a estranhar esse familiar. Aquilo que lhe é conhecido deve ser visto como “aparentemente conhecido”, sendo imperativo o exercício da dúvida em relação ao que se pensa já conhecer.

Atividade 4

Atende ao objetivo 3

Para o pesquisador de campo, são frequentes os desafios na interação com seus interlocutores. Entretanto, esses desafios são diferentes quando a pesquisa acontece em ambientes familiares, ou seja, em espaços nos quais o pesquisador transita em sua vida cotidiana.

Considerando os argumentos de Gilberto Velho (1981), identifique os principais desafios do pesquisador em contextos sociais familiares.

Resposta comentada

É importante que você tenha percebido que, para Velho, o pesquisador dispõe de mapas mais complexos para sua vida cotidiana do que para grupos sociais mais distantes. Isso faz com que seus principais desafios, em contextos familiares, sejam superar possíveis classificações e rótulos dos princípios com os quais ele mesmo foi socializado. Nossos mecanismos classificadores estão sempre operando; nesse tipo de pesquisa, compete ao pesquisador conseguir superá-los.

Observação participante e ética na pesquisa de campo



Observação participante é um método de pesquisa no qual o observador realmente toma parte no fenômeno social que estuda. Em um estudo clássico de hospitais de doenças mentais, por exemplo, os pesquisadores conseguiram ser internados, de modo a observar como os pacientes, incluindo eles próprios, eram tratados. Os pesquisadores descobriram logo que foram rotulados como mentalmente doentes, pois a equipe do hospital interpretou seus comportamentos nesses termos. O fato de tomarem notas extensas, parte integral do trabalho de pesquisa, era interpretado nos registros do hospital como “comportamento de tomar notas”, acreditando-se que refletia seu estado mental patológico. Embora a observação participante esteja ligada à pesquisa antropológica em sociedades distantes, ela é usada por sociólogos em uma grande variedade de ambientes, de processos relativos a grupos pequenos e instituições maiores ao estudo de interações entre homens e mulheres. A principal vantagem desse método é que permite que os pesquisadores estudem o

comportamento social da maneira como ele realmente ocorre. A principal desvantagem é que, na medida em que os pesquisadores se envolvem no que estudam, podem desenvolver interesses, fidelidades e pontos de vista que influenciam suas observações e interpretações, sem que se deem conta disso [...] (JOHNSON, 1997, p. 160).

Ao abordar a técnica da observação participante, vamos explorar uma questão importante sobre a pesquisa de campo: a inserção do pesquisador no campo, que deve ser pensada antes, durante e depois da pesquisa.

- Como se inicia, estabelece e desenvolve o contato com os informantes?
- Como se chega ao campo?
- Quem são as pessoas com as quais se estabelecem relações?
- Qual a abordagem empregada na interação?

Essas são questões que devem ocupar o pesquisador ao longo de um estudo qualitativo. As respostas para tais questões são analisadas para que o conhecimento produzido durante a pesquisa de campo possa ser contextualizado. É preciso compreender a relação pesquisador e informante (ou interlocutor) para uma análise mais objetiva dos dados levantados durante a pesquisa.

A forma como é realizada a pesquisa de campo pode determinar seus resultados.

Por exemplo, a técnica da observação participante implica a construção de uma relação de confiança com os informantes. Ao empregar essa técnica, torna-se indispensável uma reflexão sobre a relação entre o pesquisador e o informante. A observação participante é uma prática que leva muito a sério as questões mencionadas anteriormente. Ela é repleta de dilemas teóricos e práticos que o pesquisador deverá enfrentar.

O livro *Sociedade de esquina* possui um capítulo chamado “Treinando a observação participante”, no qual seu autor, o sociólogo William Foote-White, escreve sobre sua experiência de campo, desenvolvendo o conceito de *observação participante* como uma técnica de pesquisa. Considerando o texto da socióloga Lícia Valladares sobre este livro, apresentamos a seguir dez considerações sobre a observação participante.

1) A observação participante implica, necessariamente, um processo longo. Muitas vezes o pesquisador passa inúmeros meses para “negociar” sua entrada na área. Uma fase exploratória é, assim, essencial para o desenrolar ulterior da pesquisa. O tempo é também um pré-requisito para os estudos que envolvem o comportamento e a ação de grupos: para se compreender a evolução do comportamento de pessoas e de grupos, é necessário observá-los por um longo período, e não num único momento (WHITE, 2005, p. 320).

2) O pesquisador não sabe de antemão onde está “aterrissando”, caindo geralmente de “pára-quedas” no território a ser pesquisado. Não é esperado pelo grupo, desconhecendo muitas vezes as teias de relações que marcam a hierarquia de poder e a estrutura social local. Equivoca-se ao pressupor que dispõe do controle da situação.

3) A observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado. As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado. Uma autoanálise faz-se, portanto, necessária e convém ser inserida na própria história da pesquisa. A presença do pesquisador tem que ser justificada (WHITE, 2005, p. 301) e sua transformação em “nativo” não se verificará. Por mais que se pense inserido, sobre ele paira sempre a “curiosidade”, quando não a desconfiança.

4) Por isso mesmo o pesquisador deve mostrar-se diferente do grupo pesquisado. Seu papel de pessoa de fora terá que ser afirmado e reafirmado. Não deve enganar os outros, nem a si próprio. “Aprendi que as pessoas não esperavam que eu fosse igual a elas. Na realidade estavam interessadas em mim e satisfeitas comigo porque viam que eu era diferente. Abandonei, portanto, meus esforços de imersão total” (WHITE, 2005, p. 304).

5) Uma observação participante não se faz sem um **Doc**, intermediário que “abre as portas” e dissipa as dúvidas junto às pessoas da localidade. Com o tempo, de informante-chave, passa a colaborador da pesquisa: é com ele que o pesquisador esclarece algumas das incertezas que permanecerão ao longo da investigação. Pode mesmo chegar a influir nas interpretações do pesquisador, desempenhando, além de mediador, a função de “assistente informal”.

6) O pesquisador quase sempre desconhece sua própria imagem junto ao grupo pesquisado. Seus passos durante o trabalho de campo são conhecidos e muitas vezes controlados por membros da população local. O pesquisador é um observador que está sendo todo o tempo observado.

Doc

Apelido de Ernest Pecci, que foi o principal informante do sociólogo William Foote-White. A partir de Doc, líder de uma “gangue de esquina” em um bairro de Boston, é que Foote-Whyte teve acesso aos demais moradores do bairro e seus potenciais informantes. Diante de sua importância para essa pesquisa, o termo Doc se tornou sinônimo de informante, de um informante fundamental.

7) A observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, assim como que perguntas fazer na hora certa (WHITE, 2005, p. 303). As entrevistas formais são muitas vezes desnecessárias (WHITE, 2005, p. 304), devendo a coleta de informações não se restringir a isso. Com o tempo, os dados podem vir ao pesquisador sem que ele faça qualquer esforço para obtê-los.

8) Desenvolver uma rotina de trabalho é fundamental. O pesquisador não deve recuar em face de um cotidiano que muitas vezes se mostra repetitivo e de dedicação intensa. Mediante notas e manutenção do diário de campo, o pesquisador se autodisciplina a observar e anotar sistematicamente. Sua presença constante contribui, por sua vez, para gerar confiança na população estudada.

9) O pesquisador aprende com os erros que comete durante o trabalho de campo e deve tirar proveito deles, na medida em que os passos em falso fazem parte do aprendizado da pesquisa. Deve, assim, refletir sobre o porquê de uma recusa, o porquê de um desacerto, o porquê de um silêncio.

10) O pesquisador é, em geral, “cobrado”, sendo esperada uma “devolução” dos resultados do seu trabalho. “Para que serve esta pesquisa?”, “Que benefícios ela trará para o grupo ou para mim?”. Mas só uns poucos consultam e se servem do resultado final da observação. O que fica são as relações de amizade pessoal desenvolvidas ao longo do trabalho de campo.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012>. Acesso em: 15 mai. 2015.

Ética na pesquisa de campo

A relação entre pesquisador e informante (ou interlocutor) é balizada por um “código de ética” na área de ciências sociais. Esse código, que tem um caráter costumeiro (não se trata de um código universal e normativo, mas sim de regras costumeiramente reconhecidas por diferentes tradições acadêmicas), pode ser localizado no contexto de algumas associações profissionais. Por exemplo, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) apresenta alguns pontos dele em sua página na internet: <http://www.portal.abant.org.br/index.php/institucional/codigo-de-etica>.

Esse código estará disponível em nossa plataforma de Ensino a Distância.

Destacamos quatro direitos definidos pela associação (ABA):

1. garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado;
2. direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais.

O pesquisador não pode produzir informações que prejudiquem seus interlocutores. As informações obtidas durante o trabalho de campo não podem ser publicizadas de modo a prejudicar (moralmente ou criminalmente, por exemplo) os interlocutores. Para tanto, não é preciso censurar a informação, e sim identificá-la a seus informantes. O pesquisador pode fazer uso de pseudônimos sem comprometer a veracidade de seu estudo. Nesse sentido, vale realçar que o pesquisador não deve expor seus informantes sem sua devida autorização.

3. direito de ser informado sobre a natureza da pesquisa;
4. direito de recusar-se a participar de uma pesquisa.

O pesquisador deve informar aos sujeitos da pesquisa que eles são objetos de uma investigação. A situação de pesquisa deve ser explicitada e conhecida pelas pessoas que estão sendo estudadas. Diferente de outros profissionais que realizam pesquisa de campo, como jornalistas, por exemplo, o pesquisador na área de ciências sociais é obrigado a informar sua condição de pesquisador e seu interesse de pesquisa. Deve ser dada ao potencial interlocutor a possibilidade de se recusar a participar da pesquisa, assim como definir o seu nível de envolvimento e a sua participação.

Atividade 5

Atende ao objetivo 4

1. Descreva, em poucas palavras, em que consiste a técnica de observação participante no âmbito da pesquisa científica.

2. Em pesquisas de campo, a ética do pesquisador é fator importante, inclusive, para o sucesso de seu trabalho. Com base nas informações apresentadas, diga qual a relevância da ética para as pesquisas de campo.

Respostas comentadas

1. Observação participante é um método de pesquisa no qual o observador realmente toma parte no fenômeno social que estuda, inserindo-se na realidade do objeto pesquisado.

2. Essa pergunta pode ser respondida em dois níveis: primeiro, o pesquisador está inscrito em uma comunidade de pesquisa que busca orientar as práticas de seus membros. Como o pesquisador não está isolado no universo acadêmico, deve orientar suas práticas respeitando regras definidas pelos seus pares. Segundo, a relação entre pesquisador e informante é permanentemente negociada. Como precisa da aceitação de sua pesquisa para a realização de seu trabalho, o pesquisador deve negociar sua relação com os seus interlocutores.

Conclusão

O objetivo desta aula foi apresentar a importância da pesquisa de campo para as ciências sociais, reconhecendo a figura do informante como central a esse processo.

Nosso intuito também foi lhe mostrar que uma pesquisa é composta por diferentes fases que se somam para que se chegue ao resultado esperado de uma pesquisa.

Abordamos os desafios do pesquisador em ambientes familiares, que são diferentes dos desafios em ambientes desconhecidos, mas igualmente complexos, e finalizamos descrevendo a técnica de observação participante e a importância da ética nas pesquisas de campo.

Resumo

Nesta aula, vimos que o campo é o contexto de observação, o lugar onde o pesquisador entrevista e conversa com as pessoas que pretende estudar.

O termo *informante* se refere aos sujeitos que irão fornecer informações, que serão posteriormente consideradas dados da pesquisa. Considerando que o informante não é meramente alguém que informa, o termo interlocutor tem sido empregado no sentido de superar essa ideia.

Vimos que não cabe ao pesquisador a imposição de uma técnica de pesquisa. Ele precisa se adequar às condições do campo. Embora existam inúmeros livros e artigos que garantam o acesso às normas metodológicas da investigação, há uma lacuna no que se refere à prática dos pesquisadores com o objeto de estudo. Ao se limitar ao registro de normas e regras, o estudante não reflete sobre os desafios de sua escolha em relação a qual norma empregar.

Também pudemos perceber que pesquisa é um termo empregado para dar significado à construção de um conhecimento que obedeceu a certas exigências científicas. Em sua sistematização sobre o planejamento da pesquisa, Goldemberg considera que este dependerá basicamente de três fases: fase decisória, fase construtiva e fase redacional.

Outra proposta de sistematização do planejamento da pesquisa é apresentada por Roberto DaMatta e também dividida em três fases: a primeira é a teórico-intelectual, quando ainda não há contato com o objeto de estudo, sendo o conhecimento basicamente teórico. A segunda é a prática na qual o pesquisador se prepara para a pesquisa; e a terceira é a pessoal ou existencial, na qual não há mais divisões entre a formação e a prática do pesquisador, pois se dialoga com pessoas de verdade.

As questões tratadas por Roberto DaMatta podem envolver qualquer pesquisa de campo. Mas, especialmente para quem faz pesquisa em outra sociedade e vivencia o distanciamento geográfico, elas parecem mais pertinentes. O texto “Observando o familiar” (1981), de Gilberto Velho, expõe questões fundamentais para o exercício da pesquisa de campo em nossa própria sociedade. A pesquisa em um universo familiar, que não nos é estranho, traz desafios tão complexos quanto a pesquisa em uma sociedade exótica e distante.

A partir do texto de DaMatta, vimos que a distância na pesquisa de campo se relaciona à trajetória antropológica de transformar o “exótico em familiar e o familiar em exótico”. O fato de dois sujeitos viverem na

mesma sociedade não os torna mais próximos. Ao estudar a própria sociedade – um universo que lhe é familiar – cabe ao pesquisador aprender a estranhar este familiar.

Apresentamos observação participante como uma técnica de pesquisa no qual o observador realmente toma parte no fenômeno social que estuda. Ao abordar a técnica da observação participante, exploramos uma questão importante sobre a pesquisa de campo: a inserção do pesquisador no campo, que deve ser pensada antes, durante e depois da pesquisa.

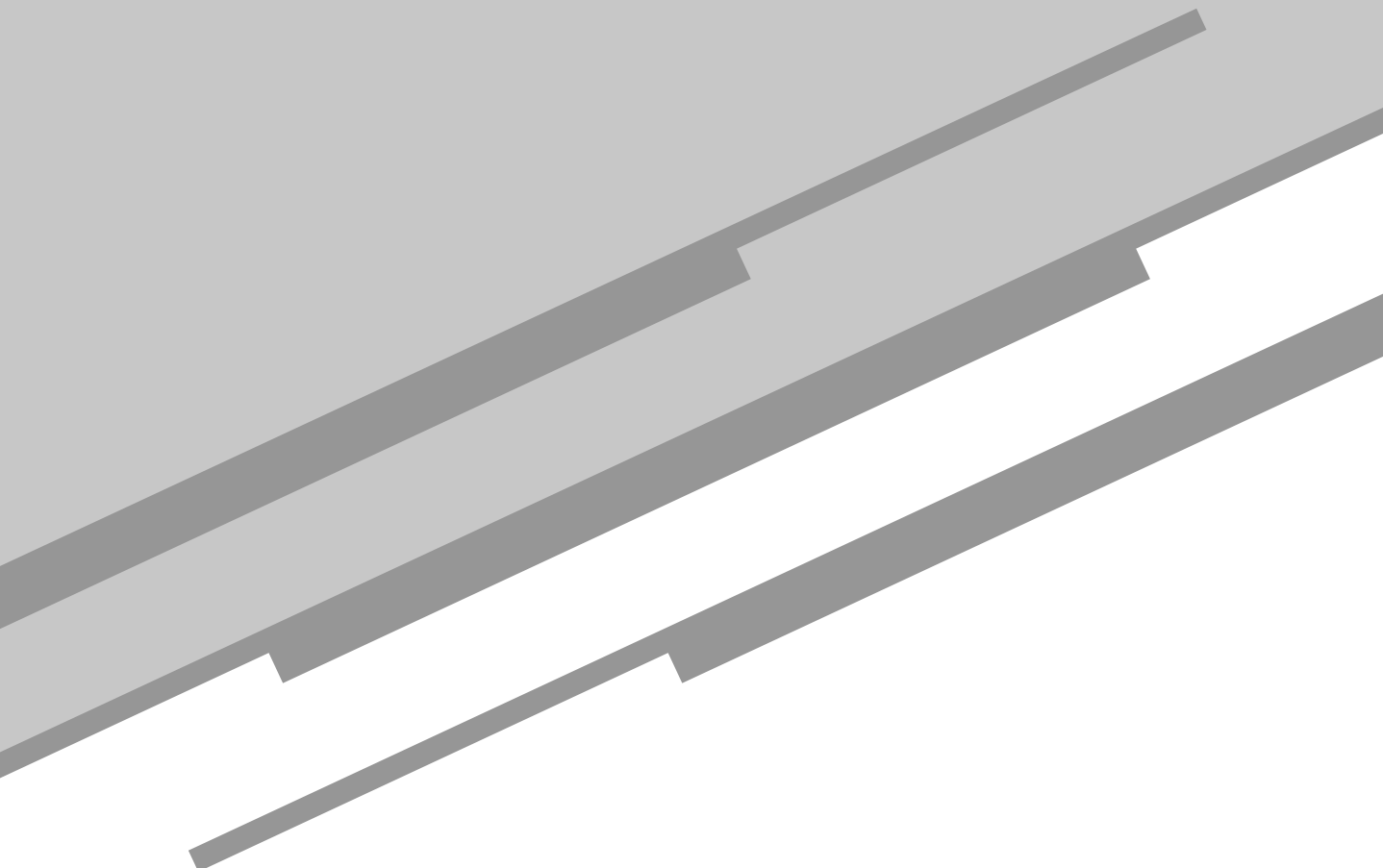
A relação entre pesquisador e informante (ou interlocutor) é balizada por um “código de ética” na área de ciências sociais. Destacamos quatro direitos definidos pela Associação Brasileira de Antropologia: 1. garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado; 2. direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais; 3. direito de ser informado sobre a natureza da pesquisa; 4. direito de recusar-se a participar de uma pesquisa.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, abordaremos o debate sobre a interpretação como parte do processo analítico de construção do conhecimento científico, questionando criticamente a ideia de neutralidade científica.

Aula 3

Formas de interpretação
dos dados qualitativos



Marina Cordeiro

Metas

Apresentar o debate sobre a interpretação como parte do processo analítico de construção do conhecimento científico e questionar criticamente a ideia de neutralidade científica.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer três concepções de ciência, compreendendo as especificidades da abordagem construtivista;
2. identificar a interpretação de fenômenos sociais como inerente ao processo de pesquisa;
3. definir seleção e amostra para as ciências sociais;
4. identificar a Sociologia Compreensiva Weberiana.

Introdução

Nesta aula, vamos falar sobre questões relativas à construção dos dados qualitativos, além de suas formas e estratégias de interpretação. Para cumprir com tais objetivos, é preciso, antes de tudo, considerar a *dimensão interpretativa* da análise científica. Logo, precisaremos relembrar e aprofundar algumas discussões que já foram feitas em metodologia da pesquisa sobre neutralidade e objetividade no campo das ciências humanas.

Neste momento, provavelmente duas questões estão rondando sua cabeça:

1. É possível considerar um conhecimento científico que pressupõe interpretação como válido?
2. Não seria o ato de interpretar justamente a contramão da ideia de ciência neutra e objetiva?

Vamos responder a essas questões ao longo desta aula!

Concepções de ciência e ato interpretativo

Desde o início de nosso processo de escolarização, aprendemos que uma das marcas da ciência em comparação com outros tipos de conhecimento – como o religioso, por exemplo – é sua neutralidade. No entanto, como chama atenção Marilena Chauí em *Convite à Filosofia*, a concepção construtivista de ciência, iniciada em nosso século, a considera “uma construção de modelos explicativos para a realidade, e não uma representação da própria realidade” (CHAUÍ, 2010, p. 277). Observe a imagem a seguir antes de prosseguirmos:



Figura 3.1: Concepção de ciência construtivista.

Como você pode perceber na imagem, essa perspectiva se distingue das concepções racionalista e empirista ao aliar a ideia de ciência, como conhecimento racional, dedutivo e demonstrativo, com a perspectiva de que é resultado de observações e experimentos empíricos, acrescentando por fim a perspectiva de “conhecimento aproximado e corrigível”. Nessa concepção, o cientista construtivista:

- adota uma metodologia que permite o estabelecimento de pressupostos e definições básicas sobre o objeto científico;
- utiliza a empiria e a experimentação para guiar sua metodologia;
- não percebe seus resultados como a realidade em si mesma.

A partir de procedimentos racionalistas e empiristas, o cientista considera seus achados estruturas e modelos que fornecem explicações da realidade, que podem ser reelaborados, modificados, ampliados, abandonados, superados etc. Nas palavras de Chauí, a ciência construtivista “não espera, portanto, apresentar uma verdade absoluta, e sim uma verdade aproximada, que pode ser corrigida, modificada, abandonada por outra mais adequada aos fenômenos” (CHAUÍ, 2010, p. 278).



Concepções racionalista e empirista de ciência

É possível estimar os períodos nos quais as concepções racionalista e empirista preponderaram no campo da ciência. De acordo com Marilena Chauí (2010, p. 277):

	Período	Conceito
Concepção racionalista de ciência	Da Grécia Antiga até o final do século XVII	A ciência é um conhecimento racional dedutivo e demonstrativo como a Matemática; portanto, capaz de provar a verdade necessária e universal de seus enunciados e resultados, sem deixar nenhuma dúvida.
Concepção empirista de ciência	De Aristóteles até o final do século XIX	Ciência é uma interpretação dos fatos baseada em observações e experimentos, permitindo a criação de formulações que trazem à tona a definição do objeto, suas propriedades e leis de funcionamento.

Ambas as concepções consideravam que a teoria científica era a explicação e a representação da própria realidade, como um reflexo. No entanto, a empirista atribuiu um papel diferenciado às experimentações e às observações.

Para prosseguirmos, vale a pena relembrar os mitos apontados por Rubem Alves no que se refere à ciência e aos cientistas, que vimos em Metodologia da Pesquisa I.

Mitos sobre a ciência

Se a concepção de ciência de nosso século é a construtivista e seus modelos explicativos podem ser revistos, não faz sentido permanecer com um posicionamento que percebe o conhecimento científico como o “único correto e verdadeiro” e o cientista como aquele que “sabe pensar corretamente” (ALVES, 2008, p. 10-11). Basta lembrar das polêmicas em relação à pergunta: “o ovo faz mal ou bem à saúde?” Em algum período histórico, foi apontado que o problema encontrava-se na gema do ovo; em outro, que a questão era a clara; ou que dependeria se ele fosse ingerido cozido ou frito... Você pode se questionar ainda: já ouviu falar de algum médico que apontou um diagnóstico e depois descobriu que estava equivocado? Esses são apenas dois exemplos que comprovam a perspectiva construtivista de ciência e traz à tona a importância de não atribuímos ao conhecimento científico o caráter do “único, verdadeiro e definitivo”.

É preciso, acima de tudo, manter nossa capacidade criativa e reflexiva, desconfiando ou se espantando diante da suposta “ordem natural das coisas”, aprofundando cada vez mais nossos conhecimentos e explicações sobre o mundo em que vivemos. E, além disso, lembrar a todo o momento que a maneira como percebemos os dados, os objetos e os fenômenos científicos possui uma implicação no conhecimento por nós gerado.

Um elemento fundamental nessa dinâmica de geração de conhecimento e construção de explicações sobre os fenômenos é a percepção sobre ciência natural e social. Muitos autores argumentam que as duas seriam idênticas, mudando apenas o objeto de análise; outros advogam pela especificidade da ciência social e que, portanto, na construção de suas análises, seria importante atentar para o fato de que tratar de fenômenos sociais não é o mesmo que tratar da fotossíntese das plantas, da reprodução das baleias e/ou do estudo de células. E é nesse sentido que o *ato interpretativo* surge com vigor, marcando a distinção entre uma perspectiva científica e outra.

Ato interpretativo e multiplicidade teórica

Desde seu surgimento, a ciência social desponta múltiplas abordagens, e é por isso que alguns autores apontam que ela tem o “dom da eterna juventude” em contraposição às ciências ditas “maduras”, como as naturais, por exemplo. Isso se deve ao fato de que não possui o mesmo modelo normativo e contém pluralidade teórica, multiplicidade concei-

tual e uma construção de conhecimento não necessariamente cumulativa, já que relacionada a perspectivas diferenciadas (SCHWARTZMAN, 1971, p. 26-27). Trata de fenômenos que não são passíveis à manipulação em laboratório, mas de objetos de estudo que são fatos sociais, dotados de sentido, carregados de historicidade. São elementos culturais variados entre as diferentes sociedades, que se transformam no decorrer do tempo histórico.



Durkheim e o fato social

Émile Durkheim desempenhou papel fundamental na consolidação da Sociologia como disciplina científica. Seu livro *As regras do método sociológico*, publicado em 1895, pode ser percebido como um esforço sistemático deste autor, objetivando a elaboração de uma teoria e um método próprios da investigação sociológica.

De acordo com Durkheim (2001, p. 48), a Sociologia deveria encontrar as regularidades próprias do que chama de reino social e, portanto, deveria desenvolver suas próprias ferramentas conceituais, e não tomar explicações e/ou conceitos de empréstimo de outras áreas do conhecimento. Para ele, as ciências sociais teriam como objeto específico os *fatos sociais*: maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, generalizadas na sociedade e dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se impõem.

O amor materno pode ser um exemplo de fato social, pois, caso as mães indiquem não amar seus filhos, serão repreendidas de forma veemente por todos. É isso que explica personagens de novelas consideradas “mães malvadas” serem odiadas pelo público e, quiçá, gerarem agressões às atrizes que as representam. É nesse sentido que o fato social é coercitivo: aqueles que não seguem tais normas simbólicas são repreendidos e servem de exemplo aos outros e, por isso, tais regras são percebidas como coercitivas. São também externas, pois não nascem com os indivíduos. O amor materno não é natural nesses termos, mas fruto da cultura. Existem sociedades em que as

crianças são gestadas por uma mulher, mas são consideradas “filhas” da irmã, por exemplo. E os fatos sociais são gerais, pois todos nós estamos expostos a eles, sem distinção. Por conseguinte não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, pois consistem em representações e em ações, nem com os fenômenos psíquicos, que não existem senão na consciência individual e por meio dela. Constituem, pois, uma espécie nova, e é a eles que deve ser dada e reservada a qualificação de *sociais*.

Porém, vale questionar:

O que queremos apontar com a ideia de que a “multiplicidade teórica” é uma característica distintiva da ciência social?

Para responder a essa questão, vamos recorrer a um exemplo muito claro que se refere à *percepção sobre o Estado*.

Dentre os clássicos das ciências sociais, podemos destacar a distinção entre as percepções de Max Weber (1864-1920) e Karl Marx (1818-1883) sobre o Estado Moderno – ambas as teorias corretas, ainda que distintas em relação ao enfoque e ao aparato conceitual de análise.

Na perspectiva de Weber, “o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o *monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território” (WEBER, 1982, p. 98). Segundo ele, o Estado não poderia ser definido pelo conteúdo de sua ação, mas sim pelo seu meio específico de ação, que seria a coação física. “Evidentemente, a coação não é o meio normal ou único do Estado [...] mas é seu meio específico” (WEBER, 1999, p. 525). Para esse autor, a análise sobre esse fenômeno deve ter como referência o estabelecimento da burocracia e da dominação. O Estado é percebido como uma relação de homens que dominam uns aos outros por meio da violência, considerada legítima, e encontram obediência por parte dos indivíduos diante da chamada *dominação legal*.



Imagem de um bloqueio policial. Exemplo do monopólio do uso legítimo da força física, elemento que define Estado de acordo com Max Weber.

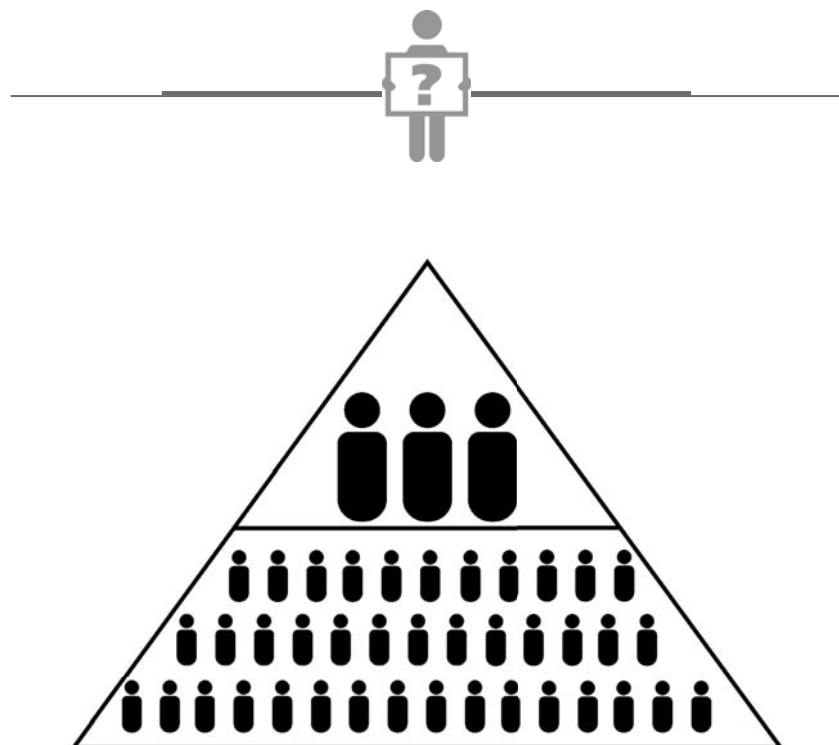
O conceito de dominação em Weber

De acordo com Weber, o conceito de *dominação* se refere à manifestação concreta do *poder*, comprovando seu reconhecimento. O *poder*, por sua vez, significaria a capacidade de um indivíduo ou de uma instituição impor o exercício de suas vontades numa dada relação social. No entanto, as relações de *poder e dominação* não seriam restritas à atividade política e só adquiririam essa conotação a partir do momento em que a orientação da ação estivesse baseada em um agrupamento territorial, objetivando um fim específico. Outra noção importante seria a *obediência* como a base do domínio e geradora do cumprimento automático a uma ordem dada, refletindo uma relação de autoridade. Ao questionar os motivos pelos quais os dominados de fato se submetem à autoridade, Weber traz à tona a problemática da *legitimidade*. Assim, a *dominação* se efetuará de acordo com justificativas internas e meios externos.

Os três tipos puros de dominação legítima seriam:

- *legal*, concebida de acordo com um estatuto racionalmente estabelecido, como a *burocrática*;
- *tradicional*, em virtude de crença, de costume sagrado, tal como a *patriarcal*;
- *carismática*, tendo como base a autoridade a partir de *dom da graça pessoal*, como a de um profeta.

Marx, em outra chave analítica, perceberá o Estado como “a instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe” (BOTTOMORE, 2012, p. 197). A concepção de Estado em Marx é apontada por alguns autores como uma revolução na teoria política, na medida em que não o percebe como uma “entidade representativa dos interesses gerais e comuns da sociedade”, mas sim como vinculado aos interesses da classe social dominante.



Marx aponta que “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas das classes” (2013), conforme indica a figura. Nessa perspectiva, o Estado age como uma entidade vinculada aos interesses da classe social dominante, ou seja, da burguesia, legislando e operando a estrutura estatal com vistas apenas a seus próprios interesses e não aos do proletariado ou do conjunto da sociedade.

Como você pode observar na imagem, Marx vê o Estado como uma entidade vinculada aos interesses da classe social dominante. Compreendendo o sistema capitalista a partir da oposição e do conflito entre duas classes – a burguesia (ou os capitalistas) e os trabalhadores (ou o operariado, a força de trabalho) –, para Marx, o Estado seria um órgão que serviria para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra.

Mas como se daria esse processo?

Segundo o autor, há a ilusão de um interesse comum que, na verdade, estaria escondendo as verdadeiras contradições de classe e que exerceria o papel de encobrir a dominação de uma classe sobre as outras. A concepção marxista clássica de Estado poderia ser resumida na passagem de Marx e Engels do *Manifesto Comunista* (2012) que, apesar de sintética e simplificada, conteria os fundamentos da percepção do autor: “O executivo do Estado Moderno nada mais é do que um comitê para a administração dos assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 2012).

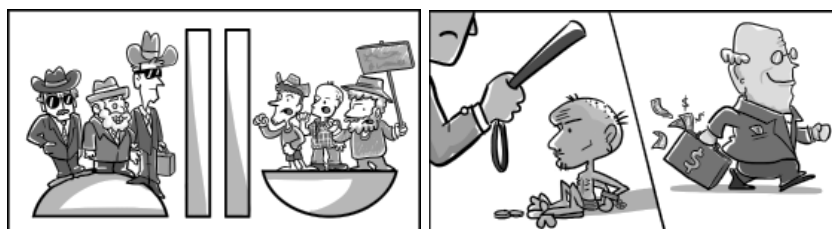


Figura 3.2: A ilusão de um interesse comum pode esconder as contradições de classe, encobrindo a dominação de uma sobre as outras.

Na primeira imagem da **Figura 3.2**, podemos criar uma relação entre o estabelecimento de leis que favoreçam mais aos grandes fazendeiros,

latifundiários e ao agronegócio do que aos pequenos produtores rurais ou à agricultura familiar, já que muitos do corpo político pertencem ao primeiro grupo. Na segunda imagem, observamos a aplicação da lei quando há pobres praticando delitos, o que não necessariamente ocorre em casos de corrupção e lavagem de dinheiro, por exemplo.

Você conseguiu perceber as distinções entre as concepções de Estado de Marx e Weber, e como os autores enfocam elementos diferentes em suas análises? Não estamos considerando, neste momento, uma terceira concepção clássica, a de Durkheim, que acrescentaria uma nova perspectiva, distinta das outras duas.

Lançamos mão dessas definições de Estado, pois, com elas, é possível compreender como a multiplicidade teórica marca as ciências sociais e por que é impossível acabar com as disputas e os embates entre as diferentes escolas de pensamento social, suas teorias, métodos e ferramentas conceituais. Ao contrário, é possível perceber como essa pluralidade pode ser importante na conformação de formas distintas de interpretação e compreensão dos fatos sociais.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo 1

Considerando o conteúdo da aula até este momento, leia o trecho de Domingues (2004, p. 50) a seguir:

[...] Uma visão de ciência na qual o acordo e o consenso de procedimentos prevalecem sobre o desacordo e o dissenso. Tal visão, como se sabe, leva muitos estudiosos a desqualificar as ciências humanas (pois lá impera a discórdia de métodos, a anarquia dos conceitos e o vale-tudo das teorias). Todavia, este expediente desqualificador, levado às últimas consequências, com base no mesmo critério, poderia muito bem ser aplicado às próprias ciências naturais e mesmo às chamadas ciências exatas, a julgar pelo que se passa na física, na biologia e na própria matemática. Nessas disciplinas, com efeito, não são menores as clivagens teóricas, os dissensos metodológicos e as anarquias conceituais, sem que ocorra a ninguém a ideia de impugnar seus procedimentos e menos ainda seu *status* de ciência.

Relacione a perspectiva de Domingues sobre o debate entre os procedimentos e métodos nas ciências humanas e nas demais áreas à percepção da ciência construtivista, distinguindo-a da empirista e racionalista.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper appears to be a standard notebook page or a sheet of stationery.**Resposta comentada**

Domingues aponta que as discordâncias teóricas e conceituais são ponto em comum entre todas as áreas da ciência. No entanto, nas ciências sociais, são parte integrante e constitutiva, o que faz da multiplicidade teórica um elemento presente. No entanto, tais aspectos são obscurecidos no debate sobre as ciências exatas e naturais e exaltados no caso das humanas, além de forjarem um argumento desqualificante. Se a ciência construtivista não apresenta “verdade absoluta”, todas as áreas do conhecimento estão passíveis a ajustes, modificações e transformações, pois suas explicações são modelos, e não a realidade em si. Essa perspectiva desconstrói a perspectiva racionalista de que, a partir do exercício do pensamento, chega-se a um resultado universal e indubitável. O mesmo aconteceu com a empirista, já que as experiências e as observações não permitem a criação de fórmulas que traduzem a realidade em si, mas tão somente permitem a construção de modelos explicativos que podem ser superados e são transitórios.

Interpretando fenômenos: a grande questão das ciências sociais

Empiria

Refere-se aos dados oriundos da realidade concreta.

Todos os autores clássicos das ciências sociais apresentavam uma preocupação expressa com a **empiria**. O surgimento da disciplina é marcado por este dado fundamental: a observação em sua dimensão concreta. Distintas da filosofia, as ciências sociais se ocupam da observação do mundo empírico, sendo este mesmo um de seus problemas primordiais, qual seja, a própria natureza dos fenômenos a serem observados.

Todos os autores clássicos tinham uma relação direta com os dados empíricos, consequência da própria concepção desta disciplina nascente, que buscava a compreensão dos fenômenos da vida social num contexto específico. Um dos componentes desse contexto é seu período pós-movimento iluminista, de crença na razão e na possibilidade da compreensão humana do funcionamento do mundo, abandonando a perspectiva teológica e divina, na qual a explicação da vida social acontecia através de Deus. Outro componente importante, no que diz respeito ao período no qual surge esta disciplina, é o fato de ser após a “explosão” da Revolução Industrial. Através dela, “foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços” (HOBBSBAWN, 2007, p. 51) e todos os impactos no cotidiano dos indivíduos, considerando sua perspectiva temporal, controle e concepção dos processos de trabalho e reorganização da vida a partir da disciplina industrial (THOMPSON, 2011). E, por fim, após a Revolução Francesa (1789), a derrocada da sociedade agrário-aristocrática francesa, o decreto do fim do feudalismo, a aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e os ideais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, indicavam as alterações sociais que fortaleceriam o surgimento do Estado Moderno.



É importante perceber que as ciências sociais surgem após o iluminismo, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Todos esses movimentos tiveram profundo impacto na constituição desta disciplina.

Todo esse contexto fazia com que os autores se questionassem sobre o funcionamento do mundo e dos fenômenos sociais, e a ciência social nasce, então, com uma enorme preocupação com a objetividade e a neutralidade. Esse empreendimento, na percepção de Domingues (2004, p. 87), desponta inúmeras dificuldades científicas, envolvendo:

- a) a objetivação da significação dos fatos e dos fenômenos sociais, ou seja, como trazer à tona, de forma objetiva, os significados simbólicos e subjetivos existentes nas ações e relações sociais;
- b) a possibilidade de serem descritos de forma fidedigna e sua relação com questões normativas, ou seja, com regras e valores que regem o mundo social e o próprio pertencimento dos pesquisadores à sociedade;
- c) os problemas de lidar com as dimensões do real e do ideal, ou seja, em como percebemos o mundo e sua relação com a maneira como o idealizamos.

Dadas essas dificuldades, dedicaremos especial atenção ao problema da descrição e da construção da amostra da pesquisa no próximo item, para, na sequência, tratarmos das questões relativas à sua interpretação.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Leia o trecho de Geertz (1989, p. 5) a seguir:

Vamos considerar [...] dois garotos piscando rapidamente o olho direito. Num deles, esse é um tique involuntário; no outro, uma piscadela conspiratória a um amigo. Como movimentos, os dois são idênticos; observando os dois sozinhos, como se fosse uma câmara, numa observação 'fenomenalista', ninguém poderia dizer qual delas seria um tique nervoso ou uma piscadela ou, na verdade, se ambas eram piscadelas ou tiques nervosos. No entanto, embora não retratável, a diferença entre um tique nervoso e uma piscadela é grande. [...] O piscador está se comunicando e, de fato, comunicando de uma forma precisa e especial: (1) deliberadamente, (2) a alguém em particular, (3) transmitindo uma mensagem particular, (4) de acordo com um código socialmente estabelecido e (5) sem o conhecimento dos companheiros. Conforme salienta Ryle, o piscador executou duas ações – contrair a pálpebra e piscar – enquanto quem tem um tique nervoso apenas executou uma – contraiu a pálpebra. Contrair as pálpebras de propósito, quando existe um código público no qual agir assim significa um sinal conspiratório, é piscar.

Faça um breve texto a partir do trecho citado, atendendo ao que se pede:

1. Identifique, no trecho anterior, a descrição e a interpretação;
2. Explique de que modo é possível para um cientista distinguir a piscadela do tique nervoso e qual o papel do ato interpretativo nesse processo;
3. Aponte se a neutralidade científica foi afetada a partir do ato interpretativo.

Resposta comentada

1. Descrição: contrair as pálpebras; interpretação: distinguir o tique nervoso da piscadela.
2. O pesquisador apenas distingue as duas ações pelo ato interpretativo – que busca recuperar o sentido das ações sociais, carregando uma dimensão de subjetividade – e, neste caso, é fundamental para sua compreensão.
3. No evento apresentado, a neutralidade do conhecimento se faz pelo ato interpretativo. A ciência – interpretação da atitude do indivíduo – só se constrói, neste caso, desse modo. O pesquisador é objetivo ao interpretar; seria tendencioso, talvez, se qualificasse negativamente ou positivamente o ato conspiratório de piscar e, como não o faz, a subjetividade não atrapalha, mas, ao contrário, permite a construção do conhecimento sobre a piscadela.

**Construção da pesquisa e amostragem:
selecionar, descrever, interpretar**

Para o epistemólogo Ivan Domingues (2004), para a análise científica dos fenômenos sociais é importante articular dimensões distintas no mesmo método, unindo os níveis descritivo, explicativo e interpretativo (ou compreensivo).



Epistemologia e seu significado

De acordo com Marilena Chauí, a epistemologia pode ser definida como o “conhecimento do conhecimento científico”, ou seja, os modos de funcionamento que propiciam o conhecimento construído no âmbito de determinada ciência. A epistemologia pode dedicar-se ao estudo minucioso de uma disciplina intelectual específica, buscando desvendar sua organização, funcionamento e possíveis relações mantidas com outras disciplinas.

Enquanto ciência empírica, ao tratarmos de fatos sociais, a etapa descritiva é de fundamental importância e envolve um recorte a partir das notas da observação e da experiência. Vamos falar mais sobre ela no tópico a seguir.

Descrição e amostragem

A descrição envolve seleções e abstrações do real, seja em nível micro – relacionado aos detalhes – ou macro – ligado ao global ou geral. Além disso, envolve também uma escala temporal (período histórico, por exemplo), espacial (localidade geográfica, por exemplo) ou uma combinação delas. Poderíamos dizer que, no nível da descrição, o primeiro problema que se coloca é “o que incluir”, já que, como nos informa Weber, em *A ‘objetividade’ do conhecimento nas Ciências Sociais*,

[...] a realidade é infinita e a ciência apenas é capaz de desvendar uma parte finita da realidade, pois nem mesmo seria possível uma descrição exaustiva do seu mais ínfimo fragmento, pois o número e a natureza das causas que determinaram qualquer acontecimento individual são sempre infinitos, e não existe nas próprias coisas critério algum que permita escolher dentre elas uma fração que possa entrar isoladamente em linha de conta. (WEBER, 2003, p. 94).

No mesmo sentido, porém abordado a partir da ideia de amostragem, Howard Becker (2007) chama atenção para um primeiro ato de seleção do pesquisador – e que incidirá, conseqüentemente, sobre sua interpretação da realidade – que se refere justamente à resposta “sobre o que incluir” numa amostra. A impossibilidade de estudarmos todos os casos que nos interessaríamos e que consideraríamos pertinentes ao nosso problema de pesquisa faz com que a necessidade de construção da amostra se imponha.

Todo empreendimento científico tenta descobrir algo que se aplicará a todas as coisas de certo tipo por meio de estudo de alguns exemplos, sendo os resultados do estudo, como dizemos, ‘generalizáveis’ a todos os membros dessa classe de coisas. Precisamos da amostra para convencer as pessoas de que sabemos alguma coisa sobre toda a classe (BECKER, 1998, p. 96, grifo nosso).



Figura 3.3: Amostras podem ser construídas em todos os ambientes nos quais realizaremos uma pesquisa, como nos arquivos de uma delegacia, por exemplo.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/613683>

Ao estudarmos como as ocorrências policiais de um tipo de crime são encaminhadas nas Delegacias Legais, poderíamos pensar em buscar todas as ocorrências em todas as delegacias. Entretanto, provavelmente, não haveria tempo hábil na construção de uma monografia, de uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado para tratar de todos os episódios em todos os espaços. Desse modo, a seleção deverá

ser realizada ou, em outras palavras, a amostra precisará ser construída: os critérios precisarão ser estabelecidos e você, como pesquisador, deverá fazer uma seleção ou um recorte sobre quais elementos irá ou não incluir e excluir.

Becker debate de forma crítica as questões metodológicas que envolvem a amostragem, discutindo também sua relação com a metodologia quantitativa e o trabalho dos estatísticos ou daqueles que chama de *metodólogos*. Segundo o autor, a *amostragem aleatória* aparece como uma “solução perfeita” para aqueles que não compreendem as especificidades das ciências sociais e veem o trabalho científico de tipo artesanal – tal como definido por Wright Mills e mencionado no capítulo um deste material didático – como “tendencioso”.



Figura 3.4: Os procedimentos estatísticos de amostragem aparecem como receitas solucionadoras do problema da neutralidade científica, a fim de se chegar à verdade. No entanto, esquece-se que tais procedimentos também são construídos a partir de critérios elencados pelo pesquisador.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/104423>

Podemos escolher as pessoas que entrevistaremos usando uma tabela de números aleatórios, arranjados numa ordem que certamente não contém qualquer tendenciosidade. Isto é, não há nos números nenhum padrão que dê a algumas pessoas chance maior de serem escolhidas. Temos de usar esse procedimento complicado porque praticamente qualquer outra maneira de escolher casos em que possamos pensar revelará ter essa tendenciosidade incorporada. (BECKER, 2007, p. 98)

O autor ressalta que o uso de estatísticas ou procedimentos matemáticos possui uma raiz antiga: o argumento positivista de que apenas as fórmulas da matemática ou das ciências naturais e/ou exatas são capazes de eliminar o elemento subjetivo. O elo de sustentação basicamente aponta para uma desconfiança na capacidade metodológica do cientista social e dos critérios de objetividade da própria ciência social.



Amostra e amostragem em pesquisa social (estatística)

Para aprender e entender um pouco mais sobre o que é uma amostra e no que consiste o procedimento de amostragem, leia atentamente o trecho a seguir, retirado do livro *Estatística para as ciências humanas*:

Até agora admitimos que o pesquisador social investiga todo o grupo que procura estudar, conhecido como *população* ou *universo* [...]. Como os pesquisadores sociais operam com tempo, energia e recursos econômicos limitados, eles raramente podem estudar cada elemento de uma determinada população. Em vez disso, estudam somente uma *amostra* – um número menor de indivíduos da população. Por meio do processo de amostragem, pesquisadores sociais buscam generalizar a partir de uma amostra (um grupo pequeno) da população da qual ela foi extraída. [...] Os métodos de amostragem do pesquisador social são normalmente mais rigorosos e científicos do que aqueles da vida cotidiana. Fundamentalmente, ele se preocupa se os elementos da amostra são suficientemente representativos da população como um todo, de modo a permitir generalizações precisas sobre essa população. [...] A amostragem aleatória dá a todos os membros da população uma chance igual de serem escolhidos para a amostra. Essa característica de amostragem aleatória indica que todos os membros da população têm de ser identificados antes de a amostra aleatória ser sorteada, uma exigência normalmente cumprida com a obtenção de uma lista que inclui todos os membros de uma população. Uma breve reflexão sugerirá que conseguir uma lista completa dessa natureza nem sempre é tarefa fácil

[...]. O tipo básico de amostra aleatória, a *amostragem aleatória simples*, pode ser obtido por meio de um processo que não difere daquele da técnica, agora familiar, de colocar cada nome em um pedaço de papel e, de olhos vendados, tirar apenas alguns de um chapéu. (LEVIN; FOX; FORDE, 2012, p. 154-156).

É importante perceber a força do argumento de Becker, no sentido de questionar essa atribuição de maior neutralidade a técnicas de pesquisa, como a amostragem aleatória. Há, portanto, desqualificação de outros meios metodológicos, que podem, inclusive, ser mais interessantes e frutíferos para análise de objetos de pesquisa específicos – basta lembrar-se dos elementos apontados nos capítulos sobre pesquisa de campo e etnografia.

Assim como Wright Mills, Becker defende o “modelo artesanal de ciência, no qual cada trabalhador produz as teorias e os métodos necessários para o trabalho que está sendo feito” (BECKER, 1997, p. 12). O argumento central é que, em vez de tentarmos enquadrar nossas observações e reflexões sobre o mundo numa camisa-de-força produzida por outrem, é preciso utilizar a nossa capacidade inventiva e exercitar a “imaginação sociológica”, de modo a descobrir formas de abordar e estudar as temáticas enfocadas por nós. Saindo em defesa da liberdade pela invenção de métodos capazes de resolver problemas de pesquisa por nós elaborados – e, veja bem, inventar os métodos e suas combinações possíveis, e não os achados a partir deles – Becker aponta que

[...] tratados de estatística explicam como raciocinar de maneira logicamente justificável a partir de uma amostra cuidadosamente delineada sobre o universo de onde ela vem. Porém, muitos universos não se prestam a estas descrições idealizadas na prática (BECKER, 1997, p. 13).

Nesse sentido, não haveria muita diferença entre a construção dos dados qualitativos e quantitativos: em muitas ocasiões, é preciso trabalhar com os dados da amostra, e não com o universo ou a população; em ambos, é necessário atribuir critérios e tomar decisões metodológicas (como usar a amostragem aleatória ou intencional). Nas duas situações, os pesquisadores buscam convencer público e especialistas de que eles,

de fato, descobriram, desvendaram e compreenderam algo que não havia sido percebido antes.

Por fim, é tarefa do pesquisador escolher metodologias e técnicas de pesquisa mais adequadas ao seu objeto, e ninguém melhor que o próprio cientista, que conhece o assunto e a temática aos quais se dedica, para executar essa tarefa.



Figura 3.5: O pesquisador não pode deixar sua criatividade ser esmagada por metodologias pre-estabelecidas, quantitativas ou não – supostamente mais neutras –, que nem sempre atendem aos seus interesses de pesquisa.

Seleção dos elementos da amostra

Pensando na amostragem como uma questão mais ampla, referindo-se não apenas aos problemas estatísticos, mas também à definição de recortes ao realizarmos pesquisas qualitativas, é preciso lembrar que, mesmo a etapa que antecede a interpretação – a descrição – depende de um ato de seleção. Desse modo, ao exercermos o trabalho de campo ou mesmo em análises de outros tipos de dados qualitativos, é preciso nos esforçarmos para efetuar os registros da forma mais completa possível. No momento de realizarmos anotações sobre o fenômeno que observamos, já estamos fazendo uma primeira seleção ou amostragem. Essas anotações e esses registros são os dados primários com os quais trabalharemos ao descrevermos nosso objeto de pesquisa que, na sequência, iremos analisar e interpretar.

Vale destacar ainda, como nos lembra Becker, que o processo descritivo é um ato de seleção carregado de teoria – pois é à luz das perspectivas teóricas que orientam nossa análise que faremos as observações. Desse modo, seguir uma perspectiva teórica weberiana ou marxista sobre o Estado, por exemplo, exercerá impacto sobre os elementos selecionados e, posteriormente, sobre o ato interpretativo.

Porém, podemos levantar uma questão:

Ao tratarmos de fenômenos relativamente já conhecidos ou “familiares”, como podemos “ver coisas novas” e realizar uma descrição satisfatória?

Becker nos dá uma dica: “ver é esquecer o nome daquilo que estamos olhando”, ou seja, para evitar as consequências do pensamento convencional sobre os fatos sociais, é importante agir buscando encontrar elementos diversos, maximizar a chance que o “estranho apareça” e desafiar os esquemas de pensamento aos quais estamos acostumados. Nos termos de Becker, o “truque é *identificar o caso que provavelmente perturbará seu pensamento e procurá-lo*” (BECKER, 2007, p. 119).



Figura 3.6: Buscar elementos que nos sejam estranhos ajuda a evitar o pensamento convencional sobre fatos sociais.

Diante de tudo que foi dito e considerando todo o acúmulo de pesquisas e conhecimento gerado nos tempos atuais com o desenvolvimento científico, você pode se perguntar:

- Ainda há elementos novos a serem descobertos?
- Como posso desenvolver uma pesquisa efetivamente inédita?

De fato, hoje em dia, é muito difícil encontrar um objeto ou uma temática que não tenham sido estudados por ninguém, e uma das aspirações básicas de um pesquisador é descobrir algo novo. Porém, vale lembrar que o fato de as temáticas já terem sido estudadas não impede essa descoberta. Afinal, sendo o conhecimento produzido a partir da amostragem – conforme discorreremos aqui –, sempre há a possibilidade de uma nova relação, dado ou elemento serem desvendados, pois nada permanece igual em matéria social.

Nas palavras de Becker (2007, p. 122),

não operamos no mundo dos químicos, onde podemos tirar uma amostra de uma substância pura da prateleira e saber que ela é a mesma que qualquer outro cientista do mundo estará manipulando com esse nome, ou equivale a ela para todos os efeitos. Todas são combinações historicamente contingentes, geograficamente influenciadas, de uma variedade de processos, não havendo duas combinações iguais. Assim, nunca podemos ignorar um tema porque alguém já estudou.

Você ainda pode estar se perguntando:

- Como podemos tratar o ato interpretativo?
- Como exercer uma interpretação científica?

Esse é um dos problemas mais básicos e iniciais da ciência social, totalmente ligado ao fato de que nós, pesquisadores, somos parte da realidade social que estudamos. Nós também somos afetados, influenciados e socializados nas regras morais de nossa sociedade através dos fatos sociais mencionados por Durkheim e, portanto, existem meios específicos de lidar com a objetividade e a neutralidade nas ciências humanas. Para solucionar tais problemas, os autores clássicos buscaram caminhos diversos. Abordaremos aqui as soluções apresentadas por Max Weber e sua *sociologia compreensiva*, apontando suas relações com o trabalho interpretativo.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

Leia o trecho do verbete “amostra social”, do *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, a seguir:

Na primeira metade do século XX, essa expressão referia-se a um levantamento de dados sociais em grande escala, por vários meios, geralmente a respeito de uma comunidade isolada, tratada como uma unidade. Estava especialmente ligada a estudos sobre os pobres e ao desejo de melhorar as condições sociais. Hoje em dia, a expressão passou a significar a coletânea de dados padronizados sobre um número relativamente amplo de casos, através de perguntas, seja em entrevistas diretas, ou por meio de um questionário que o entrevistado preenche. Em geral, não incide mais sobre uma comunidade, e o método não está mais associado a qualquer tópico particular. (OUTHWAITE; BOT-TOMORE, 1996, p. 12).

A partir do conteúdo estudado e desse trecho, escreva um texto, explicando:

- a) o modo como a amostragem encontra-se presente nos trabalhos de análise qualitativa;
- b) a importância do processo de seleção dos elementos a serem incluídos na amostra;
- c) a influência de aspectos subjetivos do próprio pesquisador nesse processo.

[illegible]

Resposta comentada

Ao se tratar de um texto individual, muitos são os possíveis caminhos a serem tomados. O fundamental é que seu texto – coerente e conciso – possa relacionar o processo de seleção de dados a serem tratados a partir da infinita realidade, tanto na metodologia quantitativa quanto na qualitativa, com o recorte executado pelo próprio pesquisador em relação aos enfoques e direcionamentos teóricos da pesquisa. O objetivo é que possa ser feito um debate a partir da inclusão do sujeito-pesquisador no processo de desenvolvimento do trabalho científico e suas implicações no processo de descrição, explicação e interpretação dos dados.

Sociologia compreensiva de Max Weber

No plano da ação social, além dos aspectos objetivos dos comportamentos dos homens, a descrição deverá incidir sobre um conjunto de elementos subjetivos, tais como as intenções, os sentimentos, a consciência, os valores e os fins visados pelos agentes. (DOMINGUES, 2004, p. 107)

Partindo de uma perspectiva weberiana, podemos dizer que é preciso descrever os “sentidos socialmente atribuídos à ação” e, por isso, um problema se coloca: há algo que é empiricamente perceptível – o comportamento –, mas há aquilo que é preciso atribuir e interpretar – o *sentido* atribuído ao comportamento. Portanto, muitas vezes, a descrição por si só não é suficiente, pois, na ausência do contexto, das intenções e das motivações, a compreensão torna-se inviável, já que os dados interpretativos não se apresentam. Já vimos, ao longo da aula, um exemplo excelente daquilo a que nos referimos: o trabalho de Clifford Geertz, em *Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura*, que des-

creve o ato de piscar e busca interpretar os motivos pelos quais alguém pisca. O ato de contrair as pálpebras pode possuir motivações distintas, desde a enquadrar-se como um tique nervoso, um ato de conspiração contra outrem, ou mesmo um flerte.

Descrição, explicação e interpretação

Além da descrição, há outro momento importante que se refere à *explicação* dos fenômenos. Se a *descrição* responde à questão *do que acontece*, a *explicação* estaria centrada na questão de *como acontece, como se comportam*, estabelecendo relações de causalidade. Por fim, há a *interpretação*, que se relaciona com a explicação, mas encontra-se em outro nível, pois, enquanto esta incide sobre os fatos (coisas), a interpretação envolve significação (ou *sentido*) deles. Vale destacar que essa é uma tarefa complexa, na medida em que quem pergunta pelo sentido das coisas é o próprio homem (sujeito epistemológico) e quem os imputa é também o homem. Nas palavras do epistemólogo Domingues,

se examinamos as coisas mais de perto, logo vemos que nada é mais difícil do que capturar e decifrar sentido, que por índole é flutuante e jamais se estabiliza no que quer que seja, nem nas coisas, nem nos homes. [...] No mundo dos homens, tal abertura e flutuação é maior ainda, alimentada pelo enigma do próprio homem, que além de objeto é o sujeito das indagações, indagações que incidem sobre o sentido, sentido que é gerado pelo homem ou o sujeito, porém que, ao serem as perguntas respondidas e o sentido decifrado, dão lugar a outras perguntas, bem como a novas camadas de sentido a decifrar, e assim sucessivamente. (DOMINGUES, 2004, p. 124-125).

Descrição	Explicação	Interpretação
• O quê	• Como	• Qual o sentido

Figura 3.7: Principais questionamentos em pesquisa na sociologia compreensiva.

Esta é, em alguma medida, a chamada sociologia compreensiva de Weber, que busca articular explicação, compreensão e interpretação. De acordo com este autor, o objeto da sociologia é o sentido atribuí-

ido pelos indivíduos às suas ações no mundo, sentido este que não é atribuído individualmente – ainda que localizado no indivíduo – mas compartilhado pelo todo social, já que inscrito em relações sociais. Para este autor, a ciência social é “voltada para a compreensão interpretativa da ação social e, por essa via, para a explicação causal dela no seu transcurso e nos seus efeitos” (COHN, 2003, p. 26). Seu foco analítico é centrado, portanto, na **ação social**. Para o autor, tal sentido é *subjetivamente visado* pelo agente e não possui caráter objetivamente “correto”; o foco do cientista deve estar no sentido que se manifesta em ações concretas e que envolve um *motivo* sustentado pelo agente como fundamento de sua ação. É o *motivo* que funciona como a ponte entre sentido e compreensão e, portanto, a reconstrução do motivo é fundamental. Destaca-se que a *compreensão* em sentido weberiano não carrega conotação “intuitiva” e tampouco se reduz à observação e descrição pura e simples das ações sociais, mas somente é possível através da reconstrução significativa do desenvolvimento e do desenrolar da ação, trazendo a possibilidade de compreensão do *sentido* da ação do indivíduo ou do agente, e não dele em si (COHN, 2003, p. 27-28).

A perspectiva teórica apresentada oferece um panorama geral e sucinto da sociologia de Max Weber, apontada como compreensiva porque centrada no exercício de explicação e interpretação dos sentidos da ação social. Desse modo, buscamos demonstrar como a interpretação de dados qualitativos pode ser desenvolvida no âmbito da ciência social.

Ação social

Conduta na qual o próprio indivíduo (ou agente) associa um sentido – uma ação por ele orientada significativamente, considerando a conduta de outros e que se desenvolve a partir de tais parâmetros.

Atividade 4

Atende ao objetivo 4

O movimento Luddista, ou os chamados “quebradores de máquinas”, foi estudado pelo historiador Eric J. Hobsbawn em *Os destruidores de máquinas* (1900). O argumento do autor é que este movimento, característico do período entre 1800 e 1850, não pode ser compreendido como um “quebra-quebra industrial sem propósito e frenético”, mas como um meio de ação que caracteriza o início da luta da classe trabalhadora. Nas palavras do autor,

Há pelo menos dois tipos de quebra de máquinas, bastante diferentes da quebra incidental dos distúrbios comuns contra os altos preços ou outras causas de descontentamento [...]. O primeiro tipo não implica nenhuma hostilidade especial contra as máquinas como tal, mas é, sob certas condições, um meio normal de fazer pressão contra os empregadores ou os trabalhadores extras. [...] Este tipo de destruição era uma parte tradicional estabelecida do conflito industrial no período do sistema doméstico de fabricação, e nas primeiras fases das fábricas e das minas. Ele não era dirigido apenas contra as máquinas, mas também contra as matérias-primas, produtos acabados, ou mesmo a propriedade privada dos meios empregados, dependendo do tipo de danos a que estes eram mais sensíveis. Assim, em três meses de agitação em 1802, os tosquiadores de Wiltshire queimaram montes de feno, celeiros e choças de negociantes de tecidos impopulares, abateram suas árvores, destruíram carregamentos de pairo, bem como atacaram e destruíram suas fábricas. A prevalência desta ‘negociação coletiva através da arruaça’ é bem demonstrada. (HOBBSAWN, 2000, p. 19-20)

Considerando a distinção entre ação e sentido, identifique-as no caso apresentado. Aponte de que modo a não-apreensão do sentido impacta na compreensão sobre a ação dos Ludditas. Dê dois exemplos do cotidiano de ação social e dos sentidos a ela atribuídos em nossa sociedade.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Resposta comentada

O movimento Luddista foi, durante muito tempo, apontado como simples quebra-quebra, indicando uma suposta irracionalidade dos trabalhadores e um ódio sem razão ao desenvolvimento tecnológico. Aplicando a distinção entre a esfera da ação e do sentido, observa-se a ação de destruição individual e coletiva do grupo de trabalhadores e o sentido socialmente atribuído de pressionar os capitalistas a oferecer melhores condições de trabalho ou a aceitar a negociação coletiva antes da organização do movimento sindical institucionalizado. A não apreensão do sentido interpretado de forma coerente corroboraria a perspectiva contra a qual Hobsbawm se posiciona. Em exemplos simples, pode-se pensar na razão pela qual alguém trabalha: pode ser para ganhar o sustento, porque, na sociedade capitalista, os que não trabalham têm *status* social negativo, ou porque se gosta do que se faz. A ação de trabalhar, portanto, carrega um sentido mais amplo do que sua ação. O mesmo ocorre em relação a comer uma fatia de bolo: pode ser para não fazer desfeita, para provocar outro alguém que lhe oferecera também um pedaço e o agente não quis (como ofensa), ou para matar a fome.

Conclusão

Nosso objetivo nesta aula foi apresentar a ciência como uma construção de modelos explicativos para a realidade e não uma representação da própria realidade, de acordo com sua lógica construtivista.

Debatemos a ideia de *construção* tanto no conhecimento científico como um todo, quanto especificamente nas ciências sociais.

Falamos que a interpretação de fenômenos sociais faz parte das pesquisas qualitativas e que a subjetividade precisa ser reconhecida pelo pesquisador. Sobre esse assunto, aprofundamo-nos na Sociologia weberiana.

Também discutimos a amostragem como um processo de pesquisa qualitativo e quantitativo, além da importância da seleção de amostras para o sucesso das pesquisas de campo.

Atividade 5

Atende aos objetivos 2, 3 e 4

A partir dos elementos discutidos na aula, elabore uma proposta de pesquisa, apontando quais recortes deveriam ser realizados em relação:

- a) ao objeto de pesquisa, sua definição e recorte espacial e temporal;
- b) à pergunta central ou aos sentidos que sua pesquisa busca compreender em relação à realidade social;
- c) ao modo como seria viabilizada esta pesquisa e aos procedimentos de trabalho de campo e coleta de dados empíricos que seriam utilizados.

Resposta comentada

A proposta é livre e tem como objetivo exercitar a imaginação sociológica a partir dos elementos discutidos neste e nos capítulos anteriores. Entretanto, é importante que você responda pontualmente às questões indicadas. Por exemplo, ao estudar as delegacias e o registro de violência doméstica, poderíamos pontuar os seguintes elementos:

- a) O estabelecimento da Lei Maria da Penha a partir de sua institucionalização, nos bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro, e sua conduta no período entre 2010 e 2014;

b) A Lei Maria da Penha impactou o número de registros de violência doméstica, ampliando-os ou diminuindo-os? Haveria um impacto no sentido de encorajar as denúncias ou obscurecê-las?

c) A pesquisa seria feita nas delegacias específicas de atendimento à mulher, nos bairros de Copacabana, Arpoador, Ipanema e Leblon. Qualitativamente, seriam feitas entrevistas com delegados e delegadas das instituições, assistentes sociais e policiais que já atenderam chamados nesses casos. Quantitativamente, seriam feitos levantamentos a partir dos boletins de ocorrência, gerando estatísticas anuais sobre tais registros. Seria feita ainda pesquisa bibliográfica sobre o tema, para verificar o conhecimento já acumulado sobre o assunto e as semelhanças e diferenças entre essas pesquisas e este estudo de caso. Em caso de autorização, poderíamos ainda entrevistar vítimas dos registros e/ou acompanhar as ações policiais.

Resumo

Nesta aula, foram desenvolvidos quatro tópicos, a saber:

1. concepções de ciência e o ato *interpretativo*;
2. interpretação de fenômenos: a grande questão das ciências sociais;
3. construção de pesquisa e amostragem: selecionar, descrever, interpretar;
4. Sociologia compreensiva de Max Weber.

A questão central norteadora refere-se às formas de proceder à interpretação de dados qualitativos, considerando as especificidades da ciência social. Discutimos e relembramos elementos do debate sobre objetividade e neutralidade na ciência social e sua relação com as ciências naturais. Apontamos a multiplicidade teórica como parte constitutiva da ciência social e buscamos apreender de que modo as teorias diversas podem conduzir a formas diferentes de interpretação dos dados. Abordamos as questões relativas ao processo de seleção do real e sua relação com a interpretação dos achados de pesquisa, indicando etapas pelas quais passa a construção de conhecimento de acordo com a epistemologia das ciências humanas. Por fim, foram feitos apontamentos sobre a Sociologia compreensiva weberiana. Conforme já discutido em outros capítulos, buscamos ressaltar a importância do exercício criativo e

da imaginação sociológica, a fim de estabelecer os melhores caminhos (metodológicos) para se desenvolver um projeto de pesquisa, considerando os enfoques e recortes do pesquisador.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, debateremos o conceito de instituição social. Apresentaremos a distinção entre observação e descrição do trabalho em contextos institucionais e as possíveis dificuldades de elaboração de pesquisa de campo em tais espaços. Apresentaremos, ainda, dicas práticas para execução de trabalho de campo em tais contextos.

Aula 4

A observação e a descrição do trabalho
de campo em contextos institucionais

Metas

Apresentar o conceito de instituição social e discutir possibilidades e limites de pesquisa de campo em tal contexto.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o olhar e o ouvir como elementos fundamentais à observação em pesquisas de campo;
2. relacionar o escrever e o descrever à construção do conhecimento nas ciências sociais;
3. diferenciar o processo descritivo simples e o conceito de descrição densa;
4. explicar o conceito de instituição social.

Introdução



Figura 4.1: A observação e a descrição são partes integrantes do trabalho de campo.

Nesta aula, vamos falar sobre questões relativas aos procedimentos de observação e descrição no trabalho de campo, especificamente em contextos institucionais. Para cumprir tais objetivos, é preciso, antes de tudo, discutir as ideias de observação e descrição, para, posteriormente, apresentar o conceito de descrição densa, do antropólogo Clifford Geertz. Para estudar esses elementos com qualidade, relembremos algumas questões discutidas na aula anterior:

1. Como é possível realizar a observação e a descrição dos dados de uma pesquisa de campo?
2. Que diferenças pode haver entre uma descrição simples e o conceito de descrição densa, de Geertz?

Olhar e ouvir: por que são habilidades fundamentais ao pesquisador?



Luiz Fernando Pilz

Figura 4.2: Para descrever fenômenos sociais, é fundamental ser capaz de observá-los de forma cuidadosa.

Fonte: <http://www.freeimages.com/browse.phtml?f=download&id=324541>

Todos nós sabemos o que significa e executamos inúmeras atividades com a habilidade da observação. Também é comum usarmos a descrição para tratar dos elementos que observamos, até mesmo em conversas com os amigos. Na aula anterior, quando discutimos o processo de amostragem, reconhecemos o fato de que, no processo descritivo, não é possível abordar todos os detalhes e, portanto, o próprio ato de descrever – e observar também – impõe uma seleção de elementos sobre os quais concentraremos nossa atenção.

Você pode comprovar isso facilmente com um teste rápido de apenas dois dias: no primeiro dia, experimente ficar cinco minutos observando os acontecimentos cotidianos da rua em que você mora ou trabalha e tente anotar o que você observa. Faça a mesma coisa no dia seguinte. Em seguida, releia suas anotações e compare ambos os registros. Verifique quantos detalhes você incluiu no segundo dia e quantos você deixou de fora de suas anotações. Que elementos você incluiu em seu “caderno de campo” na segunda observação que não havia incluído no primeiro dia?

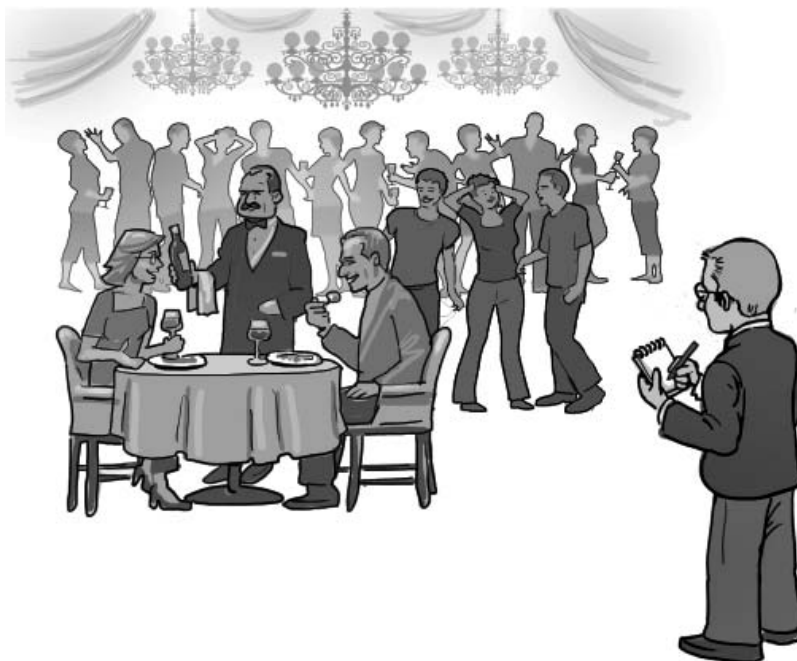


Figura 4.3: É importante que você tenha a dimensão da diferença e das dificuldades que envolvem observar, anotar e descrever.

Espero que você veja, com o exercício que propomos, como o processo de registro do real é difícil e como implica aquilo que Becker (2007) chama de amostragem. Uma vez que a observação de todos os elementos que compõem o real é impossível, realiza-se uma seleção do que se observa e, conseqüentemente, do que se registra. Você também poderá confirmar a percepção de Weber (2003) de que a realidade é infinita e, como pesquisadores, apenas captamos fragmentos ínfimos dela – questões já discutidas no capítulo anterior.

Por isso, no trabalho de campo, você deverá estar com seus olhos e ouvidos bem atentos e terá como grande aliado o seu “caderno de campo”, no qual anotará todos os detalhes que puder. É claro que, nesse processo de observação, será fundamental ter em mente as suas questões de pesquisa – perguntas que guiarão tanto sua observação quanto a descrição posterior. Considerando as dificuldades para observar e anotar tantas coisas, será muito importante ter clareza sobre as questões centrais de pesquisa, de modo que você possa estar com sua atenção voltada para esses tópicos. No entanto, vale lembrar um dos truques do Becker para conseguir “ver o que não estamos acostumados a perceber: identificar o caso que provavelmente perturbará seu pensamento e procurá-lo” (BECKER, 2007, p. 119). Mas agora você pode estar-se perguntando:

Como posso guiar meu olhar e minha observação pelas minhas questões de pesquisa e, ao mesmo tempo, “buscar o que é estranho”?

É justamente por isso que o trabalho de campo é um procedimento que requer muitas visitas, de forma contínua em certo período de tempo, buscando observação do fenômeno, por ângulos e em momentos diferentes, sendo um processo lento e gradual. Diante disso, os sociólogos tendem a frequentar os espaços em que se interessam muitas vezes durante meses. Já os antropólogos podem até mudar-se (literalmente!) para as comunidades ou os locais de pesquisa, a fim de viver seu cotidiano de forma mais intensa, aumentando a possibilidade de registro dos detalhes e, conseqüentemente, a percepção das chamadas lógicas sociais, de que falaremos mais adiante. Se você faz uma observação, provavelmente anotará os elementos que chamam sua atenção num primeiro momento; num segundo momento, com o olhar mais familiarizado, poderá ampliar suas possibilidades de percepção de novos detalhes, e assim por diante.



Observar o mesmo fenômeno em momentos diversos é como ver o mesmo filme mais de uma vez: em geral, somos capazes de perceber detalhes ou aspectos que não havíamos percebido antes, exatamente como na tirinha. O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, em *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever* (1988), traz a ideia de desenvolvimento de um “olhar e ouvir disciplinados” e os indica como fundamentais na construção da percepção e do pensamento dessa ciência, que traz, em si, a dimensão interpretativa. O autor indica três etapas na construção da pesquisa – ou do processo de “apreensão dos fenômenos sociais” – que seriam o *ver*, o *ouvir* e o *escrever* (1988, p. 18). Por enquanto, vamos nos concentrar nos dois primeiros atos, relacionando-os ao debate sobre o processo de observação e descrição.



Figura 4.4: Em pesquisas de campo, tão importante quanto a habilidade de olhar é a habilidade de ouvir atentamente o que é dito.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/343931>

Veja abaixo os significados do verbo *observar*, de acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa:

1. Examinar minuciosamente; olhar com atenção; estudar.
2. Espiar, espreitar.
[...]
3. Examinar atenta, minuciosamente, a(s) pessoa(s) e/ou o ambiente que a(s) cerca(m).

Considerando esses significados, podemos ter uma indicação básica do processo de observação e, conseqüentemente, de anotação, que irá requerer um exame minucioso do que se vê – pessoas, ambientes e, inclusive, as relações sociais e suas lógicas.

Seguindo o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, o olhar é uma das partes fundamentais do processo e, de acordo com sua perspectiva, “seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade” (1988, p. 21). O autor se refere a “uma forma de prisma através da qual acessamos a imagem” que vemos. Nosso olhar deve estar “devidamente sensibilizado pela teoria disponível”, não dependendo apenas das nossas questões de pesquisa – mencionadas anteriormente – mas também das teorias e dos conceitos utilizados para analisar o fenômeno escolhido. A

ideia central é de que “o olhar por si só não é suficiente”, e é fundamental o pensador dominar determinadas teorias de seu campo de conhecimento para que possa “organizar os elementos que percebe e transformar numa experiência organizada do ponto de vista de uma lógica social” (OLIVEIRA, 1988, p. 21). Portanto, o trabalho de construção de um projeto de pesquisa requer muita leitura e um investimento prévio de estudo sobre bibliografia básica do campo, para informar o seu pensamento. Como assim, “informar o pensamento”?

A ideia básica é desfazer as percepções de senso comum e buscar categorias propriamente científicas para pensar os fenômenos que, como na ciência social, tendem a ser, em alguma medida, conhecidos. É importante que o próprio pensamento sobre a questão seja formado cientificamente, por meio das teorias e conceitos usados para organizar a experiência do pesquisador com a realidade – conforme as palavras de Oliveira:

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo – ou no campo – esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. (OLIVEIRA, 1988, p. 19)

São tais bases teóricas que o auxiliarão no que pode ser chamado de “domesticação do *olhar* e do *ouvir*”, no sentido de captar na realidade aqueles elementos que possuem relação com a questão em foco.

Oliveira (1988) chama atenção para o fato de que também a habilidade de *ouvir* é importante para quem faz pesquisa social, não apenas o *olhar*. Pode parecer que se refere a algo simples; porém, se fizermos uma rápida reflexão sobre quantas vezes ouvimos, mas sequer prestamos atenção no que nos é dito, teremos um primeiro indicativo das dificuldades. Já aconteceu de você conversar com um amigo que fica um bom tempo falando, falando e, quando termina, você percebe que não prestou atenção a nenhuma palavra? Certamente, não foi desdém de sua parte ou falta de consideração com seu amigo... O que acontece é que, para ouvirmos com qualidade, precisamos nos preparar, colocar nossa atenção na conversa, buscando entender tudo que nos é dito. Quando fazemos pesquisa, além de nos empenharmos na escuta, devemos também estar abertos a novas lógicas de entendimento do mundo.

Se considerarmos que, ao tentarmos compreender fenômenos sociais, por vezes, estaremos ou estamos diante de lógicas sociais distintas das que organizam as nossas experiências de vida – ou de diferentes “idiomas culturais” e as complicações comunicativas que podem daí decorrer, teremos o segundo indicativo das dificuldades no desenvolvimento do que o autor chama habilidade de “saber ouvir”. Você já teve dificuldades em compreender o que dizem pessoas de gerações mais antigas ou muito mais jovens do que a sua? Ou dificuldade de compreender o significado de determinadas ideias, lógicas de compreensão do mundo ou mesmo de um vocabulário específico? São alguns exemplos de situações em que a nossa habilidade de ouvir deverá estar bastante atenta, apurada e aberta à percepção de outras lógicas sociais que podem ser muito distintas da que é referência para nós.

A importância de “saber ouvir” pode surgir em algumas situações distintas. Uma delas seria no trabalho de campo, quando se está observando a dinâmica de algum espaço ou fenômeno; outra, no momento das entrevistas. Entrevistar uma pessoa ou um grupo pode ser uma excelente oportunidade para obter informações não alcançáveis pela observação, mas envolve uma dinâmica de confiança entre os que dialogam – o nativo, informante ou interlocutor e o pesquisador – e uma fluidez na conversa – quando não se trata de questionário fechado. Referimo-nos a situações em que se estabelece uma espécie de diálogo entre esses sujeitos, que pode adquirir um tom de conversa sobre a temática em questão. Por isso, Oliveira chama atenção para esse “ouvir todo especial” e indica também a relação entre essa habilidade e a do olhar:

Evidentemente, tanto o ouvir como o olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação. Ambos complementam-se e servem para o pesquisador como duas muletas – que não nos percamos com essa metáfora tão negativa – que lhe permitem caminhar, ainda que tropeçadamente, na estrada do conhecimento. A metáfora, propositalmente utilizada, permite lembrar que a caminhada da pesquisa é sempre difícil, sujeita a muitas quedas. (OLIVEIRA, 1988, p. 21).

Perceba que o autor chama atenção para o processo de pesquisa e suas dificuldades, indicando a importância do *olhar* e *ouvir* como habilidades aliadas na construção do conhecimento, como meios utilizados para acessar os elementos de realidade, do fenômeno em questão. Porém, após o trabalho de observação e registro dos dados do campo, é preciso

traduzir aquelas notas em conhecimento sistematizado, e aí teremos novos desafios. O trabalho de escrita descritiva do fenômeno é uma nova etapa desse processo. Mas antes de entrarmos nesse novo conteúdo, vamos exercitar o que vimos até aqui.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

No primeiro tópico desta aula, estudamos alguns conceitos do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, descritos no livro *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever* (1988). Aponte como Oliveira percebe as habilidades de ver e ouvir no trabalho do pesquisador, explicando a importância do processo de “domesticação” dessas habilidades. Lembre-se de indicar a importância das questões de pesquisa e do papel das referências teóricas no processo.

[illegible]

Resposta comentada

Você pode ter respondido a esta questão de muitas formas. O importante é a ideia central de que, ao realizar o trabalho de campo, as duas habilidades são fundamentais. No entanto, devem estar devidamente sensibilizadas pela teoria, já que “o olhar, por si só, não é suficiente”. Também espero que, no seu texto, você tenha indicado a importância do pesquisador “saber olhar” e “saber ouvir”, usando essas habilidades em campo e em entrevistas, já que são as grandes ferramentas (ou “muletas com as quais se caminha”) que geram o conhecimento científico.

Escrever e descrever: construção de conhecimento em trabalhos de campo



Figura 4.5: Após olhar e ouvir, é preciso começar a escrever os dados coletados no campo.

No item anterior, discutimos o processo de observação e alguns de seus elementos, como as habilidades de olhar e ouvir. Dando sequência, você pode estar-se perguntando: como transformar esses registros em dados sistematizados e comunicáveis sob o formato de um texto organizado? De que forma escrever sobre esses dados? Nesse item, vamos nos concentrar em uma forma de escrita específica e, muitas vezes, uma das etapas do processo de construção de conhecimento, a descrição.

Observe abaixo alguns dos significados das palavras *descrição* e *descrever*, de acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa:

Descrição: 1. Ato ou efeito de descrever. 2. Exposição circunstanciada feita pela palavra falada ou escrita. 3. Enumeração, relação.

Descrever: 1. Fazer a descrição de; narrar. 2. Expor, contar minuciosamente.

Ainda que os significados possam indicar algo, imagino que você esteja se perguntando: por que a descrição é importante na ciência social? E mais: considerando a ideia de “expor minuciosamente”, como saber o que é ou não importante expor? Para responder à primeira pergunta, é

importante lembrar que a ciência social é uma ciência empírica e que, portanto, tem forte relação com as descrições feitas a partir das notas da observação e experiência do pesquisador. Seu surgimento está relacionado justamente à busca pela compreensão dos fenômenos empíricos e suas lógicas culturais de funcionamento. Desse modo, o próprio movimento de teorização da ciência social está relacionado à empiria e, nesse contexto, a descrição das experiências e dos fenômenos são elementos fundamentais. Porém, não nos referimos aqui a uma descrição simples. Ao descrever o fenômeno que você observa, é preciso aliar explicação e interpretação ou compreensão para selecionar os elementos mais importantes em sua análise.

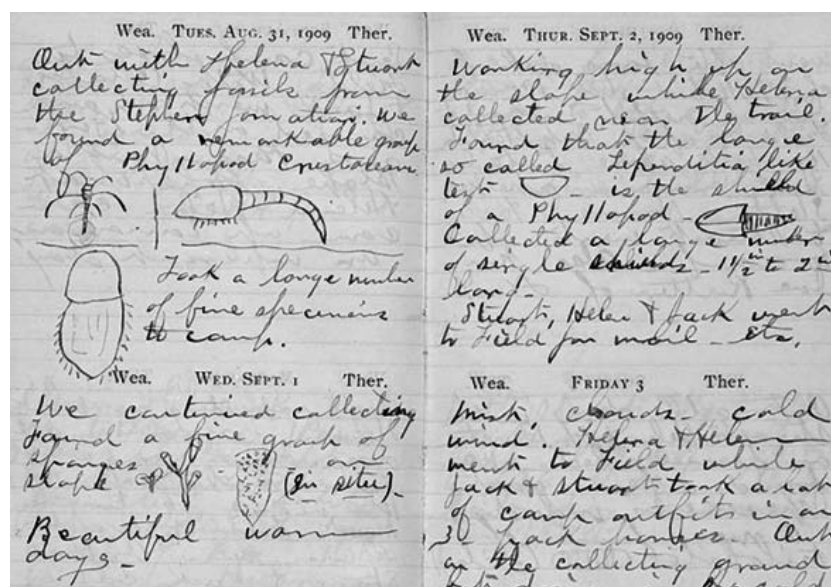


Figura 4.6: Nos diários de campo, o pesquisador registra o máximo de informações possível. Num segundo momento, ao redigir sua pesquisa, essas informações serão devidamente organizadas, gerando um texto de caráter científico.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Field_notebook_of_Charles_D._Walcott_from_August_31_to_September_3,_1909.jpg?uselang=pt-br

Por exemplo, ao discutir casos de violência doméstica e seus registros nas delegacias da mulher, será preciso fazer uma descrição geral do fenômeno – violência doméstica – e trazer à tona, nessa narrativa, os elementos observados nas delegacias – ou seja, os dados observados por você no campo e registrados em suas anotações – para, por fim, produzir uma análise sobre a relação entre agentes e vítimas nesse contexto institucional. Nesse processo de escrita – que pode ser entendido como

“construção de uma narrativa descritiva e analítica” –, você precisará trazer à tona não apenas os elementos de sua observação e suas anotações durante o trabalho de campo, mas também as teorias e os conceitos que orientam sua pesquisa e análise. Ainda no mesmo exemplo, para caracterizar ou descrever o fenômeno da violência doméstica, será preciso referenciá-lo na teoria e apontar as ferramentas conceituais que permitem transformá-lo numa problematização, discutindo, por exemplo, de que forma a *dominação* entre os gêneros (BOURDIEU, 2005; BEAUVOIR, 1949) pode se refletir nesses fenômenos, para além de simplesmente constatar a existência dos casos.



Dominação

Leia abaixo a definição do conceito de dominação, do Dicionário Crítico do Feminismo (2009):

Toda relação de dominação, entre dois grupos ou duas classes de indivíduos, impõe limites, sujeição e servidão àquele(a) que se submete. Ela introduz uma dissimetria estrutural que é, simultaneamente, o efeito e o alicerce da dominação: um se apresenta como representante da totalidade e o único depositário de valores e normas sociais impostas como universais porque os do outro são explicitamente designados como particulares. [...] A dissimetria constituinte da relação de dominação aparece não somente nas práticas sociais, mas também no campo da consciência e até nas estratégias de identidade. (HIRATA et al., 200, p. 76-78).

O debate sobre a dominação de gênero, mais comumente dos homens em relação às mulheres, buscando perceber sua construção histórica, social e ideológica, questiona a “naturalização” das diferenças e desigualdades entre homens e mulheres. Além de colocar em xeque percepções de gênero associadas a uma natureza invariável – por exemplo, as mulheres são “naturalmente cuidadoras” e os homens “naturalmente possuem mais ambição” – esse debate busca apontar de que forma tais percepções naturalizadas provocam e/ou permitem a reprodução de desigualdades entre

homens e mulheres, tanto no que se refere ao trabalho remunerado quanto ao não remunerado (ou seja, os cuidados com a casa, filhos, idosos etc.).

Voltando à nossa questão central, nesse processo de escrita e descrição dos dados, outro elemento fundamental é a distinção entre as anotações de campo feitas durante o processo de observação e registradas no seu caderno de campo e a escrita do texto científico. É comum os alunos ficarem confusos sobre essa diferença: a escrita final é equivalente a uma simples reescrita de maneira formal das anotações de campo? Se pensarmos sobre os elementos ditos anteriormente, facilmente poderemos perceber que não. Nos nossos cadernos de campo, estarão registradas as observações realizadas em campo e tudo aquilo que fomos capazes de perceber. Já no processo de escrita do texto científico, para além de tais registros, estarão indicadas as referências teóricas e serão feitas as nossas próprias análises à luz da teoria e dos dados de campo registrados no caderno (e na memória). Ou seja, há sempre, entre um e outro, um processo de construção do conhecimento científico que, nas palavras de Oliveira, é um “processo de textualização dos fenômenos socioculturais observados” (OLIVEIRA, 1988, p. 24). Nesse processo de textualização, novo processo de amostragem também será feito: se, num primeiro momento, registramos tudo aquilo que conseguimos através de um olhar e de um ouvir guiados por nossas questões de pesquisa, no segundo momento, precisaremos rever nossas anotações e, mais uma vez, selecionar os dados e interpretá-los à luz da teoria e (novamente) das orientações de pesquisa, para que seja possível atingir a análise.

Por exemplo, se você faz pesquisa sobre violência doméstica em uma delegacia, registrará diferentes casos a cada observação. Ao final de um mês, provavelmente, você terá um caderno de anotações com inúmeros casos distintos, registrados de acordo com os acontecimentos. Porém, para iniciar o processo de textualização, você precisará primeiramente organizar suas anotações e classificá-las por tipos de casos, perfil das vítimas, agressores, período etc., dependendo da questão de pesquisa. Em seguida, poderá continuar refletindo sobre suas notas, buscando um padrão nos casos registrados. Após organizá-los, você poderá produzir um texto, apresentando-os, porém, não mais um a um e de forma desorganizada, conforme estavam em suas notas de campo,

mas categorizados e estruturados a partir de elementos específicos de interesse. E, ainda, para fazer essa organização, mais uma vez, as teorias e os conceitos serão fundamentais, ajudando-o a organizar os dados numa estrutura mais complexa, buscando apreender as lógicas sociais de tais acontecimentos.

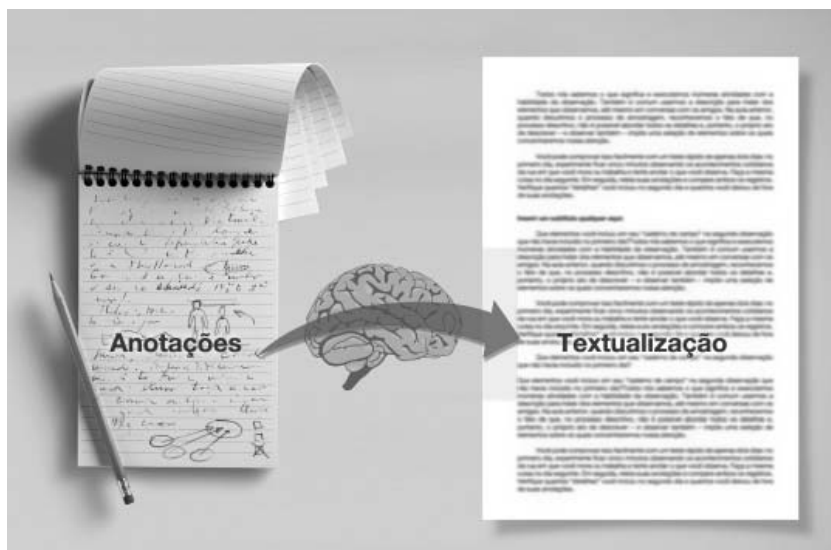


Figura 4.6: Nas pesquisas de campo, entre os processos de anotação e textualização se dá a construção do conhecimento científico.

Nas palavras de Oliveira, é esse processo de reflexão sobre o que vimos e ouvimos que caracteriza o ato de escrever e distingue essa escrita das anotações feitas em campo:

Devemos entender, assim, por escrever o ato exercitado por excelência no gabinete, cujas características o singularizam de forma marcante, sobretudo quando o compararmos com o que se escreve no campo, seja ao fazermos nosso diário, seja nas anotações que rabiscamos em nossas cadernetas (OLIVEIRA, 1988, p. 25).

De acordo com Oliveira, nesse processo de textualização, para além de uma tradução da “cultura nativa”, ou seja, cultura e lógicas sociais dos fenômenos e das relações, há uma tradução no idioma da disciplina, através do qual a interpretação dos fenômenos socioculturais ocorre. É nesse sentido que o autor aponta que o sistema conceitual e os dados são interinfluenciáveis e deverão estar articulados na construção do texto final (OLIVEIRA, 1988, p. 27-28).

Por fim, o autor lembra que o escrever é simultâneo ao ato de pensar; portanto, é completamente equivocado “esperar resolver os problemas na mente, para depois colocar as questões no papel” – atitude também muito comum entre os estudantes. Assim, torna-se fundamental organizar suas notas devidamente e iniciar o processo de textualização, pois é através dele que a construção de conhecimento ocorrerá, ou seja, é fazendo o esforço de escrever sobre nosso tema de pesquisa que conseguimos organizar nossas ideias para, enfim, comunicá-las. O elemento central está na compreensão da solidariedade que existe entre o escrever e o pensar que, para Oliveira, formam praticamente um mesmo ato cognitivo:

Não obstante, sendo o ato de *escrever* um ato igualmente cognitivo, esse ato tende a ser percebido quantas vezes for necessário; portanto, ele é escrito e reescrito repetidamente, não apenas para aperfeiçoar o texto do ponto de vista formal, quanto para melhorar a veracidade das descrições e da narrativa, aprofundar a análise e consolidar argumentos. (OLIVEIRA, 1988, p. 32)

As reflexões do autor nos ensinam a importância dos atos de olhar e ouvir na observação participante – forma de observação particular através da qual o pesquisador busca interpretar e compreender as lógicas sociais e culturais – indicando a relação entre os atos de escrever e pensar, a fim de atingir a construção do conhecimento científico. Após esse debate sobre os processos de observação durante o trabalho de campo e o processo de escrita subsequente, vamos prosseguir a aula, discutindo o conceito de descrição densa de Clifford Geertz. Mas, antes, vamos exercitar o conteúdo do segundo tópico de nossa aula.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2



Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/1094969>

No segundo tópico de nossa aula, apresentamos uma etapa específica do processo de escrita: a descrição, habilidade fundamental na construção do conhecimento científico. A partir dessa discussão apresentada, responda as questões abaixo.

1. Explique qual a relação, na percepção de Oliveira, entre o processo descritivo, os atos de ver, ouvir (ou seja, os dados de campo) e os elementos teórico-conceituais.

2. Explique qual a relação entre organização e sistematização dos dados de campo e os atos de escrever e pensar.

Resposta comentada

1. Em sua resposta, você deverá pontuar o processo de construção da narrativa descritiva como algo relacionado a tudo aquilo que conseguimos ver e ouvir durante o trabalho de campo. Você também deve resgatar a ideia de amostragem, indicando que, em nossos cadernos de campo, anotamos o que os nossos olhos e ouvidos “domesticados” perceberam. Destaque ainda a importância dos elementos teórico-conceituais nesse processo de “domesticação”, na medida em que auxiliam a definição dos fenômenos e, conseqüentemente, os elementos mais característicos que não podem deixar de ser observados e descritos pelo pesquisador, ainda que possam surgir outros elementos inesperados tão fundamentais quanto aqueles já indicados pela teoria disponível.

2. Nesta questão, você deverá indicar que as anotações feitas nos cadernos de campo tendem a ser menos sistematizadas e, portanto, não é viável sua utilização imediata na escrita. Deve haver um processo de releitura dessas cadernetas (ou mesmo de “folheá-las livremente”) e sistematização dos dados disponíveis, de modo que fiquem acessíveis e inteligíveis para a escrita científica. Além disso, você deverá pontuar que os atos de pensar e escrever se dão simultaneamente e, portanto, é equivocado imaginar que “primeiro resolvemos as questões na cabeça, para depois colocá-las no papel”. Ao contrário, justamente, o exercício de escrever é que permitirá organizar e sistematizar o próprio ato de pensar.

Sobre o conceito de descrição densa

Clifford Geertz (1906-2006) foi um antropólogo americano que cunhou o termo *descrição densa* para tratar do trabalho antropológico, especificamente, da etnografia (para mais informações sobre etnografia, leia o próximo capítulo e observe o verbete específico para o termo). Segundo este autor, o trabalho de análise da vida social e, mais especificamente, na área de antropologia, é essencialmente interpretativo,

ou seja, o processo de conhecimento da vida social implicaria algum grau de subjetividade e seria, portanto, de caráter aproximativo, e não definitivo – o que nos faz lembrar a definição de ciência construtivista indicada por Chauí em nossa aula anterior. Com isso, o autor não tem a intenção de “proclamar a falência do rigor científico no estudo da sociedade”, mas tão somente de destacar que a realidade, familiar ou exótica, é sempre filtrada por um determinado ponto de vista do observador, ou seja, nos termos de Becker (2007), sempre fazemos uma amostragem do que percebemos. Nesse sentido, Geertz ressalta que, no estudo dos fenômenos socioculturais, há sempre uma “objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa” (GEERTZ, 1989, p. 43).

Pensando nas várias possibilidades interpretativas dos fenômenos sociais, o autor cunha o termo *descrição densa* para diferenciar esse conceito de uma descrição superficial e indicar a possibilidade de, através de um texto descritivo, ser capaz de apreender e informar as lógicas que estão orientando alguma ação social, dando a elas um significado de apreensão da cultura. Se compreendemos a cultura como “uma lente através da qual o homem vê o mundo” (LARAIA, 2009, p. 67) e atentamos para o fato de que homens de culturas diferentes usam lentes diversas, é fácil perceber por que a descrição com densidade é fundamental para a compreensão de outras lógicas culturais diferentes daquela que temos como referência. Isso pode se aplicar tanto aos estudos de sociedades indígenas como aos de grupos dentro de nossa própria sociedade com que podemos até ter alguma familiaridade, mas não conhecemos efetivamente. É fácil perceber essa relação, se pensamos em diferentes culturas religiosas: podemos até ter alguma familiaridade com as religiões católica, protestante, evangélica, umbandista ou candomblecista, porém, não necessariamente compreendemos suas lógicas distintas.

Na aula anterior, fizemos um exercício que trazia como exemplo dois garotos piscando rapidamente o olho, sendo, em um dos casos, um tique involuntário e, no outro, uma piscadela conspiratória a um amigo. Você lembra? O objetivo da atividade era distinguir descrição de interpretação, buscando perceber a diferença entre o tique nervoso e a piscadela. Tal diferença aparece marcada pelo fato de que, no primeiro caso, a ação foi de simples contração da pálpebra, enquanto, no segundo, essa ação foi feita de forma proposital, num contexto cultural em que existe um código público no qual agir assim significa um sinal conspiratório – sendo equivalente a *piscar* propriamente, e não apenas contrair a pálpebra. É justamente essa distinção que Geertz usa para diferenciar a descrição superficial da descrição densa:

O caso é que, entre a [...] ‘descrição superficial’ do que o ensaiador (imitador, piscador, aquele que tem o tique nervoso...) está fazendo (‘contraíndo rapidamente sua pálpebra direita’) e a ‘descrição densa’ do que ele está fazendo (‘praticando a farsa de um amigo imitando uma piscadela para levar um inocente a pensar que existe uma conspiração em andamento’) está o objeto da etnografia: uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais os tiques nervosos, as piscadelas, as falsas piscadelas, as imitações, os ensaios das imitações são produzidos, percebidos e interpretados, e sem as quais eles de fato não existiriam [...]. (GEERTZ, 1989, p. 5).

É justamente essa densidade na descrição – apontando não apenas os fatos, mas também a lógica a eles subjacente – que permite a compreensão das lógicas sociais. Quando estamos pesquisando algum fenômeno sociocultural, podemos nos perceber, em alguma medida e em maior ou menor grau, a depender da familiaridade e da proximidade que temos com o fenômeno estudado, como um “cego cultural”. Uma das possibilidades de compreensão do que está sendo pesquisado se dá através desse processo descritivo feito com densidade, por meio do qual poderemos indicar as ordens e as lógicas sociais que orientam os acontecimentos.



Figura 4.8: Mesmo o ato de comer e a maneira de se comportar à mesa podem ser descritos de formas diversas.

Fontes: <http://www.freeimages.com/browse.phtml?f=download&id=509113>. (Richard Styles); http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ethiopian_food.jpg; http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Girl_with_chopsticks_at_dumpling_restaurant.jpg (Douglas Knisely).

Pensando nas imagens, podemos simplesmente indicar talheres, pratos e alimentos colocados à mesa, como também acrescentar os elementos de comportamento à mesa e indicar quais as lógicas associadas a tais comportamentos: enquanto em alguns países é um elemento ritual de agradecimento e elogio à boa comida dar um forte arroto, em nossa cultura, este seria um comportamento considerado inadequado. Porém, por meio

da descrição da composição da mesa e do ato de arrotar não seria possível apreender seu significado, e é justamente essa capacidade comunicativa dos sistemas de lógicas sociais que caracteriza a chamada *descrição densa*. É essa *descrição* minuciosa, microscópica e densa que devemos buscar atingir na construção do conhecimento científico sobre fenômenos socioculturais, o que requer de nós um afastamento do chamado *etnocentrismo* e uma aproximação com a atitude chamada *relativista*.



O etnocentrismo pode ser definido como “a visão de mundo na qual o centro de tudo é o próprio grupo a que o indivíduo pertence; tomando-o por base, são escalonados e avaliados todos os outros grupos” (SILVA, 1987, p. 438).

De acordo com Laraia (2009), nossa herança cultural nos condiciona a discriminar o comportamento considerado “desviante” – distinto do que é tido como “normal”, fazendo-nos reagir “depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade” (2009, p. 67). O autor usa como exemplo a homossexualidade, que ainda é objeto de ações e afirmações depreciativas e até mesmo agressivas – não à toa existem atualmente campanhas pela criminalização da homofobia – e indica que tal comportamento é fruto de um padrão cultural. Porém, outras culturas percebem, ou perceberam em outras épocas, a homossexualidade de forma distinta. O autor traz à tona o exemplo de tribos de planícies norte-americanas nas quais o homossexual era visto como dotado de propriedades mágicas, servindo como mediador entre o mundo social e o sobrenatural e, portanto, um ser ao qual se devota extremo respeito (LARAIA, 2009, p. 67-68). Outro exemplo é citado por Giddens (2006, p. 119), quando aponta que entre o povo Batak, do norte da Sumatra, as relações homossexuais masculinas são permitidas antes do casamento, e os meninos, na puberdade, passam um período entre homens mais velhos, que iniciam os novatos em práticas sexuais.

A atitude etnocêntrica é um problema nos estudos dos fenômenos socioculturais, pois pode nos impedir de perceber as lógicas sociais – que podem ser não apenas moralmente distintas, mas até mesmo opostas às nossas. Em um primeiro momento, elas podem nos causar repulsa, requerendo uma atitude madura e mais distanciada em relação à construção do conhecimento. É, portanto, que a percepção das lógicas sociais ou a possibilidade de construção de uma descrição densa requer uma postura associada ao *relativismo cultural*, percebido como antônimo de *etnocentrismo*, incompatível com os princípios das ciências sociais. A proposta é, acima de tudo, a compreensão e a interpretação das outras lógicas sociais, e não um julgamento moral das atitudes de outros grupos e/ou povos a partir dos pontos de vista que orientam a nossa própria cultura. O relativismo cultural, por sua vez, traz à tona a ideia de que qualquer comportamento deve ser compreendido em relação à estrutura cultural da qual faz parte e em termos do sistema de valor específico daquela cultura. O relativismo, portanto, encerra aquilo que por alguns é chamado de princípio de contextualismo, indicando que “a coerência de um hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema a que pertence” (LARAIA, 2009, p. 87).



De acordo com o Dicionário de Ciências Sociais (FGV, 1986, p. 1057), o *relativismo cultural*:

[...] requer um tipo de atitude que é o oposto do etnocentrismo, buscando ver as coisas de pontos de vista completamente diferentes, ou mesmo nunca antes pensados. Quando o significado de um ato é entendido no contexto em que acontece, estamos relativizando. Quando compreendemos o ‘outro’ nos seus próprios valores e não nos nossos, estamos relativizando. Relativizar é não transformar a diferença em hierarquia, em superiores e inferiores, ou em bem e mal, mas vê-la na sua dimensão de riqueza e diversidade, confirmando que toda cultura tem sua própria lógica. A prática do relativismo cultural é desafiante não só porque não é tão fácil assim abandonar nossos pensamentos, mas porque nos faz levantar questões importantes. [...]

Designa a ideia de que qualquer parte do comportamento deve

ser julgada primeiramente em relação ao lugar por ela ocupado na estrutura da cultura em que ocorre e em termos do valor específico daquela cultura. Encerra, desse modo, um princípio de contextualismo. E a expressão foi às vezes usada para sugerir que os itens culturais (por exemplo, normas éticas) só podem ser julgados dentro de seus contextos, ou que são tão raros que excluem os cálculos comparativos, mas isso nem sempre acontece.

Vale ressaltar, por fim, que existem debates sobre a questão dos limites do relativismo cultural que teriam referência na defesa dos direitos humanos. Muitas práticas culturais, ainda que compreendidas nos termos da sociedade nas quais existem, podem gerar sofrimento e/ou danos à pessoa humana. E, portanto, o relativismo cultural e o princípio do contextualismo também devem ser submetidos a uma percepção crítica e informada teoricamente, e não apenas aceita de forma absoluta.

Até aqui, debatemos as habilidades de ver e ouvir durante a realização do trabalho de campo e discutimos sobre o ato de escrever e pensar no processo de pesquisa. Também abordamos a importância da narrativa descritiva na pesquisa social, distinguindo a descrição simples do conceito de descrição densa (Geertz). Na próxima sessão, concentraremos atenção sobre o conceito de *instituição social*, para refletir sobre os atos de ver, ouvir, escrever e pensar sobre contextos institucionais.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

Observe a imagem abaixo e descreva-a. Lembre-se de não apenas descrever os elementos manifestos na cena – a forma, a postura e o modo de alimentar-se –, mas também pesquise quais os significados que orientam cada um dos hábitos e modos de comer. Em outras palavras, escreva uma descrição densa, no sentido de Geertz, das imagens abaixo, e faça pesquisas em outras fontes que possam auxiliá-lo na construção do texto.



Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Kurutob_eating_with_hands.jpg

Resposta comentada

Você deverá mostrar que compreendeu o conceito de *descrição densa*, indicando não apenas que os indianos acima estão comendo com o auxílio das mãos, e não com talheres, mas também explicando qual o significado existente – ou a *lógica social* – que orienta essa ação. Entre os indianos, comer com o auxílio das mãos é um hábito comum, e há aqueles que percebem o uso dos talheres como desrespeito às normas culturais. As raízes desse costume estão na medicina milenar ayurvédica, para a qual a digestão começa no contato dos alimentos com a ponta dos dedos. Essa lógica social é completamente distinta da ocidental, que considera que a digestão se inicia na boca, através da saliva. Destaca-se que, utilizar apenas a imagem como referência não torna possível descrever o costume de comer com as mãos com densidade, ou seja, sendo capaz de explicar o significado social dessa ação. Para atingir esse nível descritivo, você precisará ter acessado outras fontes, já que a imagem não é suficiente para tal.

Instituição social: definição e trabalho de campo

O termo instituição tem muitos significados. Mesmo na linguagem cotidiana, costumamos usar essa palavra em referência a inúmeros elementos: à instituição do Dia do Índio; às universidades, hospitais e igrejas como instituições de ensino, de saúde e de ofício religioso; também podemos dizer que “alguém é uma instituição”, referindo-nos às quali-

dades que lhe dão notoriedade e o distinguem. Observe os significados das palavras abaixo no Dicionário Aurélio:

Instituição: 1. Ato ou efeito de instituir. 2. A coisa instituída. 3. Associação ou organização de caráter social, religioso, filantrópico etc.

Instituições: 1. Conjunto das leis, das normas que regem uma sociedade política. 2. O conjunto das estruturas sociais estabelecidas, especialmente as relacionadas com a coisa pública.

Você percebe que todos os significados do cotidiano expostos anteriormente estão presentes nas definições do dicionário da língua portuguesa? Porém, é importante distinguir as *palavras* e os *conceitos* e, por isso, vamos trabalhar seus significados conceituais. Mesmo em seu uso científico, o conceito de *instituição* não é único nas ciências sociais. Muitas vezes, isso se torna um problema, e há autores que desaconselham seu uso, argumentando que, por aplicar-se a diferentes elementos da realidade social, o conceito perde seu valor como categoria de descrição e análise dos fenômenos sociais. Nesta aula, não vamos trabalhar todos os aspectos desse debate, mas enfatizar aqueles que se referem ao conceito como um elemento explicativo do funcionamento da vida social.

Entre sociólogos, há aqueles que definem o termo a partir da ideia de *estrutura*, ou seja, esta se aplica a “organizações ou grupos dotados de certa estabilidade estrutural, assentada em normas e valores dos próprios grupos ou organizações; ou então em valores da sociedade onde se inserem” (FGV, 1987, p. 612). É esse o sentido usado quando nos referimos à escola, ao sistema escolar, à igreja ou a uma empresa como *instituições*. Todos esses espaços são relativamente duradouros, têm regras próprias estruturadas, às quais todos os integrantes devem se submeter; estabelecem direitos e deveres aos participantes do grupo e, portanto, também permitem que haja uma certa previsibilidade nos comportamentos.

Outros autores definem instituições como normas de comportamento, ou seja, maneiras de fazer, sentir e pensar cristalizadas e que são características e distintivas de um grupo social específico (BOUDON; BOURRICAUD, 2011, p. 327). Para que o conceito tenha efetividade explicativa, os autores demarcam limites para que seu significado não abarque todos os comportamentos. Um deles refere-se à dimensão temporal e, portanto, aponta-se que as normas têm caráter duradouro (e, por isso, “cristalizados”) e não se referem a modismos ou outros com-

portamentos passageiros. Outro elemento é o seu reconhecimento ou consagração pela sociedade como conjunto: são valores sociais arraigados, fortemente estabelecidos, cujas alterações são, por vezes, difíceis e geram muitos conflitos. Esse é o sentido adotado quando nos referimos à propriedade e ao casamento, por exemplo.

Nos dois sentidos, há tanto elementos que se referem à vida pública como à privada. Vale destacar que o debate sobre o termo é muito extenso, mas o importante, nesta aula, é perceber que, seguindo esses significados, as delegacias, o exército, a polícia são instituições. Ou seja, nesses espaços, existem normas, regras e valores que se refletem nos comportamentos adotados por aqueles que participam dessas instituições, como também existirão os regulamentos escritos, as estruturas prediais, as hierarquias que, por sua vez, também estão ligados às normas, regras e valores. É fundamental lembrar que tais estruturas institucionais estão sempre permeadas pelas relações de poder – entre indivíduos e grupos – e que, portanto, o conflito é parte integrante desse processo. Vale lembrar ainda que, no sentido aqui adotado, os conflitos fazem parte da vida social e possuem importância fundamental no processo de mudança da sociedade.

Estar atento aos elementos aqui descritos é fundamental para todos aqueles que fazem pesquisa em ambientes e contextos institucionais. Pesquisas desenvolvidas em empresas, escolas, fábricas, sindicatos, delegacias, entre os corpos policiais etc., apresentarão as dimensões supracitadas, envolvendo tanto as organizações quanto as normas e valores que formam suas estruturas.

Para desenvolver pesquisa em alguns desses espaços, é preciso atentar tanto às normas e valores quanto à estrutura – em termos simbólicos e físicos –, para que se possa atingir a descrição densa. É importante relembrar aqui que o conceito indica a apreensão das lógicas e significados da ação social; portanto, o trabalho de pesquisa em tais espaços deve buscar olhar e ouvir “não apenas o que está escrito, mas também as entrelinhas”.

Atividade 4

Atende ao objetivo 4

Com base na leitura do último tópico da aula, explique o significado de instituição social, considerando os debates que foram apresentados em torno deste conceito. Aponte, em sua resposta, qual é a relação entre esta definição e o olhar e ouvir durante o trabalho de campo em contextos institucionais.

Resposta comentada

Em sua resposta, você deverá indicar as duas dimensões do conceito, tanto a que se refere à estrutura das organizações (como igrejas, escolas etc.) quanto àquela ligada a normas, regras e valores institucionalizados numa sociedade (por exemplo, os referentes ao matrimônio, maternidade, patrimônio etc.). Portanto, numa pesquisa em contexto institucional – seja numa fábrica, numa delegacia, na estrutura da Polícia ou do Exército, numa empresa –, é preciso ter os olhares e os ouvidos atentos não apenas aos registros escritos, regulamentos, estruturas hierárquicas formais, mas também aos elementos do comportamento e às percepções dos atores que fazem parte do processo.

Resumo

Nesta aula, foram desenvolvidos quatro tópicos, a saber:

1. observação e registros de dados no campo: as habilidades de olhar e ouvir;
2. trabalho de campo e construção de conhecimento científico: escrever e descrever;

3. diferenciação do processo descritivo simples da descrição densa;
4. instituição social e pesquisas em contextos institucionais.

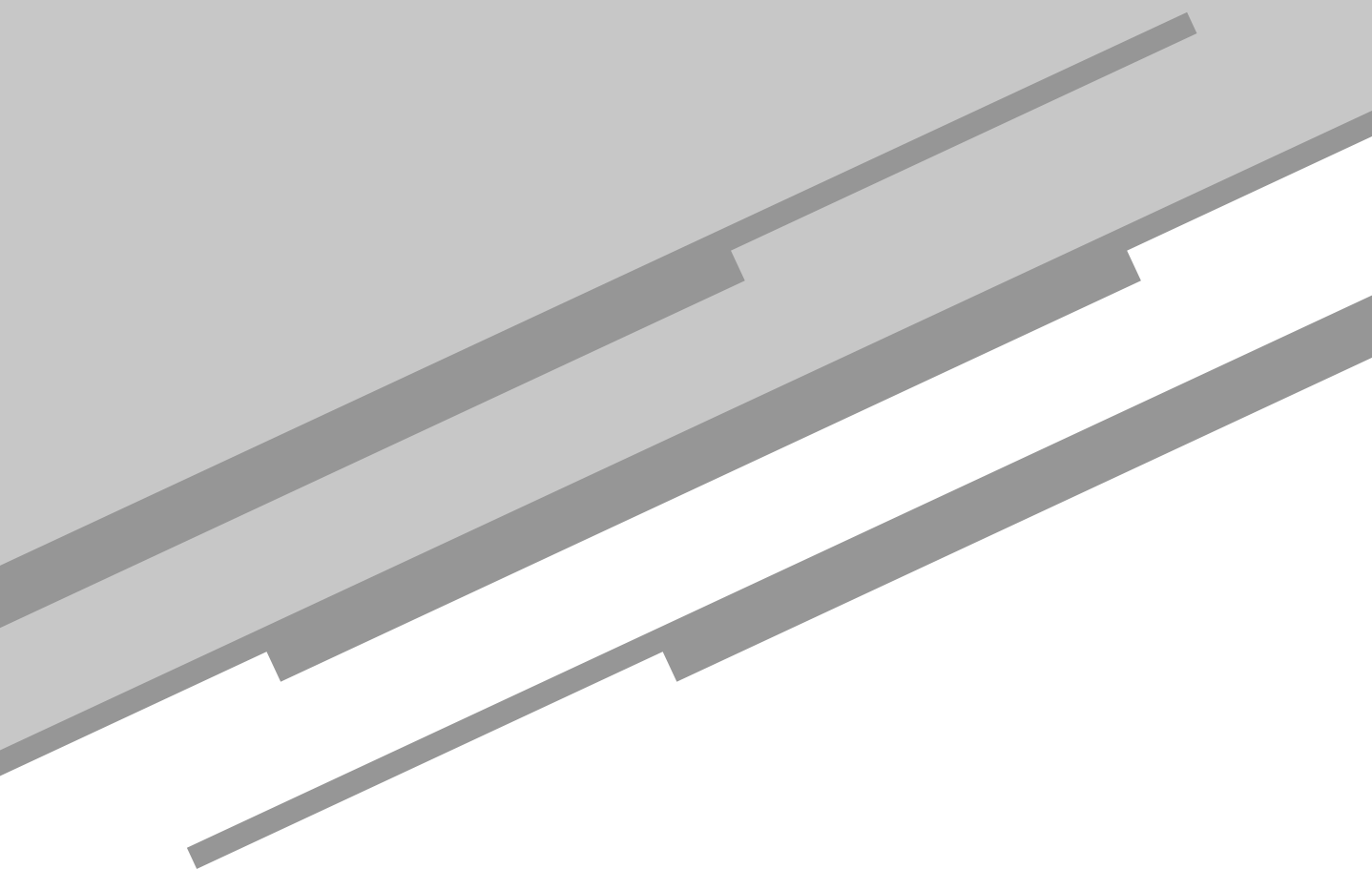
Foram lembrados dados do capítulo anterior, relacionando-os ao processo de observação e descrição em pesquisa social. Foram apresentadas as habilidades de ver e ouvir durante a realização do trabalho de campo, compreendendo-as como atos domesticados pelas questões de pesquisa e pelo sistema e arcabouço teórico disponível. Discutimos sobre ato de escrever e sua relação com a interpretação e análise dos elementos do campo a partir da teoria. Ressaltamos a importância da narrativa descritiva na pesquisa social, distinguindo a descrição simples do conceito de descrição densa (Geertz), apontando também a importância da narrativa descritiva na pesquisa social. Por fim, foi feito o debate sobre o conceito de instituição social, refletindo sobre os atos de ver, ouvir, escrever e pensar sobre contextos institucionais.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, serão apresentadas as definições conceituais para etnografia e estado. Com base nelas, vamos considerar que etnografia pode ser definida como um método de pesquisa, e no campo da antropologia, como método e teoria ao mesmo tempo. Nessa aula, também vamos explorar o que é uma etnografia do estado, abordando o conceito de estado em uma perspectiva antropológica.

Aula 5

Etnografia das instituições estatais



Mirian Alves de Souza

Metas

Apresentar os conceitos de etnografia e estado, relacionando-os, para compreender as pesquisas etnográficas em instituições estatais.

Objetivos

Ao final desta aula, esperamos que você seja capaz de:

1. reconhecer a etnografia como método e teoria;
2. demonstrar que o estado pode ser percebido como algo em formação e constante atualização;
3. descrever questões introdutórias sobre a pesquisa etnográfica em contextos institucionais de estado.

Introdução

Se começássemos esta aula perguntando o que é o estado, provavelmente você nos daria uma das respostas abaixo:

- é uma instituição;
- há três poderes independentes na sua constituição (executivo, legislativo e judiciário);
- é responsável por prover serviços de saúde, educação, segurança pública etc.

Se essas opções, ou muitas outras não listadas aqui, estivessem presentes na sua resposta, diríamos que você já tem uma breve noção sobre o que é o estado e sua importância no nosso dia a dia. Agora vamos observar mais atentamente as três definições listadas e perceber que há algo em comum entre elas: a ideia de burocracia, um modelo de administração que é repleto de normas e procedimentos.

Ora, se o contexto institucional do estado apresenta uma série de particularidades, podemos supor que as pesquisas realizadas nesses contextos também as apresentarão, não é mesmo?



Figura 5.1: O estado normalmente tem uma configuração bastante burocrática. Dessa forma, pesquisas em contextos institucionais de estado são, habitualmente, um grande desafio.

Nesta aula, vamos falar sobre um método de pesquisa chamado etnografia e sobre estado. Em seguida, vamos relacionar esses dois conceitos. Como sugestão, estude o conteúdo desta aula com uma questão em mente:

Como os conceitos de etnografia e estado, em uma perspectiva antropológica, podem ampliar sua compreensão em relação a essas categorias?

Etnografia: relacionando a teoria à prática

No campo da antropologia, a etnografia pode ser definida como método e teoria ao mesmo tempo. Nos verbetes de dicionários especializados, no entanto, encontramos uma definição mais restrita, em que a etnografia é considerada um método de pesquisa:

Etnografia [...] constitui um método de pesquisa associado principalmente a estudos antropológicos de sociedades tribais, mas é também usado por sociólogos, sobretudo em relação a grupos, organizações e comunidades que são parte de sociedades maiores e mais complexas, tais como hospitais, bairros étnicos, gangues urbanas e cultos religiosos. (JOHNSON, 1997, p. 101).

Etnografia é um método de estudo utilizado pelos antropólogos com o intuito de descrever os costumes e as tradições de um grupo humano. Este estudo ajuda a conhecer a identidade de uma comunidade humana que se desenvolve num âmbito sociocultural concreto.

A etnografia implica a observação participante do antropólogo durante um período de tempo em que esteja em contacto direto com o grupo a estudar. O trabalho pode ser complementado com entrevistas para recolher mais informações e descobrir dados que sejam inacessíveis à simples vista para uma pessoa que não pertence à cultura visada.

É hábito o investigador assumir um papel ativo nas atividades diárias da comunidade para se envolver com a compreensão da cultura. Estas atividades, por outro lado, permitem-lhe pedir esclarecimentos acerca das ações e dos comportamentos a cada um dos integrantes do grupo estudado.

Dá-se o nome de descrição densa ao relatório que apresenta o antropólogo para descrever, em pormenor, os costumes, as práticas, as crenças e os mitos de uma cultura. O investigador, de forma geral, recorre tanto ao método qualitativo como ao quantitativo para desenvolver o seu trabalho. É fundamental que

o antropólogo não tenha uma visão/perspectiva etnocêntrica na hora de avaliar os comportamentos da comunidade; caso contrário, o seu trabalho perde credibilidade.

Um dos estudos mais populares da etnografia intitula-se *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, escrito por Bronislaw Malinowski (1884-1942), o qual foi publicado em 1922. Trata-se de uma obra consagrada aos rituais e às práticas sociais dos habitantes das Ilhas Trobriand.

Disponível em: <<http://conceito.de/etnografia#ixzz3JKzNTms>>.

Perceba que os verbetes destacados definem etnografia como um método de pesquisa. Considerando sua origem etimológica, o termo, que deriva do grego *ethno* – povo – e *graphia* – escrever, envolve um método de pesquisa que focaliza a descrição a partir de trabalho de campo. A etnografia é definida como um método caracterizado pela descrição dos dados levantados durante uma pesquisa empírica.

Na aula anterior, vimos o conceito de descrição densa, proposto por Geertz e você vai perceber que etnografia é exatamente uma descrição densa, que evidencia uma determinada concepção do conhecimento. Este é visto como um processo baseado na descoberta, sem a testagem de hipóteses explícitas. Vai perceber também que, neste método, valoriza-se a descrição e não se tem intenção de submetê-la a teorias.

Para demonstrar o que estamos falando, podemos observar um texto do pesquisador Bruno Latour, no qual ele apresenta seu diálogo com um estudante de doutorado em sociologia que enfrenta dificuldades para concluir sua tese. O pesquisador recomenda que o estudante realize mais descrições. Para Latour, ele deve abandonar suas preocupações em enquadrar seus dados a determinada teoria, “moldura”:

Professor [Bruno Latour]: [...] A moldura torna um quadro mais bonito, ela pode ajudar a melhor dirigir o olhar, aumentar seu valor, mas ela não acrescenta nada à pintura. A moldura, ou o contexto, é precisamente o conjunto de fatores que não alteram em nada os dados, aquilo que é de conhecimento comum sobre eles. Se eu fosse você, eu me absteria de toda e qualquer moldura. Descreva, simplesmente, o estado dos fatos que estão à mão.

Aluno: “Descreva, simplesmente”! Desculpe-me, mas isso não é terrivelmente ingênuo? Não seria isto exatamente o mesmo tipo de empirismo, ou realismo, contra os quais fomos alertados? Eu achava que seu argumento fosse – como posso dizer? – mais sofisticado do que isso.

Professor [Bruno Latour]: Por que você pensa que descrever é fácil? Você deve estar confundindo descrição com encadeamento de clichês. Para cada centena de livros de comentários, argumentações, de glosas, há somente uma obra de descrição. Descrever, estar atento aos estados concretos das coisas, encontrar a narrativa adequada e única para uma situação dada... (LATOURE, 2006, p. 341).

É importante você observar que esse diálogo enfatiza a importância da descrição. O aluno que dialoga com Bruno Latour o procura porque está em busca de uma “moldura”, ou seja, um quadro explicativo, uma teoria para os dados que coletou durante a pesquisa empírica. Para desespero do aluno, Latour não lhe dá uma resposta “sofisticada”, algo que colocasse fim à sua procura, mas recomenda que ele simplesmente faça mais descrições:

Descreva, escreva, descreva, escreva [...] as descrições são o nosso negócio. Todos os demais [cientistas] estão traficando clichês. Entrevistas, sondagens, o que seja – nós vamos, nós ouvimos, nós aprendemos, nós praticamos, nós nos tornamos competentes, nós mudamos nossa visão. De fato é bem simples: é chamado de trabalho de campo. Bons trabalhos de campo sempre produzem muitas novas descrições... As descrições são o nosso negócio. (LATOURE, 2006, p. 343).



Monika Kostera

Figura 5.2: Filósofo e sociólogo Bruno Latour.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File: Bruno_Latour_Gothenburg_2006_cropped.jpg

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Vimos que a palavra etnografia é etimologicamente constituída por dois radicais gregos: *etnos* (povo) e *grápho* (escrita/descrição). Conhecer a etimologia de uma palavra não nos permite compreender a extensão de seu significado, mas certamente nos ajuda a começar a desvelá-lo. Ao longo do tempo, a etnografia tornou-se um importante método de pesquisa para antropólogos e sociólogos, com características bastante particulares.

Com base no que você estudou até este momento, cite a(s) característica(s) que define(m) a etnografia como um método de pesquisa.

Resposta comentada

O que caracteriza a etnografia como método de pesquisa é a realização de trabalho de campo e a descrição dos dados coletados durante esse período. Também é importante ressaltar que a etnografia é uma descrição densa, na qual se valoriza a descrição propriamente dita, sem a intenção de submetê-la necessariamente a teorias.

Compreendida como um método de pesquisa que exige a realização de trabalho de campo, a etnografia é acessível a qualquer pesquisador. Ela, enquanto método, tem sido bastante difundida por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento – sociologia, geografia, educação etc. Nesta aula, contudo, pretendemos abordar a etnografia em uma perspectiva mais antropológica, como método e teoria. Para tanto, serão utilizados os argumentos da antropóloga **Mariza Peirano**, presentes em três textos, todos eles disponibilizados na internet:

- A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995;
- Etnografia, ou a teoria vivida. PontoUrbe, ano 2, versão 2, 2008;

Mariza Peirano

Pesquisadora de Antropologia vinculada à UNB (Universidade de Brasília) com diversas obras publicadas nas áreas de antropologia e etnografia.

- Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos n. 42, 2014.



Caso queira conhecer mais a obra da pesquisadora Mariza Peirano, acesse: www.marizapeirano.com.br.

Para Mariza Peirano, etnografia – no campo da antropologia – é mais que uma prática de pesquisa, uma metodologia:

Etnografia de inspiração antropológica não é apenas uma metodologia e/ou uma prática de pesquisa, mas a própria teoria vivida. Uma referência teórica não apenas informa a pesquisa, mas é o par inseparável da etnografia. É o diálogo íntimo entre ambas, teoria e etnografia, que cria as condições indispensáveis para a renovação e sofisticação da disciplina [...]. No fazer etnográfico, a teoria está, assim, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados. Mais: a união da etnografia e da teoria não se manifesta apenas no exercício monográfico. Ela está presente no dia a dia acadêmico, em sala de aula, nas trocas entre professor e aluno, nos debates com colegas e pares, e, especialmente, na transformação em “fatos etnográficos” de eventos dos quais participamos ou que observamos. Desta perspectiva, etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação (PEIRANO, 2008, p. 3).



Figura 5.3: Para Mariza Peirano, a teoria é par inseparável da prática no fazer etnográfico.

Fontes: a) http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Old_man_walking_in_the_park_of_Germia,Prishtine.JPG; b) <http://www.freeimages.com/photo/1024682>

O que significa dizer que etnografia envolve teoria e prática de modo inseparável?

Nosso intuito é mostrar que o fazer etnográfico é atravessado o tempo todo pela prática e pela teoria. Etnografia pressupõe uma prática porque exige trabalho de campo. Mas, quando vamos para o campo, levamos conosco as teorias que estudamos. Assim, nossas observações e registros durante o trabalho de campo são orientados por nossas teorias. Em outras palavras, antes de iniciarmos o trabalho de campo para o levantamento de dados empíricos, pesquisamos sobre o contexto da pesquisa e estudamos várias teorias. Uma vez no lugar da pesquisa, no campo propriamente dito, nosso olhar é orientado e disciplinado pelas teorias que conhecemos. Ainda que a teoria discipline nosso olhar durante o trabalho de campo, ela não coloca limitações à prática; ela informa nossa prática sem limitar nossas possibilidades analíticas.

No campo da antropologia, a ideia de que teoria e prática se combinam é levada muito a sério. Na prática, durante o trabalho de campo, consideramos nossas teorias, mas estamos abertos a confrontá-las com nossas observações *in loco*.



A teoria em antropologia é construída a partir do confronto entre as teorias que informam a pesquisa de campo e a realidade observada *in loco*.

É preciso que o pesquisador esteja preparado para confrontar as teorias que conhece com o que é observado no campo. O conhecimento antropológico, de maneira geral, é alimentado por esse confronto. Para Mariza Peirano (1995, p. 46),

O objetivo mais geral da antropologia foi sempre a procura de uma visão alternativa, mais genuína talvez, da universalidade dos conceitos sociológicos. Portanto, não são grandes teorias nem abrangentes arcabouços teóricos que a informam [...], mas, ao contrastar os nossos conceitos com outros conceitos nativos, ela se propõe a formular uma ideia de humanidade construída pelas diferenças. Tudo começou com o desafio que Malinowski lançou ao confrontar trobriandeses de carne e osso e as grandes teorias evolucionistas do início do século. Mitificado por haver introduzido a pesquisa de campo intensiva, conhecido pela obsessão pelo ponto de vista do nativo [...] Malinowski talvez tenha desempenhado um papel ainda mais fundamental que todas essas proezas. É que coube a ele confrontar as teorias sociológicas, antropológicas, econômicas e linguísticas da época com as ideias que os trobriandeses tinham a respeito do que faziam. Mais: ao comparar tais ideias com suas próprias observações *in loco*, pôde perceber que havia 'resíduos' não explicados: o kula – a troca cerimonial de conchas vermelhas por braceletes de conchas brancas entre determinados parceiros no extenso círculo de ilhas no extremo oriental da Nova Guiné –, por exemplo, não era apenas um fenômeno meramente econômico de troca de bens preciosos, mas envolvia as esferas do religioso, da política, da mitologia, dos ritos, repercutia nas formas linguísticas e incluía também o comércio puro e simples, criando um circuito fechado de relações entre as ilhas do arquipélago. Esta verdadeira descoberta, resultado do confronto entre a teoria (e, por que não, do senso comum europeu da época) e

a observação dos nativos melanésios, talvez explique por que voltamos constantemente a essa experiência para desvendar a peculiaridade do fazer antropológico. A leitura obrigatória de Malinowski (e de outros ‘heróis fundadores’) explica-se, assim, especialmente por seu caráter exemplar de descoberta antropológica. Nesse sentido, importa menos a validade de suas propostas (muitas consideradas ultrapassadas) e mais a permanência das teorias sobre magia, mitologia, linguagem etc., que não são totalmente de Malinowski, mas resultado do encontro de Malinowski com os trobriandeses. Pode-se argumentar, contudo, que o *feedback* entre pesquisa e teoria constitui o procedimento básico do conhecimento científico em geral, e que, para todas as ciências humanas, não existe fato social que independa da referência à totalidade da qual ele faz parte. No entanto, a pesquisa de campo antropológica, concebida como a procura incessante do diálogo com o outro, amplia e deixa mais explícitos esses pressupostos.

Como vimos no longo trecho destacado, no campo da antropologia, a etnografia não se resume à descrição de dados levantados durante a pesquisa de campo. Ela é construída a partir do confronto entre:

- As teorias que levamos para o campo e que nos são transmitidas, por exemplo, através da leitura dos textos clássicos da antropologia – como o livro *Os argonautas do pacífico ocidental*, de Malinowski;
- Nossas observações no lugar da pesquisa, isto é, nossos registros da vida cotidiana daqueles que estudamos;
- O ponto de vista nativo, ou seja, as opiniões e as teorias dos sujeitos que pesquisamos; o que eles pensam sobre eles mesmos.

A descrição, que resulta em confrontar teorias em vez de testá-las no campo empírico, é valorizada não apenas no campo da antropologia. Como vimos, Bruno Latour recomenda a um estudante de doutorado em Sociologia mais descrições. Descrever, contudo, como lembra Mariza Peirano, não é apenas repetir o que se ouviu durante o trabalho de campo – afinal, até mesmo citações exigem contextualização. Para a antropóloga, questionando-se a propósito de qual seria o desafio do etnógrafo,

Ele [o etnógrafo] precisa interpretar, traduzir, elaborar o diálogo que esteve presente na pesquisa de campo. O antropólogo precisa transformar a indexicalidade que está presente na comunicação em texto referencial. É preciso colocar em palavras sequenciais, em frases consecutivas, parágrafos, capítulos, o que foi ação.

Aqui, talvez esteja um dos desafios maiores da etnografia e, certamente, não há receitas preestabelecidas de como fazê-lo. (PEIRANO, 2008, p. 7).

Sem querer estabelecer uma fórmula, Mariza Peirano (2008, p. 7) observa que uma boa etnografia se baseia:

- na habilidade de considerar a comunicação no “contexto da situação” - a expressão e a ideia são de Malinowski;
- na difícil transformação, para a linguagem referencial escrita, do que foi indêxico e pragmático na pesquisa de campo;
- na possibilidade de detectar, de forma analítica, a eficácia social das ações das pessoas.

A antropóloga considera que essas três condições só serão possíveis se ultrapassarmos a compreensão de senso comum sobre os usos e o papel da linguagem, já que etnografia e teoria se combinam por meio dela. “O trabalho de campo se faz pelo diálogo vivo e, depois, a escrita etnográfica pretende comunicar ao leitor (e convencê-lo) de sua experiência e sua interpretação”. (PEIRANO, 2008, p. 7).

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 1

Observe a afirmação a seguir:

Em antropologia, etnografia é teoria e método ao mesmo tempo.

Explique o significado desta frase com base no que você estudou no primeiro tópico desta aula.

Resposta comentada

Você pode ter explicado esta frase de várias maneiras. O importante é que você considere a ideia de que o conhecimento antropológico

é construído a partir do confronto entre descrições, que resultam de trabalho de campo, e teorias, que estudamos na academia.

O que é estado?

Para começarmos a falar de estado, é importante observarmos como ele é definido em dicionários especializados. Optamos pelo Dicionário de Sociologia, de Johnson.

Estado: da forma definida por Max Weber, o estado é a instituição social que mantém monopólio sobre o uso da força. Neste sentido, o estado é definido por sua autoridade para gerar e aplicar poder coletivo. Como acontece com todas as instituições sociais, o estado é organizado em torno de um conjunto de funções sociais, incluindo manter a lei, a ordem e a estabilidade, resolver vários tipos de litígios através do sistema judiciário, encarregar-se da defesa comum e cuidar do bem-estar da população, de maneira que estão além dos meios do indivíduo, tal como implementar medidas de saúde pública, prover educação de massa e financiar pesquisa médica dispendiosa. De uma perspectiva do conflito, no entanto, o estado opera também no interesse de vários grupos dominantes, como as classes econômicas e grupos raciais e étnicos.

Estado não é a mesma coisa que governo, embora os termos sejam muitas vezes usados um pelo outro fora da sociologia. O estado é uma instituição social, o que significa que consiste numa forma ou plano social de como várias funções devem ser desempenhadas. O sistema parlamentar, por exemplo, é uma maneira de realizar as várias tarefas de governo, tal como promulgar legislação. O governo, contudo, é um conjunto particular de pessoas que, em qualquer dado tempo, ocupam posições de autoridade dentro do estado. Neste sentido, os governos se revezam regularmente, ao passo que o estado perdura e só pode ser mudado com dificuldade e muito lentamente (JOHNSON, 1997, p. 91).

Em uma perspectiva antropológica, podemos conceber o estado como um conjunto de instituições que se sustentam por meio de dispositivos de poder que fazem parte da vida social cotidiana. Por exemplo: para acessar um serviço público ou determinados espaços, precisamos recorrer a documentos produzidos por órgãos estatais, como identidade, CPF etc. Nessa perspectiva, o estado e suas práticas

são considerados em diferentes contextos, não possuindo um lugar de atuação específico ou centralizado.

Nesta aula, pensamos o estado “como algo em formação e constante atualização”, e não como um “dato”.

Assim, o estado não se coloca somente como um agente da política (e esta, como fruto dele), e sim como a convergência de formas simbólicas, estruturas de apreensão do mundo e modalidades de efetivação deste a partir da ação. É um estado que, ao mesmo tempo em que se forma, se impõe: gesta e gerencia, mas é gestado e gerido. Tal apreensão permite dizer, portanto, que não é possível se pensar no estado como um bloco monolítico. Suas formas são múltiplas: classificam, combinam, permutam, entram em oposição e transformam. Por isso, o estado não está também em um lugar específico; ele se atualiza, se transfere para os processos sociais e, na mesma medida em que é embebido destes, os transforma. (LEIRNER, 2003, p. 195).

O livro *Antropologias das práticas de poder* (CASTILHO; LIMA; TEIXEIRA, 2014) reúne reflexões etnográficas de pesquisadores que se viram obrigados a pensar o conceito de estado para além de suas definições mais tradicionais. O texto de apresentação do livro, considerando uma análise das pesquisas apresentadas em seus capítulos, apresenta uma reflexão sobre o que são e quais são, nos dias de hoje, os limites das práticas de poder estatais, ou seja, aquilo que se entende por estado. Consideramos que as seis suposições centrais desse texto nos são úteis em uma sistematização do que entendemos por estado e práticas estatais:

1. “o estado” não é um ente dotado de consciência e intenção, tampouco é uno nem uma “coisa” palpável, senão feixes de relações de poder;
2. se o senso comum – intelectual, inclusive – toma usualmente a malha da administração pública (dos três poderes, o que inclui a crença na independência dos mesmos), na definição do direito administrativo público, como sendo “o estado”, não se deve deixar escapar que tal institucionalização e subjetivação de princípios e funções se dá por meio de leis e normas, em agências e agentes que compõem a sua dimensão organizacional e nela creem;
3. tal dimensão engendra-se tanto pelo entrelaçamento de redes de pessoas que se (re)agregam de acordo com interesses, compromissos, percepções, adesões, sentimentos, não redutíveis às fronteiras institucionais doutrinárias ou geográficas legalmente prescritas, quanto pelo estabelecimento de regras de enunciação, de padrões retóricos, isto é, de linguagens específicas;

4. a produção da crença na unicidade, na coerência e na efetividade das práticas de poder da administração pública é um trabalho cotidiano que se impõe com enorme força sobre as ações da administração pública e suas extensões, por si, em geral, dissonantes, precárias e contraditórias, produzindo as condições de sua legitimidade e potência, tecendo com os fios da malha administrativa o que é produto de âmbitos a ela totalmente alheios;

5. esse trabalho de (re)produção ideológica faz estado, produzindo subjetividades e assujeitamentos, agenciamentos, códigos de conduta e moralidades tão importantes quanto aqueles que estão sancionados sob a forma do que o direito administrativo define como público;

6. os burocratas no cotidiano das agências da administração pública, assim como os produtores intelectuais, a mídia, e mesmo os pesquisadores na área de ciências sociais permanentemente procedem a (re)arranjos, (re)configurações, (re)interpretações do que sejam os modos de atender às demandas das coletividades sobre as quais atuam, assim estabelecendo fronteiras (a crença nelas) do que seja “o estado”, conferindo-lhe, portanto, a materialidade que as ideias podem ter. Neste tópico, é de particular interesse o lugar da universidade pública em relação à malha da administração pública e sua possível autonomia. (CASTILHO; LIMA; TEIXEIRA, 2014, p. 13-14).

Neste texto de apresentação, os organizadores observam que há uma teoria sobre o estado em ação nas entrelinhas dos diferentes capítulos do livro. Realçamos essa teoria porque ela informa nossa concepção sobre o que é o estado e como devemos proceder ao pesquisarmos instituições estatais:

Poderes estatais existem em redes e produzem efeitos que desafiam as fronteiras clássicas que distinguem estado, sociedade e mercado; eles são, ao mesmo tempo, instituições sociológicas e artefatos ideológicos; encarnam-se em pessoas que, sob certa mirada, constituem-se em tipos sociais (são “burocratas”, “políticos profissionais”, “marqueteiros”, entre outros), mas cuja condição de sujeitos morais dá vida às instituições em que se inserem e é fundamental à sua compreensão. Desse ponto de vista, o estado nunca está “pronto” e finalizado. Se as políticas públicas são um “local” excelente para se partir ao estudo dos fenômenos estatais, as práticas de poder cotidianas em que são postas em prática, e muitas vezes apagadas no curso do tempo, são ângulos de análise privilegiados. Se considerarmos o estado como feixes de processos em permanente (trans) formação, é no estudo dessas práticas (mas não só) que a antropologia pode aportar contribuições significativas. Pri-

vilegiamos pensar o desafio de etnografar práticas de poder porque, mediante seu estudo, podemos apreender como se faz estado, dando também ênfase à dimensão performativa e à ação simbólica na produção de efeitos (e afetos) de poder, e como nós, antropólogos, participamos desse fazer. (CASTILHO; LIMA; TEIXEIRA, 2014, p. 22).

Atividade 3

Atende ao objetivo 2

No segundo tópico desta aula, propusemos pensar o estado “como algo em formação e constante atualização”. Justifique essa visão de estado com base na posição de Leirner (2003) que você viu ao longo desta aula.

Resposta comentada

Em uma perspectiva antropológica, o estado pode ser concebido como um conjunto de instituições que se sustentam através de dispositivos de poder que fazem parte da vida social cotidiana. O estado está em constante formação e atualização, não sendo um dado imutável da realidade.

Etnografia do estado

Existe uma ampla bibliografia sobre trabalho de campo e etnografia (por exemplo, Geertz, 1989; Malinowski, [1922]1985; Foote-White, 1975; DaMatta, 1978). Essa bibliografia nos permite compreender o que é:

- trabalho de campo;
- observação participante;

- etnografia e seus desafios metodológicos e teóricos.

Entretanto, essa literatura não prepara seus leitores para universos temáticos em que os pesquisadores estejam envolvidos com o estado e suas práticas burocráticas.

A pesquisa em contextos estatais, com grandes corporações e grupos de elite, tem se tornado objeto de coletâneas, simpósios e grupos de trabalho em associações acadêmicas, como a Associação Brasileira de Antropologia. Cada vez mais, pesquisadores têm se dedicado à pesquisa com sujeitos e instituições em posições superiores em termos das dinâmicas de poder.

Os pesquisadores que se dedicam a esse contexto, seja como parte de sua atividade profissional, seja como parte dos processos sociais em que se envolveram em suas pesquisas, costumam reconhecer o artigo “Up the Anthropologist – perspectives Gained from Studying Up”, da antropóloga Laura Nader (1972), como uma referência, porque sublinha a importância da pesquisa em contextos distintos daqueles nos quais os antropólogos costumavam se engajar, ou seja, contextos nos quais pesquisam instituições e grupos sociais em posições socio-econômicas inferiores às suas.

Em livro que apresenta pesquisas etnográficas que envolvem contextos institucionais estatais, assim como grandes corporações e grupos de elite, os organizadores explicam a importância do texto de Laura Nader. Eles destacam três razões centrais para que a etnografia não envolva apenas os grupos e instituições tradicionalmente estudados (CASTILHO; LIMA; TEIXEIRA, 2014). O texto de Laura Nader sublinha a importância da pesquisa com grupos “*up*” (por *up*, queremos dizer “acima”, no “topo”), pelas seguintes razões:

1. a indignação, capaz de integrar e conferir sentido à atividade científica;
2. as vantagens que o acesso a tal perspectiva permite, na medida em que, nas sociedades complexas contemporâneas, a imensa maioria dos fenômenos sociais envolvem redes, grupos e classes dispostos em diferentes posições hierarquicamente no interior de coletividades políticas: os de cima e os de baixo. O estudo apenas de uma parte das coletividades sociais produziria, necessariamente, uma perspectiva enviesada;
3. a potencial relevância democrática do trabalho do antropólogo ao estudar as elites nas sociedades complexas. Se o suposto da cidadania,

que pretende conduzir as sociedades “ocidentais e democráticas”, é a capacidade de tomar decisões “livres”, como poderia existir cidadania numa sociedade em que muitos “cidadãos” não possuem acesso a informações básicas nem à consciência de direitos fundamentais? (NADER, 1972, p. 284-296).



Figura 5.4: Pesquisas em grandes corporações, ambientes burocráticos e com grupos de elite apresentam características específicas porque acontecem com os chamados grupos “up”.

Fontes: a) <http://www.freeimages.com/photo/1431370/>; b) <http://www.freeimages.com/photo/758439/>; c) <http://www.freeimages.com/photo/861513>

É recente a produção etnográfica focalizando contextos estatais, práticas burocráticas, elites, redes de poder e grandes corporações. Apesar disso, a importância desse tipo de pesquisa já tem se evidenciado. Com ela, observamos uma mudança na compreensão do que é o próprio estado. A definição conceitual para estado apresentada anteriormente tem a ver com os avanços das pesquisas que o mostram de forma bem menos reificada. Veja o que diz Philip Abrams (1988, p. 75):

proponho que abandonemos o estado como um objeto material de estudo, concreto ou abstrato, e que ao mesmo tempo tomemos de modo extremamente sério a ideia de estado. As relações internas e externas das instituições políticas e governamentais (a ideia de um estado sistema) podem ser efetivamente analisadas sem que se postule uma realidade para o estado.



Reificação

Processo de tornar uma ideia ou conceito e tratá-los como se fossem algo concreto e real. “Sociedade”, por exemplo, é um conceito usado por sociólogos para descrever a organização da vida social. A sociedade não é algo que possamos ver ou experimentar de alguma outra forma com nossos sentidos; ela também não é capaz de pensar, sentir ou agir. Ainda assim, pessoas reificam frequentemente a sociedade, referindo-se a ela como se fosse uma entidade viva, concreta, com necessidades, vontades, intenções e comportamentos, um ser consciente que pode ser julgado culpado por variados resultados. (JOHNSON, 1997, p. 192-93).

Como evitar o processo de reificação do estado?

Para o antropólogo Michael Herzfeld, devemos encarar as burocracias público-estatais em seu plano de existência mais concreto. Ao realizarmos uma etnografia, submetendo à descrição, práticas estatais, podemos alcançar sua concretude. Dessa forma, tais burocracias mostram-se sustentadas em mecanismos e dinâmicas sociais que implicam crenças, identidades, localismos, estereótipos e mitos. As burocracias do estado não são menos “simbólicas”, nem mais “racionais” do que quaisquer outros conjuntos de instituições, grupos, aldeias ou sociedades consideradas propriamente afins à pesquisa etnográfica. Sua **idiossincrasia**, porém, é que faz parte de sua poética: um processo constante de apagamento dos próprios mecanismos em que se sustenta seu poder. A esse poder corresponde a naturalização de uma ideia de estado (ABRAMS, 1988) como entidade autônoma, puramente formal, objetiva e racional. No mesmo sentido, a esse apagamento corresponde também uma representação dos funcionários de estado, aqueles que possuem o “vínculo com a administração pública”, bem como das repartições públicas, como figuras e espaços de pouco ou nenhum interesse etnográfico (AGUIÃO, 2014).

Idiossincrasia

Comportamento que é característico e peculiar a um indivíduo ou a um grupo.



Figura 5.5: O interesse dos pesquisadores pelo estado e sua burocracia vem crescendo consideravelmente nos últimos tempos.

Fonte: <http://pixabay.com/pt/carimbo-desordem-escrit%C3%B3rio-selos-114353/>

Nessa perspectiva, devemos voltar nossa atenção para o estado e suas práticas burocráticas como objetos relevantes de pesquisa. Em seu texto sobre a burocracia ocidental, Michael Herzfeld mostra que o estado, suas instituições e práticas não devem ser vistos como objetos estranhos à etnografia. Ao contrário, ele convida o pesquisador a encarar esse “novo” campo, recorrendo a um texto clássico da antropologia: “Os Argonautas”. Se Malinowski foi para uma ilha no Pacífico, o etnógrafo atualmente pode ir para uma instituição pública: “Imagine-se o leitor sentado, como diria Malinowski, em uma repartição” (HERZFELD, 1992, p. 170).

Atualmente, não são poucos os pesquisadores, no campo da antropologia, que realizam pesquisa em contextos institucionais estatais. A ideia de fazer trabalho de campo em uma repartição hoje não é estranha, mas, na década de 1980, esse tipo de pesquisa não tinha a mesma recepção. O antropólogo Roberto Kant de Lima não manifesta interesse em classificar o seu trabalho como uma “etnografia do estado”, embora, ainda na década de 1980, tenha desenvolvido efetivamente uma etnografia do estado. A sua pesquisa no campo da segurança pública, privilegiando a etnografia como instrumento metodológico e teórico, é pioneira. Citamos abaixo trecho de uma entrevista com esse antropólogo, na qual ele explica como surgiu seu interesse pelo tema da segurança pública:

Globo Universidade - Como surgiu seu interesse pela área de segurança pública?

Roberto Kant - A minha tese de doutorado foi elaborada a partir de uma longa etnografia do sistema de justiça criminal da cidade do Rio de Janeiro, realizada no período de 1981-1984. Essa etnografia - defendida em 1986 em uma Universidade dos EUA, quando foi publicada no Brasil, inicialmente pela PMERJ (1994), em seguida pela Editora Forense (1995) - atraiu o interesse da Escola Superior de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que propôs que eu coordenasse a realização de módulos do Curso Superior de Polícia, inicialmente, como cursos de extensão e, depois, como cursos de especialização *lato sensu*, que os oficiais eram obrigados a fazer para serem promovidos e que, ao final dos quais, aqueles que desejassem, poderiam elaborar e fazer aprovar por uma banca uma monografia para obter o título de especialista em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. Inicialmente financiados pela Fundação Ford e, a seguir, pelo Instituto de Segurança Pública da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, de 2000 a 2008, os cursos também se estenderam a capitães e delegados de polícia, no primeiro caso como um módulo do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e, no outro, dando origem ao Curso Superior de Polícia Integrado. O curso, desde seu início, contou com um elenco de professores visitantes, da França, Canadá e Argentina, principalmente. A vivência que os professores adquiriram nesses cursos e o fato de que alguns de seus alunos ingressaram no curso de mestrado em Antropologia da UFF acabaram por constituir massa crítica capaz não só de instituir uma linha de pesquisa no programa de Pós-Graduação em Antropologia, como de elaborar e desenvolver, através do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP), projetos individuais e coletivos que foram contemplados com recursos de editais de agências de fomento para realização de pesquisas e convênios internacionais de intercâmbio. Esta atividade culminou recentemente na criação de um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), contemplado em um edital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (2009-2014), o Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC). O InEAC tem como objetivo, além da realização de pesquisas, a formação de quadros qualificados para a difusão e divulgação do conhecimento produzido, especialmente através de formulação de políticas públicas e desenvolvimento de tecnologias sociais (denominado pela sigla INCT-InEAC – disponível em www.uff.br/ineac), cuja última realização foi a institucionalização de sua reprodução, em nível de graduação, no curso de bacharelado em segurança pública da UFF.

Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2012/05/seguranca-publica-e-tema-de-entrevista-com-roberto-kant-de-lima.html>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

A etnografia realizada pelo antropólogo Roberto Kant de Lima – no estado – permitiu a ele colaborar ativamente na construção de um campo de conhecimento sobre a segurança pública no Brasil.



Figura 5.6: Antropólogo Kant de Lima.

Atividade 4

Atende ao objetivo 3

Ao falarmos sobre etnografia de estado, são muitas as questões que se apresentam, dadas as características particularizantes desse contexto. Uma delas é, sem dúvida, o processo de reificação, uma espécie de “coisificação” do estado.

Diga de que maneira a etnografia pode romper com esse processo de reificação do estado?

Resposta comentada

A etnografia, por tomar a dimensão mais concreta e analisar dispositivos de poder e relações sociais *in loco*, permite a confrontação de teorias abstratas. Além disso, ao submeter à descrição práticas e instituições, a etnografia permite alcançar planos mais concretos da vida social.

Conclusão

Nesta aula, foram apresentadas as definições conceituais para etnografia e estado. Com base nelas, compreendemos que etnografia pode ser definida como um método de pesquisa, mas também, no campo da antropologia, como método e teoria ao mesmo tempo. Estado, por sua vez, é definido como um conjunto de instituições sustentadas a partir de dispositivos de poder não localizáveis em um único lugar, sendo, portanto, distribuídos em diferentes contextos e relações sociais. A ideia de uma etnografia do estado foi apresentada como questão altamente relevante e, atualmente, reconhecida como uma demanda da pesquisa no campo das ciências sociais.

Resumo

No campo da antropologia, etnografia pode ser definida como método e teoria ao mesmo tempo. Nos verbetes, em dicionários especializados, no entanto, encontramos uma definição mais restrita, na qual a etnografia é considerada um método de pesquisa.

Compreendida como um método de pesquisa que exige a realização de trabalho de campo, a etnografia é acessível a qualquer pesquisador.

Para Mariza Peirano, etnografia – no campo da antropologia – é mais que uma prática de pesquisa, uma metodologia: é a própria teoria vivida. Pressupõe uma prática porque exige trabalho de campo, mas, quando vamos para o campo, levamos conosco as teorias que estudamos.

A etnografia é construída a partir do confronto entre:

- as teorias que levamos para o campo e que nos são transmitidas;
- nossas observações no lugar da pesquisa;
- o ponto de vista nativo.

Sobre o estado, em uma perspectiva antropológica, podemos concebê-lo como um conjunto de instituições que se sustentam através de dispositivos de poder que fazem parte da vida social cotidiana. Nessa perspectiva, o estado e suas práticas são considerados em diferentes contextos, não possuindo um lugar de atuação específico ou centralizado.

Nesta aula, pensamos o estado “como algo em formação e constante atualização”, e não como um “dado”.

A pesquisa em contextos estatais, com grandes corporações e grupos de elite, tem se tornado objeto de coletâneas, simpósios e grupos de trabalho em associações acadêmicas, como a Associação Brasileira de Antropologia. Cada vez mais, pesquisadores têm se dedicado à pesquisa com sujeitos e instituições em posições superiores em termos das dinâmicas de poder.

É recente a produção etnográfica focalizando contextos estatais, práticas burocráticas, elites, redes de poder e grandes corporações. Apesar disso, a importância desse tipo de pesquisa já tem se evidenciado. A definição conceitual para estado apresentada anteriormente tem a ver com os avanços das pesquisas que o mostram de forma bem menos reificada.

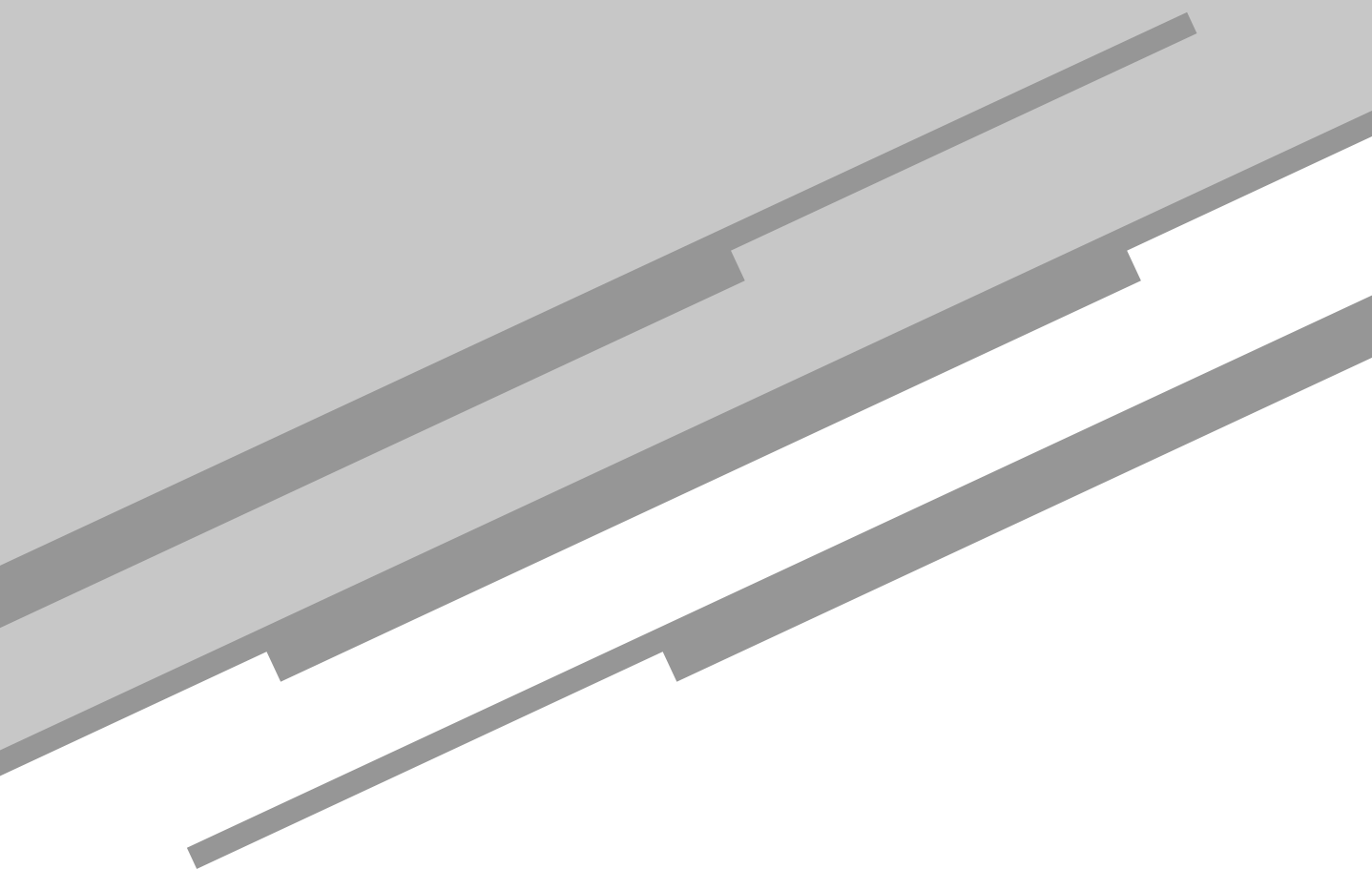
Atualmente, não são poucos os pesquisadores, no campo da antropologia, que realizam pesquisa em contextos institucionais estatais. A ideia de fazer trabalho de campo em uma repartição hoje não é estranha, mas, na década de 1980, esse tipo de pesquisa não tinha a mesma recepção.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos abordar experiências de pesquisa em contextos institucionais estatais, focalizando pesquisas realizadas no âmbito da justiça criminal e da segurança pública. Abordaremos algumas das perspectivas e dos desafios da pesquisa etnográfica realizada nesses contextos.

Aula 6

Pesquisa no campo da justiça
criminal e da segurança pública



Mírian Alves de Souza

Meta

Apresentar perspectivas e desafios da pesquisa no campo da justiça criminal e da segurança pública.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer que o acesso às informações no campo da justiça criminal e da segurança pública também são permanentemente negociados, como em qualquer trabalho de campo;
2. demonstrar a importância de documentos, atas, registros, certidões e outros documentos para a pesquisa;
3. relatar experiências de pesquisas empíricas no âmbito da justiça criminal e da segurança pública.

Introdução

Você já viu que trabalho de campo em ciências sociais sempre implica uma negociação com os atores envolvidos, isto é, com nossos informantes ou interlocutores, não é mesmo? O trabalho de campo em contextos institucionais estatais não é diferente, exigindo negociação permanente para a obtenção de informações.

Para começar esta aula, realçamos que as dificuldades de acessibilidade ao campo de pesquisa em situações nas quais lidamos com instituições do estado não podem ser encaradas de forma diferente daquelas que enfrentamos em outros contextos.



Bartłomiej Stroinski

Figura 6.1: As pesquisas que acontecem em contextos estatais apresentam tantos desafios quanto as que ocorrem em outros contextos.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/140579>

Desafios metodológicos da pesquisa no campo da justiça criminal e da segurança pública

A antropóloga Carla Costa Teixeira conta, sobre sua experiência de pesquisa com elites políticas que, durante o início de seu estudo, não refletiu adequadamente sobre as dificuldades de acesso aos políticos que queria entrevistar:

Durante muito tempo, contei estas histórias de maneira jocosa e irrefletida [histórias sobre as dificuldades de acesso aos informantes], no estilo ‘a gente enfrenta cada uma para pesquisar esses políticos...’, claramente compartilhando um senso comum que desqualifica os políticos em nossa sociedade. Não me esforcei para compreender naquelas ocasiões o ponto de vista nativo, a lógica daquela interpelação, numa reação que os antropólogos não costumam ter quando estudam comunidades ou outros contextos ‘subalternos’. Como indagou Pedro Nascimento, quando refletiu sobre as dificuldades que enfrentou ao pesquisar um hospital: haveria muita diferença entre as recusas dos poderosos a serem pesquisados e as desculpas do tipo ‘vou ter que sair agora e não vai dar para a gente conversar’ daquele seu amigo que você conheceu na comunidade? Caso sim, sem dúvida a diferença não reside no fato de que uns pesquisados detêm mais poder do que outros, mas, sobretudo, está no tipo de poder e na forma em que nos posicionamos em ambas as recusas: reconhecemos a legitimidade das barreiras impostas pelas comunidades ou movimentos sociais, e a negamos aos socialmente bem posicionados, especialmente se detêm poder institucional (TEIXEIRA, 2014, p. 37).

Destacamos, em relação ao texto citado anteriormente, que é preciso não reduzir as dificuldades de acesso a informações em contextos estatais – ou de forma mais abrangente com grupos *up* – à discussão sobre maior ou menor acessibilidade ao campo de pesquisa. Além disso, como também enfatiza Carla Teixeira em seu texto, é preciso reconhecer o ponto de vista de nossos interlocutores, independentemente de nossa avaliação moral em relação a suas condutas. As situações de pesquisa:

Exigem, sobretudo, reflexão sobre o fazer etnográfico que considere as possibilidades e limites da compreensão do ‘ponto de vista nativo’ quando esta compreensão implica se colocar no lugar de outrem com quem não temos afinidades, ou pior, repudiamos moralmente (TEIXEIRA, 2014, p. 38).



Figura 6.2: A etnografia realizada nesses espaços e com tais atores exige que o pesquisador busque conhecer o ponto de vista nativo, descrevendo práticas e interações sociais, assim como faz em outros contextos e com outros sujeitos. Nas imagens, observamos a Câmara dos Deputados, à esquerda, e o Congresso Nacional, à direita.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brazil.Congress.01.jpg>; http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brasilia_Congresso_Nacional_05_2007_221.jpg

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Explique por que é possível afirmar que não existem diferenças substantivas entre o trabalho de campo no âmbito da justiça criminal e da segurança pública quando comparado a outros contextos.

Resposta comentada

Assim como em outros contextos, o trabalho de campo desenvolvido nas áreas da justiça criminal e da segurança pública exige negociação permanente para a obtenção de informações. Os atores envolvidos nessas pesquisas, como funcionários públicos, promotores, policiais, técnicos administrativos, etc., devem ser vistos como quaisquer outros interlocutores com quem estabelecemos relações durante o trabalho de campo.

Uma vez reconhecido que as dificuldades objetivas de acesso a contextos estatais não diferem daquelas com as quais nos deparamos em outros contextos, vamos discutir questões relativas à pesquisa no campo da justiça criminal e da segurança pública, como o uso de registros escritos.

Registros escritos: quando o informante é um documento

Cada vez mais, pesquisadores evidenciam o papel dos registros escritos em suas pesquisas (por exemplo, TEIXEIRA, 2014; VIANA, 2013, 2014; EILBAUM, 2014). Como observa Carla Teixeira,

é impossível etnografar instâncias estatais (políticas e administrativas) sem considerar os volumosos e variados registros escritos, ou seja, ‘documentos’, que produzem atas, relatórios, memorandos, memórias técnicas, portarias, decretos, projetos de lei etc. (2014, p. 34).



Figura 6.3: Ao realizar uma etnografia em contextos institucionais, precisamos reconhecer os registros escritos como inesgotáveis fontes de dados. Documentos representam materiais de pesquisa fundamentais nesses espaços.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Documents_stacks_in_a_repository_at_The_National_Archives.jpg

Pesquisa de campo com base em documentos: um caso concreto

A antropóloga Adriana Viana, em sua pesquisa na Justiça da Infância e Juventude, construiu uma etnografia a partir de documentos, mais especificamente, de processos de definição da guarda de menores que tramitaram no começo da década de 1990. A pesquisa de Viana focalizou as concepções e práticas de gestão no momento de substituição da legislação “menorista” pelo novo corpo legal, segundo o qual a criança e o adolescente se tornaram “sujeitos especiais de direito”. Esse momento se refere à implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (VIANA, 2014). Adriana Viana estava interessada em pesquisar o trânsito, a manutenção ou transformação de categorias, as concepções e práticas de gestão. A importância dos documentos se revelou, segundo ela explica,

Em parte porque a atenção às práticas de gestão que se desenvolviam por meio dos processos foi ocupando cada vez mais o centro do trabalho, vi-me obrigada a elaborar algumas reflexões sobre o que aqueles documentos pareciam, em sua forma própria, produzir como um mundo social (2014:44).

Os documentos, assim como os informantes de carne e sangue, expressam narrativas e silêncios. Como as pessoas, os documentos informam, mas também silenciam. O mundo social a ser construído a partir de documentos demanda considerações sobre o que é dito e o que não é dito.



Devemos considerar o que foi registrado, mas também refletir sobre o que não foi documentado.

É preciso levar a sério o mundo social construído a partir de vidas documentadas que se encontram

Em gavetas, em arquivos, em pastas numeradas. Podem essas ser pilhas sujas de coisas que ninguém quer olhar; podem ser papéis interditos a olhos não autorizados; podem ser parte de fragmentos da vida de alguém: a ‘ilusão biográfica’ de um réu, de uma testemunha, de uma criança cujo destino precisa ser decidido até data tal, impreterivelmente. Ou que suscita maiores averiguações em até 30 dias. E mais 30, e talvez um pouco mais. Vidas cheias de espaços temporais que registram as idas a uma unidade administrativa para ‘regularizar uma situação de fato’. Ou talvez o retorno à delegacia para dizer que ‘a relação está harmoniosa e quer retirar a queixa’ contra o companheiro. Ou simplesmente carimbos e protocolos que consagram o adiamento de audiências no processo sobre o assassinato de seu filho, irmão ou marido (VIANA, 2014, p. 46).

Na pesquisa de Adriana Viana, tais documentos representam “pedaços” que permitiram construir uma narrativa sobre o processo criminal, sobre a decisão judicial a respeito da guarda de uma criança. Considerando a importância dos documentos em seu trabalho, destacamos mais um trecho do texto já citado da antropóloga:

Defendo, assim, que levar a sério os documentos como peças etnográficas implica tomá-los como construtores da realidade tanto por aquilo que produzem na situação da qual fazem parte – como fabricam um ‘processo’ como sequência de atos no tempo, ocorrendo em condições específicas e com múltiplos e desiguais atores e autores – quanto por aquilo que conscientemente sedimentam. Quando digo conscientemente não suponho intenções pré-fabricadas, mas tão somente a presença constante dos constrangimentos que lhe são inerentes como documento: algo que selará um destino, sob a forma de sentença final; que ficará arquivado, podendo ser consultado, mediante condições específicas, por diferentes atores em diferentes momentos; que exige daqueles que produzem, alinham e acumulam seus fragmentos o compromisso com o efeito de coerência que deve ser sentido em seu conjunto. Sua obrigação presumida de ser algo que deve permanecer e durar, dada, antes de mais nada, por seu caráter de ‘documento’, percorre, desse modo, todo seu processo de confecção e seus múltiplos e variados tempos. Considerar quem são os atores centrais para sua confecção nos leva, como em qualquer etnografia, não à fantasia de personagens isolados e individualizados, mas ao rastreamento de conexões, interações, condições desiguais de fala (VIANA, 2014, p. 47-48).

Pesquisando instituições, e não apenas esses contextos, devemos dar atenção aos documentos. Estes, que podem ser atas, formulários, processos, requerimentos, certidões, ofícios, regulamentos, registros de muitas faces, permitem o levantamento de informações e consequentemente a construção, ou melhor, a compreensão de mundos sociais. Como argumenta o sociólogo Pierre Bourdieu, documentos cumprem papel de destaque nas cadeias de atos, autoridades e autorizações que estruturam o campo burocrático (BOURDIEU, 1996).

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Neste momento, vamos exercitar a descrição de um documento, imaginando que ele poderá ser um de nossos insumos de pesquisa. Selecione um documento qualquer (pode ser uma conta, uma edição do Diário Oficial etc.) e, a partir dele, faça um texto descritivo das informações contidas no registro.

[illegible]**Resposta comentada**

Espero que você tenha selecionado qualquer registro escrito de natureza institucional, como, por exemplo, um formulário de inscrição em concurso público ou uma conta de luz, e que o tenha descrito da forma mais abrangente possível.

Pesquisas empíricas no campo da justiça criminal e da segurança pública

Etnografia multissituada

Cada vez mais, pesquisadores consideram necessário o uso de múltiplos locais de observação para apoiar sua análise. Para se pesquisar um problema de pesquisa, recorre-se a diferentes lugares de observação. Pesquisadores definem, portanto, diferentes espaços para a realização de seu trabalho de campo.



A etnografia que resulta da pesquisa em múltiplos espaços é classificada como multissituada (*multi-sited*).

Miríade

Equivale a uma quantidade grande de algo.

O antropólogo George Marcus escreveu sobre o que ele chama *etnografia em vários locais*: “uma forma de monitoramento etnográfico que procede de um fenômeno social e segue algumas de suas ramificações **Miríade**”, estabelecendo locais de observação diferentes, capazes de registrar a natureza de um problema particular de pesquisa (MARCUS, 1995).

O antropólogo Ulf Hannerz observa que a ideia de uma pesquisa multissituada (*multi-sited*) não tem origem com o trabalho de George Marcus. Segundo Hannerz, a concepção de vários lugares para o trabalho de campo – a ideia de estar lá, ali e aqui – ainda que mais consistentemente abordada por George Marcus – não é uma inovação, por dois motivos. Um deles é o fato de os estudos de imigração constituírem um campo no qual a ideia de estar lá e em vários outros lugares não é novidade. O outro é que, na Antropologia, o estabelecimento de diferentes lugares de observação já faz parte de sua realidade, como em Malinowski, por exemplo, que seguiu seus informantes trobriandeses em torno de um circuito de comércio entre várias ilhas (o kula ring) (HANNERZ, 2003, p. 203).

Embora a perspectiva de uma pesquisa multissituada não represente uma grande inovação em termos etnográficos, ela introduz questões importantes para as pesquisas contemporâneas, que envolvem outra dinâmica de tempo (isto é, quando o pesquisador dispõe de tempo mais limitado para o trabalho de campo). Uma dessas questões, e que será destacada, tem a ver com a intenção do pesquisador ao definir diferentes lugares de observação. Como Marcus afirmou, o antropólogo que adota a perspectiva multissituada tem o interesse em seguir “pessoas, objetos, metáforas e debates”, importando bem menos, para a construção do objeto, os diferentes lugares da pesquisa. O foco do pesquisador são as conexões e associações, mais do que lugares particulares. Isso porque o objetivo da etnografia *multi-sited* não é uma representação holista,

Um retrato etnográfico de um sistema mundial como uma totalidade. Ao invés disso, assinala-se que qualquer etnografia oriunda de uma formação cultural no sistema mundial é também uma etnografia do sistema, e como tal não pode ser entendida unicamente em termos da *mise-en-scène* de pesquisa etnográfica convencional feita em um único lugar (MARCUS, 1995, p. 83).



Holista

Adepto ou seguidor do holismo, doutrina que considera que a parte só pode ser compreendida a partir do todo, que privilegia a consideração da totalidade na explicação de uma realidade, sustentando que o todo não é apenas a soma de suas partes, mas possui uma unidade orgânica. (JAPIASSU; MARCONDES, 1996, p. 130).

Mise-en-Scène

Expressão francesa que está relacionada com encenação ou o posicionamento de uma cena. [...] Exemplo: Em uma festa de aniversário, o aniversariante, ao escolher a decoração e os convidados, está montando a *mise-en-scène* de sua festa.

Disponível em: <<http://www.significados.com.br/mise-en-scene/>>.

O antropólogo Hugh Gusterson que, ao avançar de uma etnografia sobre um laboratório de armas nucleares na Califórnia para um estudo sobre a comunidade de armas nucleares inteira nos EUA e depois comparar essa comunidade à comunidade russa, descreve a etnografia contemporânea como uma questão de “engajamentos polimorfos” – ao interagir com informantes que atravessam uma variedade de lugares dispersos, mas também ao fazer o trabalho de campo por telefone e email, coletar dados de forma eclética, de muitas maneiras distintas, de um conjunto dispare de fontes, prestando atenção cuidadosa e lendo jornais e documentos oficiais (1997, p. 116).

Documentos, etnografia multissituada e casos de polícia: vivendo a prática

Vamos conhecer a experiência de pesquisa da antropóloga Letícia Ferreira que realizou uma etnografia multissituada e considerou documentos importantes como materiais de investigação. Ela realizou seu trabalho de campo na estrutura da Polícia Civil do Rio de Janeiro e em eventos promovidos pela Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (ReDESAP), criada e coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

Entre março de 2008 e novembro de 2010, Letícia Ferreira realizou uma pesquisa multissituada, que teve início em um setor da Polícia Civil do Rio de Janeiro e, em seguida, foi estendida para eventos e reuniões da ReDESAP. A antropóloga se dedicou a compreender a contradição por ela observada entre a denúncia pública do desaparecimento de pessoas como questão grave e urgente e, por outro lado, sua gestão cotidiana como uma ocorrência policial de menor importância. Durante seu trabalho de campo na estrutura da Polícia Civil, na Delegacia de Homicídios, no setor de desaparecimento, Letícia Ferreira observou que o desaparecimento é um tipo de ocorrência policial registrado e gerido rotineiramente em delegacias, ainda que questionado como parte do trabalho policial:

Nessas repartições, [o desaparecimento] é tratado como fato de menor importância e submetido a recorrentes comparações com outras ocorrências mais prestigiosas. Para policiais, desaparecimentos não são problemas de polícia propriamente ditos, como, por exemplo, homicídios, sequestros, roubos e furtos. Diferente

dessas ocorrências, que demandam operações de rua e investigações em equipe, diante de desaparecimentos caberia à polícia apenas produzir documentos e atender a familiares – tarefas corriqueiras em delegacias, mas, ao mesmo tempo, encaradas pelos próprios policiais como destoantes do que entendem por ser trabalho de polícia. Em suma, ainda que se dediquem a investigar casos de desaparecimento e atender pessoas neles envolvidas, não é sem muito questionar suas atribuições e responsabilidades diante desse fenômeno que o fazem (FERREIRA, 2014, p. 130).



Desaparecido

A categoria *desaparecido* envolve pessoas de todas as idades: crianças, adolescentes, adultos e idosos. Como observa Ferreira, ela diz respeito a idosos que sofreram perdas momentâneas ou definitivas de memória, adolescentes que deixam suas casas e vítimas fatais de acidentes ou crimes cujos cadáveres não são objeto de identificação.

Essas pessoas compõem o múltiplo universo de sujeitos designados por policiais, gestores de políticas públicas, militantes de movimentos sociais e cientistas sociais como *desaparecidos*. A despeito de sua heterogeneidade, as experiências por eles vividas são encaradas por todos esses agentes como manifestações particulares de um só fenômeno: o desaparecimento de pessoas, também chamado de desaparecimento civil (FERREIRA, 2013).

O propósito mais geral que orientou esta pesquisa foi o de compreender como o fenômeno do desaparecimento é definido e gerido no Brasil contemporâneo. Mais especificamente, Letícia Ferreira investigou de que forma o “desaparecimento ganha o estatuto de causa, demandando engajamento por parte de múltiplos agentes sociais e investimento de recursos pagos por parte de órgãos de administração pública” (FERREIRA, 2014, p. 131).

Nessa perspectiva, a pesquisa se ocupou em compreender como a causa do desaparecimento é definida, denunciada e gerida no Brasil. Para tanto, a antropóloga buscou portas de entrada na ampla malha de burocracias que lida com o desaparecimento no Brasil. Uma dessas portas faz parte da estrutura da Polícia Civil do Rio de Janeiro – setor especializado em casos de desaparecimento: o Setor de Descoberta de Paradeiros (SDP) da antiga Delegacia de Homicídios (DH) do Rio de Janeiro Centro/Capital.

No setor de desaparecidos da Delegacia de Homicídios, a antropóloga empregou técnicas de pesquisa já discutidas nesse curso, como observação direta, participante e entrevista. Além disso, ela se dedicou a analisar os registros do Setor de Descoberta de Paradeiros (SDP). Em setembro de 2008, este setor arquivava casos de 9.293 pessoas que desapareceram no Rio de Janeiro desde o ano de 1993 (Ferreira, 2014, p. 131).



Figura 6.4: Por ano, são registrados milhares de casos de desaparecidos em todo o país.

A pesquisa com os registros da SDP permitiu a Ferreira afirmar que a produção, a circulação e o arquivamento de documentos relativos a desaparecimentos têm dois efeitos principais:

Primeiro, propiciam espaços de tomada de posição para policiais que os registram, colocam em movimento e/ou guardam; e, segundo, promovem a delegação das responsabilidades de gestão

dos casos às *famílias dos desaparecidos*. Se parentes, familiares e conhecidos de *desaparecidos* vão a delegacias de polícia em busca de investigação, gestão e/ou solução de desaparecimentos [...] os encontros que travam com policiais engendram a delegação dessas tarefas de volta às unidades domésticas e círculos de relações em que tanto eles quanto os desaparecidos estariam inscritos. Essa delegação ganha sentido no marco mais amplo das posições de policiais diante do desaparecimento de pessoas, tomadas nos próprios documentos que dão materialidade aos casos. Tais papéis, portanto, não apenas acompanham formalmente esses dois processos, mas, ao contrário, são parte constitutiva e fundamental deles.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132013000100002&script=sci_arttext>

Ao analisar como o desaparecimento de pessoas é construído e gerido no Brasil contemporâneo, Letícia Ferreira se inspirou na problemática do “gestar e gerir” proposta pelo antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima (2002):

Importava-me pensar o “gestar e gerir” dessa causa atentando menos para diretrizes, regulamentos e normativas legais a ela voltadas, e mais para as práticas e representações constitutivas do cotidiano de sua administração, daí a busca por espaços burocráticos para a realização do trabalho de campo (FERREIRA, 2014, p. 131).

O princípio dessa problemática envolve uma recomendação dada aos pesquisadores em campo: atenção às práticas e interações de nossos interlocutores. Elas, muitas vezes, distinguem-se das normas, prescrições formais e regulamentos.

Como vimos anteriormente, o desaparecimento de pessoas é formalmente um caso de polícia, mas, como mostra a pesquisa de Ferreira, ele não é visto como tal, sendo frequentemente tratado como um trabalho de registro. Para chegar a essa conclusão, não bastaria à pesquisadora analisar os procedimentos formais e regulamentos institucionais. A pesquisa empírica, o contato direto com os atores mostraram que as práticas subvertem as normas.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

Considerando as imagens a seguir, responda se existe algum contexto de observação mais adequado ao método etnográfico. Justifique sua resposta.



Imagem de uma sociedade tradicional, os *igbos*, um dos maiores grupos étnicos africanos.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:A_proud_trio.png



Imagem de um servidor público no exercício de suas atividades profissionais.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/alancleaver/2581218229/in/photostream/>

Resposta comentada

Não existe um contexto de observação mais adequado ao método etnográfico, porque todos os espaços podem se tornar objeto de observação e descrição. Existe, contudo, uma forte representação no campo da antropologia de que sociedades tradicionais – como uma aldeia – são objetos mais consonantes à pesquisa etnográfica.

A racionalidade da burocracia

Para começar este tópico, é importante que você tenha uma questão em mente:

Valores morais e posições institucionais e sociais de agentes judiciais interferem na administração da justiça?

A etnografia que vamos conhecer agora aborda modos de fazer justiça, permitindo questionar a suposta objetividade e racionalidade da burocracia estatal.

Conurbano Bonaerense

Região, área geográfica, política e administrativa que circunda a capital federal argentina. É o território mais densamente povoado do país e o maior colégio eleitoral.

A pesquisa realizada pela antropóloga Lucia Eilbaum focaliza as formas de administração de justiça no **Conurbano Bonaerense** da cidade de Buenos Aires, Argentina. A pesquisa foi desenvolvida entre 2007 e 2009. A etnografia de Eilbaum (2012) apresenta as dinâmicas de interação entre os procedimentos formais, que guiam a condução de processos criminais na justiça do conurbano e outros elementos insuspeitados, determinantes não apenas do desfecho desses mesmos processos, mas também de cada passo de seu percurso – a investigação criminal, a produção e a interpretação de “provas”, a tomada de decisões ou, ainda, as fendas, os entreatos e os intervalos entre essas etapas (FERREIRA, 2013).

A etnografia de Eilbaum evidencia que histórias de vida, ideologias políticas e posições institucionais e sociais de agentes judiciais, assim como a reputação dos envolvidos e a natureza dos conflitos investigados, são matéria-prima fundamental de modos de “fazer justiça” na província de Buenos Aires.

A pesquisa de Eilbaum foi baseada na observação do cotidiano da Unidade Fiscal de Instrução - Unidad Fiscal de Instrucción (UFI) – uma das repartições responsáveis pela investigação de crimes ocorridos em uma determinada área do conurbano de Buenos Aires. Além disso, a antropóloga realizou entrevistas com pessoas vinculadas à administração de justiça na província de Buenos Aires (promotores, defensores públicos e advogados, secretários e juízes), analisou processos criminais e observou audiências de julgamento (*juicios*).

Eilbaum analisa as dinâmicas e interações por meio das quais sentimentos e valores morais não só adentram o universo da administração de justiça como têm a si atribuídas credibilidade e validade jurídica.

Para melhor compreendermos essa questão, abaixo apresentamos um caso da etnografia de Eilbaum. É o caso de Rodrigo, um bebê que, ao morrer, torna-se objeto de um processo instaurado no sistema de justiça criminal da província de Buenos Aires. Uma denúncia envolvendo os pais de Rodrigo chegou à UFI. De acordo com a denúncia, Rodrigo falecera, e sua irmã gêmea, Sabrina, estaria severamente desnutrida. Os pais, Marisa e Carlos, seriam responsáveis tanto pela morte do menino, como pelo estado da menina, tornando-se, por isso, “imputados” por “abandono de pessoa” em um processo criminal.

Para se defender dessa acusação, a mãe das crianças alegava que o processo estava repleto de fofocas. Respondendo a uma das perguntas

que lhe foram dirigidas pela promotora da UFI, a mãe argumentou: “o bairro fala”. Essa é a frase que dá título à tese e ao livro de Eilbaum: “*O Bairro Fala*”: *conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense*.

O depoimento da mãe acusada afirma que seus vizinhos e familiares produziram versões e acusações intrusivas e falsas a respeito de sua vida doméstica, que seriam espalhadas pelo bairro na forma de rumores, fofocas e dizeres que ela tentava explicar, condensar e contestar através da expressão *o bairro fala*.

Eilbaum mostra, em sua etnografia, que aquilo que “o bairro fala” era considerado relevante para os agentes judiciais, devido à natureza particular dos conflitos tratados. Dessa forma, em sua experiência, observando a cotidianidade dos tribunais e as interações entre os agentes e as pessoas envolvidas, foi possível perceber a presença dessas relações, não por fora do processo, mas integrando as formas de investigação e de construção de decisões.

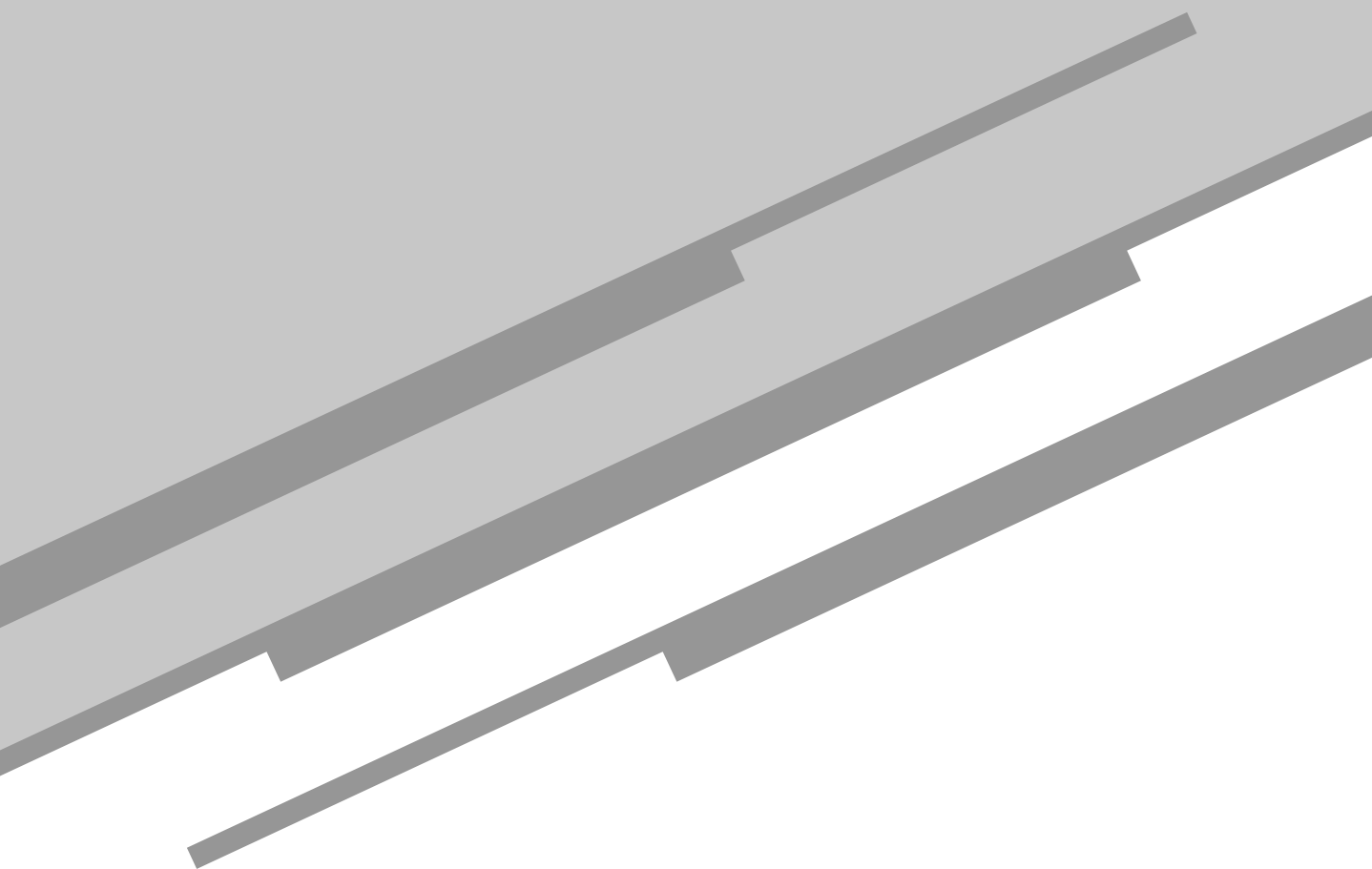
Duas categorias nativas chamaram a atenção da autora durante o trabalho de campo e tornaram-se, por sua relevância no cotidiano da UFI, eixo condutor do livro e base de sustentação dessa inovadora perspectiva analítica: o “bairro” e a “crença”. Acompanhando os sentidos, os usos e os papéis desempenhados ora pelo “bairro”, ora pela “crença”, e ora pela articulação entre ambos em situações específicas, Eilbaum logra explicitar as formas por meio das quais valores e interesses de pessoas envolvidas em processos criminais ecoam nos agentes judiciais que têm autoridade para investigá-los, defendê-los ou acusá-los, estabelecendo entre eles pontes de ordem moral. O “bairro” e a “crença” atravessam o balcão, as mesas e os corredores que, ideal e fisicamente, separam agências e agentes públicos daqueles que são objeto de suas ações e decisões, conectando promotores, defensores e juízes a “imputados”, “testemunhas” e outros envolvidos em processos variados (FERREIRA, 2013).

Essa etnografia permite questionar a objetividade e a racionalidade atribuídas às práticas burocráticas na justiça criminal e, de forma mais ampla, no Estado. Valores morais que integram os processos interferem na tomada de decisões de agentes judiciais.

Resumo

Nesta aula, buscou-se mostrar que o acesso às informações no campo da justiça criminal e da segurança pública é permanentemente negociado, como em qualquer trabalho de campo. Este sempre implica uma negociação com os atores envolvidos. Documentos, como atas, ofícios, regulamentos, processos, certidões e outros registros escritos foram tratados como um importante e fundamental material de pesquisa em contextos institucionais. Por último, apresentamos duas experiências de pesquisa empírica no âmbito da justiça criminal e da segurança pública. As pesquisas etnográficas apresentadas evidenciam a importância de documentos na investigação e da etnografia para a produção de conhecimento.

Referências



Aula 1

BECKER, Howard. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. Sobre metodologia. In: _____. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 17-46.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CASTRO, Celso. Sociologia e a arte de manutenção de motocicletas. In: MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 7-20.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

JOHNSON, Allan. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Aula 2

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edison de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.) *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 77-86.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

NUNES, Edison de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: _____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 121-133.

Aula 3

ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Loyola, 2008.

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2010.

DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das Ciências Humanas*. Tomo 1: Positivismo e hermenêutica. São Paulo: Loyola, 2004.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HOBBSBAWN, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. Os destruidores de máquinas. In: _____. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David R. *Estatística para Ciências Humanas*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. Manifesto do Partido Comunista. In: BOTELHO, André. *Essencial Sociologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. O dom da eterna juventude. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 26-46, 1971.

THOMPSON, Edward. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WEBER, Max. A instituição estatal racional e os modernos partidos políticos e parlamentos (Sociologia do Estado)”. In: _____. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1999, p. 517-580.

_____. A objetividade do conhecimento em Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). *Weber*. São Paulo: Ática, 2003. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. A política como vocação. In: _____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Aula 4

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOUDON, Raymon; BOURRICAUD, François. *Dictionnaire critique de la sociologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das Ciências Humanas*. Tomo 1: Positivismo e hermenêutica. São Paulo: Loyola, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura, um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: _____. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 1988.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

SILVA, Benedicto (Coord. Geral). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

Aula 5

ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the state. *Journal of Historical Sociology*, v. 1, n. 1, p. 58-89, 1988.

AGUIÃO, Silvia. Produzindo o campo, produzindo para o campo: um comentário a respeito de relações estabelecidas entre “movimento social”, “gestão governamental” e “academia”. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza;

TEIXEIRA, Carla Costa (Org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014.

CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa. Etnografando burocratas, elites, e corporações: a pesquisa entre estratos sociais hierarquicamente superiores em sociedades contemporâneas. In: _____ (Org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014.

HERZFIELD, Michael. *The social production of indifference: Exploring the symbolic roots of western bureaucracy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 14/15, p. 1-382, 2006.

LEIRNER, Piero C. A formação do Estado numa perspectiva antropológica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p.194-200, 2003.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Apresentação. Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 559-564, 2012.

LIMA, Roberto Kant de. *Antropologia da academia: quando os índios somos nós*. Petrópolis: Vozes; Niterói: EdUFF, 1985.

NADER, Laura. Up the Anthropologist: Perspectives gained from studying up. In: HYMES, D. (Ed). *Reinventing Anthropology*. New York: Random House, 1972.

TEIXEIRA, Carla Costa. Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa (Org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas*

entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014.

Aula 6

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. p. 91-135.

EILBAUM, Lucía. “O bairro fala”: conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2012.

HANNERZ, Ulf. Being There... and There... and There!: Reflections on Multi-Site Ethnography. *Ethnography*, v. 4, n. 2, p. 201-216, June 2003.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. O etnógrafo, o burocrata e o “desaparecimento de pessoas” no Brasil: notas sobre pesquisar e participar da formulação de uma causa. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa (Org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014.

_____. Uma etnografia de “modos de fazer justiça”. Resenha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 229-246, 2013.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Nuap/UFRJ, 2002.

MARCUS, George. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 95-17, 1995.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropologia em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa (Org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014.